

TÁ COM MEDO, FIGUEIREDO?



O general João Batista Figueiredo, candidato governista à sucessão de Geisel, fez mais uma das suas, num churrasco no Rio, ao afirmar que as Forças Armadas poderão voltar a servir a outros regimes de exceção, "se necessário for, para defender a pátria". Nestas alturas do campeonato eleitoral, a declaração soou como ameaça de endurecimento político, caso sua candidatura não obtenha pleno sucesso no pleito indireto de 15 de outubro. O deputado Ulysses Guimarães, presidente nacional do MDB, deixou claro que o "estranho pronunciamento" de Figueiredo evidencia o temor de que o general Euler Bentes, candidato pelo partido da oposição, possa vir a faturar as eleições: "a crônica dos 14 anos de desgoverno do movimento de 1964 é a espantosa enumeração de golpes brancos, institucionalizadores do continuísmo".

A hipótese de que venham a se confirmar as insinua-

ções golpistas, que se presente na fala de Figueiredo, não pode ser descartada numa análise do atual momento político.

Na pág. 3, publicamos um indício dessa possibilidade. Em 1977, o banqueiro Jorge Flores ligado ao Chase Manhattan Bank, apresentou ao general Geisel uma série de medidas para conter aberturas democráticas: coincidência ou não, o fato é que várias delas já se confirmaram na prática, como a adoção de muitos dos itens do Pacote de Abril e das atuais Reformas Políticas que tramitam no Congresso. Para o futuro imediato, restariam pelo menos duas propostas de Flores a serem executadas, que deixam preocupação: a suspensão das eleições de 1978 e a adoção de uma saída de "constituente com Geisel", ambas alternativas visivelmente autoritárias e anti-populares, como as demais.



EM TEMPO:

SEMANÁRIO NACIONAL - Nº 28 - Cr\$ 10,00 - 10/9 A 14/9 DE 1978

CENAS DA VIOLÊNCIA NO CAMPO

Págs. 6 e 7



BANCÁRIOS

Por que a greve por aumento salarial em São Paulo não vingou?

Pág. 5

TERROR

Uma surpresa nas eleições do DCE em Minas: bombas da extrema direita.

Pág. 4



TUBARÃO

As multinacionais abocanham mais um quinhão e dão a volta por cima

Pág. 4

NEGROS

O movimento pela emancipação começa a falar mais alto

Pág. 8



HOMOSSEXUAIS

Um protesto contra a discriminação no noticiário da grande imprensa

Pág. 11

CHILE

OS 1010 DIAS DE ALLENDE NO PODER, 5 ANOS DEPOIS.

No dia 11 de setembro de 1973, a América Latina viveu um dos mais cruéis golpes de sua história, com a derrubada do governo da Unidade Popular e o assassinato do presidente socialista Salvador Allende, no Chile. Cinco anos depois, aqui estão os principais lances de esperança, realizações, erros e ilusões dos 1.010 dias de Allende no poder, bem como as perspectivas que agora se abrem para os trabalhadores chilenos e suas vanguardas.

Página 9



Professores paulistas continuam a greve

Numa assembleia realizada no dia 5, os professores da rede de ensino oficial paulista decidiram continuar a greve. O movimento que teve início há mais de 2 semanas tem como principais reivindicações o aumento de 20% já, redução para cinquenta minutos da hora-aula, eliminação do sábado como dia letivo e a reformulação total do Estatuto do Magistério.

A greve dos professores se espalhou pelo interior, atingindo mais de mil escolas no total. O governo estadual decretou férias de 4 a 19 de setembro, afirmando que poderá ser revogada caso os professores voltem imediatamente às aulas. Os professores entenderam a medida como um meio de esvaziar o movimento, como tantas outras existiram nos colégios, tomadas pelos diretores e professores discordantes.

Membros do Comando Geral de Greve - representando os professores - o Presidente da União dos Diretores da Escola do Magistério Oficial - Santo dos Reis Siqueira - e o bispo auxiliar de São Paulo, D. Mauro Morelli constituíram a comissão de negociações com o

Secretário da Educação do Estado, José Bonifácio Coutinho Nogueira. O resultado das negociações: de um lado os grevistas permaneceram firmes em suas reivindicações; de outro, o secretário afirma "as negociações, no tocante aos aspectos quantitativos, chegaram ao ponto final; chegamos ao nosso limite orçamentário".

Exatamente para decidir como seguir diante disto, dia cinco último aproximadamente três mil professores se reuniram em assembleia. Sob um clima descontraído e de intensa participação foi feita uma avaliação onde o movimento registrou uma vitória: o Estatuto do Magistério foi finalmente encaminhado ao Legislativo, após três anos de "banho-maria". Entretanto, os professores foram unânimes em afirmar que essa vitória será apenas parcial se o Estatuto proposto não for substituído por outro elaborado por professores representativos do movimento.

Insatisfeitos com os resultados das negociações, os professores passaram a discutir os próximos passos do

movimento. O CGG propôs: "se de um lado os professores estão conscientes de suas reivindicações, de outro o secretário está totalmente alheio". Apontaram então para dois níveis de encaminhamento "um diretamente com o Governador e o

feito, que poderão nos responder pelas reivindicações salariais e outro na Assembleia Legislativa, visando reformular o atual Estatuto". Se foram unânimes quanto à necessidade de procurar estas autoridades, os professores debateram longamente como fazê-lo, decidindo pelo prosseguimento da comissão de negociações, apesar de uma boa parte ter se manifestado favorável a reunir todos os professores no jardim do Palácio como forma de pressão.

Na próxima segunda-feira a comissão de negociações vai defender na Assembleia Legislativa a proposta substitutiva do Estatuto a ser elaborada pelos professores numa assembleia geral que se realizará no próximo sábado. Na terça-feira próxima a comissão de negociações terá audiência com o governador. A greve continua.

A nova organização na campanha dos metalúrgicos em MG

Está sendo convocada para esse domingo uma assembleia geral dos metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem. Essa será a segunda mobilização desde a abertura da campanha salarial de 78, iniciada no último domingo de agosto. Eles querem 20% além do índice oficial.

Na primeira reunião, dia 27 de agosto, tanto as propostas da diretoria, quanto as dos membros que formaram a chapa de oposição durante as últimas eleições, foram aceitas pela assembleia. Além da definição dos 20%, outras três reivindicações são de fundamental importância para os metalúrgicos: piso salarial de 3 mil cruzeiros, antecipação acompanhando o custo de vida nos meses de janeiro, abril e junho e mais a escolha de delegados de fábrica com estabilidade igual a dos dirigentes sindicais.

Os antigos integrantes da chapa 2, de oposição, também tiveram as suas principais propostas aprovadas: assembleia permanente, comissão para trabalhar junto à diretoria do sindicato em torno da mobilização pelos

20% e indicação de três metalúrgicos para acompanhar a diretoria na negociação direta com os patrões.

O clima da assembleia era de otimismo e o resultado desse encaminhamento inicial deixou em muitos a certeza de que esse ano as coisas serão diferentes. Chegaram inclusive a falar em greve para se conseguir a vitória. O próprio presidente do sindicato, João Silveira, surpreendeu o plenário ao afirmar que não seria na Justiça que os metalúrgicos iriam conseguir a vitória, referindo-se às lutas que metalúrgicos vêm travando em outros estados.

Um ex-candidato da chapa 2 também se manifestou nesse sentido dizendo que: "Pela primeira vez em dez anos vamos ter uma campanha digna dos operários. Não confiamos mais no dissídio, nem na mediação da Justiça do Trabalho. Confiamos na negociação direta".

Ao final foi formada uma comissão para mobilizar os metalúrgicos para a assembleia do domingo e desde então os metalúrgicos se declararam em assembleia permanente.

Manifestações pela libertação dos presos

A libertação de quatro presos da Convergência Socialista - Maura Veiga, José Maria de Almeida, Oscar Ikido Kuno e Antônio Sá Leal (que foi deportado para Portugal) - desde que foi iniciada a greve de fome por seus familiares e integrantes da CS na Pontifícia Universidade Católica, em São Paulo, foi considerada uma significativa vitória do movimento, pelos seus participantes. Enquanto em São Paulo aumentava para 29 o número de adesões à greve, foi iniciado, no dia seis de setembro, movimento idêntico no Rio de Janeiro, com a participação de sete pessoas, na Escola da Arquidiocese de Nova Iguaçu Vigílias, passeatas e manifestos em solidariedade aos grevistas foram realizados, em diversas partes do país, desde que a greve teve início, dia 30 de agosto.

Oito membros da Convergência e dois estrangeiros permanecem presos no Deops. Espera-se para segunda-feira a conclusão do inquérito sobre a Convergência; quando este chegar à Auditoria Militar, os advogados dos presos pretendem fazer com que seja declarada incompetência da Justiça

Militar para tratar do caso e, se houver processo, solicitar que seja tramitado na Justiça Eleitoral.

Uma carta aberta com 28 assinaturas foi enviada, dia cinco, por familiares dos presos, ao presidente da República, ao ministro da Justiça e às lideranças da Arena e MDB, pedindo providências para libertar os detidos, que também se encontram em greve de fome. Cópias do abaixo-assinado foram distribuídas, no Congresso, pelos representantes do Movimento Feminino pela Anistia, do Comitê Brasileiro de Anistia, Convergência Socialista, UEE-SP e Instituto dos Advogados do Brasil. No mesmo dia foi realizada vigília, em Campinas, de onde foram enviados dois representantes para aderir à greve, enquanto no Rio Grande do Sul era realizada passeata com mais de duas mil pessoas em solidariedade à greve de fome e pela imediata libertação dos presos. Os participantes da manifestação de Porto Alegre permaneceram em vigília de 15 horas, entre estudantes e jornalistas, que foram presas durante a passeata.

FINAIS

CAJÁ - O Conselho Permanente de Justiça do Exército de Pernambuco negou novamente o recurso interposto pelo advogado Eduardo Pandolfi, para o relaxamento da prisão preventiva de Edval Nunes da Silva, o Cajá, ex-diretor do DCE da Universidade Federal de Pernambuco e membro da Pastoral da Juventude da Arquidiocese de Olinda. A prisão de Cajá continua provocando manifestações de protesto de entidades de todo o país, pela sua imediata libertação.

NUTRIÇÃO - Durante o encerramento do 11º Congresso Internacional de Nutrição, dia 1ª, uma estudante americana que se identificou pelo sobrenome de Benjamin ficou presa durante uma hora numa das salas de segurança do Centro de Convenção do Hotel Nacional, onde se realizava o congresso. O motivo foi um abaixo-assinado, que estava em suas mãos e que continha cerca de trezentas assinaturas. O documento denunciava a Nestlé como responsável por considerável parcela da mortalidade infantil em países do Terceiro Mundo, na medida que ela, através da propaganda, estimula a amamentação artificial nesses países. O que ocorre é que devido à baixa renda e recursos sanitários insufi-

cientes da maioria da população o uso de mamadeiras provoca gastroenterite, doença responsável pelo maior número de casos de mortalidade infantil nesses países.

TENDÊNCIA SOCIALISTA - A Tendência Socialista do MDB/RS realizou no último dia 2 um encontro de diversos representantes de setores de todo o estado do Rio Grande do Sul. O encontro ratificou o ante-projeto da Tendência Socialista e formou uma Comissão Estadual Provisória, que se incumbirá da ampliação do movimento e da preparação do Congresso de Fundação da Tendência Socialista do MDB gaúcho. O ante-projeto da TS propõe um programa que combine as reivindicações por liberdades democráticas com as tarefas políticas e orgânicas que apontem na direção do socialismo.

ENGENHEIROS - A chapa 2, de oposição, venceu as últimas eleições do Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio Grande do Sul. A chapa, formada por integrantes do Movimento pró-fortalecimento Sindical, venceu com uma diferença de quase 100 votos, dos 444 totais. A primeira preocupação da chapa 2 é a imediata penetração do sindicato junto à ampla maioria do estado.

ERRATA

1) Na matéria sobre o Movimento do Custo de Vida, publicada em nossa edição de nº 26, na pág. 5, há uma informação que carece de precisão. O candidato a deputado estadual Marcos Aurélio Ribeiro não participa mais da Coordenação do MCV, ao contrário do que está ali afirmado.

2) Na matéria sobre o apoio de líderes sindicais a Fernando Henrique Cardoso, na pág. 2, do nº 27, também há uma imprecisão. Onde se lê "a candidatura de Fernando Henrique Cardoso que já era apoiada por oposições sindicais importantes como a de São Paulo e de Osasco", deve se ler: "apoiada por setores das oposições sindicais de São Paulo e Osasco".

Assembleia contra a carestia também em Porto Alegre

"Se a gente vai morrer sem luta, então o melhor mesmo é morrer lutando". Esta foi uma das manifestações durante a Assembleia Geral do Movimento Contra a Carestia, realizada no fim do mês passado, na sede da Federação Riograndense das Associações Comunitárias e de Amigos de Bairro (FRACAB), em Porto Alegre.

Organizada pela Comissão que havia sido escolhida na Assembleia anterior, em maio, o encontro significou um salto organizativo para o Movimento no Rio Grande do Sul. As mais de duzentas pessoas representavam cerca de 20 vilas de Porto Alegre, além de cidades da Grande Porto Alegre e do interior do Estado. Também estavam representados diversos sindicatos de trabalhadores, associações profis-

sionais e estudantes e setores da Igreja. Além disto, o Movimento do Custo de Vida, de São Paulo, mandou representantes da Comissão Coordenadora, que apresentaram relatos de suas experiências de luta e de suas formas de organização.

Aliás, foi a organização para a luta do Movimento um dos pontos mais discutidos durante a Assembleia.

Antes, porém, aconteceram denúncias da situação do trabalhador brasileiro, que "come mãe, ganha pouco e trabalha demais", e discussões sobre a causa destes problemas e como lutar contra eles.

"A culpa é do governo, que não está interessado em garantir a vida do trabalhador. A culpa é do patrão,

que só pensa em explorar o trabalhador".

"A luta é do trabalhador, do marido, da mulher e dos filhos - em todos os lugares: em casa, na escola, nos bairros, nas fábricas, nos sindicatos".

Tiradas as conclusões em plenário, surgiu as propostas para encaminhamento da luta contra a carestia. Organização de comitês de bairro, lutando pelas necessidades específicas de cada local, entrando em contato com os operários nas fábricas, levando a discussão feita na Assembleia. Foram criados dez novos comitês de bairro, e ampliada a Comissão Coordenadora que, como em todo o país, luta por melhores salários e melhores condições de vida e trabalho.

Professores cariocas ganham o sindicato

Foi eleita, no dia 17/08, a chapa Unidade e Renovação do sindicato de professores do Município do Rio de Janeiro. É a primeira chapa de oposição deste sindicato que concorre e ganha as eleições nos últimos 14 anos. Com uma categoria de 35.000 profissionais, apenas 641 votaram em 1210 sindicalizados. José Mohrevi Ribeiro, presidente da chapa eleita, fala da categoria e dos planos da nova diretoria.

EM TEMPO - Durante a campanha vocês afirmaram que a entidade se distanciou das bases, tornando-se alheia aos problemas da categoria. Quais são exatamente estes problemas?

Mohrevi - Baixos salários e péssimas condições de trabalho. O salário do professor no Rio de Janeiro é um dos mais baixos das capitais do Brasil. Uma professora primária, por exemplo, recebe Cr\$ 17,84 por aula, o que representa Cr\$ 1.900 por mês para um turno diário de 4 horas, 6 vezes por semana. Outra aberração é o professor de nível superior não poder reivindicar melhorias porque não conta com um sindicato patronal. Procuramos levar os professores de

nível superior para o sindicato e ajudá-los a organizar uma base jurídica com 2/3 do corpo docente.

ET - Quais são as prioridades na luta da categoria?

M - Antes de tudo precisamos fazer um estudo da situação do pessoal docente. Depois da pesquisa podemos fazer reivindicações concretas.

ET - Quais são as principais lutas que o sindicato deve travar?

M - Lutaremos por liberdade sindical para poder defender os interesses da categoria. Além disso, precisamos fortalecer e democratizar o sindicato. Vemos o direito de greve como essencial para poder obter maiores salários e melhores condições de vida.

ET - Como será fortalecido o sindicato? Haverá campanha de sindicalização em massa?

M - Sem dúvida. Só se pode fazer algo com sindicalização em massa. Depois do início da nossa campanha já entraram mais de 200 professores para a entidade. Haverá uma comissão de sindicalização e além disso, um representante em cada escola encarregado de sindicalizar seus colegas.

ET - Como será estruturada a entidade?

M - Funcionará em 3 níveis: executivo, diretoria e assembleia. Essa diretoria será "bastante aberta". É um sindicalismo totalmente novo, completamente democrático, mas dentro de limites, é claro. Somos muito "rodeados" por leis, o nosso campo de ação é pequeno e para rompê-lo, será difícil.

ET - Qual será o posicionamento da nova diretoria em relação à greve dos professores do Paraná?

M - Não posso dizer nada porque não tomamos posse e também não discutimos o assunto. Pessoalmente, sou simpático à greve. Acho que são justas as reivindicações dos professores do Paraná.

ET - Como está a mobilização dos professores do Rio de Janeiro em relação à greve?

M - No momento, só há sondagens. Nossa chapa não podia fazer nada de concreto porque foi eleita agora, semana passada. Estamos tendo reuniões para discutir esse assunto. Assim que estivermos definidos, iremos à imprensa, "botaremos a coisa para funcionar".

Bancários gaúchos: Convenção pela base.

A primeira Convenção de Base do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, realizada nos últimos dias 25, 26 e 27, dividiu seus 90 participantes em três comissões: Política Sindical (novo modelo, formas de organização e mobilização); Política Social (previdência social e programa habitacional); Condições de Trabalho (política salarial, estabilização de FGTS, contrato coletivo de trabalho, jornada de trabalho, enquadramento sindical). Segundo o presidente do Sindicato, Olivio Dutra, a ideia predominante deste encontro foi "a necessidade de transformação da atual estrutura sindical de dentro para fora. Transformação no sentido de tornar o sindicato em real instrumento reivindicatório dos trabalhadores, com organização pela base através de comissões organizadas por local de trabalho, eleitas e revogáveis em assembleia".

As conclusões desta primeira convenção de base, segundo Olivio, poderiam ser sistematizadas em algumas questões: "O fortalecimento dos organismos de representação dos trabalhado-

res, ou seja, o fortalecimento dos próprios trabalhadores e outros segmentos sociais, historicamente marginalizados da sociedade brasileira, para que tenham condições de decidir sobre os destinos do país". Consequência imediata discutida pela Convenção de Base, como informou Olivio, "é a necessidade de uma Assembleia Nacional Constituinte, livre, soberana e democrática, como uma exigência dos trabalhadores e da maioria da população brasileira, convocada para decidir sobre um novo projeto político, econômico e social para o país".

Outra questão presente na Convenção dos Bancários, citada por Olivio, "é a necessidade de organização partidária dos trabalhadores, sem ferir a participação sindical, embora a participação sindical tenha papel importantíssimo na participação político-partidária". E quanto à política salarial foi destacado que ela "tal como princípio a garantia da negociação direta entre empregados e empregadores, através das suas entidades, estando incluído aí o direito de greve".

AJUDE EM TEMPO A SEGUIR O ROJÃO!

Bomba à mineira, não. Tutu, sim. Em Tempo não se intimida com os atentados que vem sofrendo. Mas, bombas ajudam a causar rambos no orçamento. Dê uma força para a imprensa combativa e independente. Faça uma assinatura de Em Tempo, ou convença os amigos.

Ajude um jornal malcriado a continuar jogando francelino no ventilador.

Assine EM TEMPO!

Nome..... Profissão.....
Endereço..... Bairro.....
Fone..... Cidade..... Estado..... CEP.....
End. Comercial..... Horário..... Fone.....
Estou enviando o cheque nº..... do Banco..... em nome da Editora Aparte S/A
Rua Bernardo Guimarães, 1884, Lourdes, Belo Horizonte (MG), CEP 30.000. Em São Paulo: Rua
Vatheus Grou, 57, Pinheiros, São Paulo, (SP), CEP 05415, fone 853-6680.
Anual Cr\$ 500,00 Semestral Cr\$ 280,00

Jornal da POUPANÇA
Depositou por 10 anos, tem Cr\$34 mil por mês
Caderneta na frente: 3,4% ao mês até julho

Os responsáveis pela propagação das cadernetas de poupança continuam a abusar da boa fé pública. Agora, eles lançam o "Jornal da Poupança", que espalha notícias mentirosas pelos melhores pontos de visão. No primeiro número deste jornal, a manchete "Depositou por 10 anos, tem Cr\$ 34 mil por mês", arquitetada sobre cálculos errados, além de tentar vender lucros que as cadernetas jamais propiciarão, desreputa profundamente a grande maioria dos trabalhadores que, motivados pelos apelos governamentais, tenta poupar algum tostão. A manchete conta a estória de um cidadão que começou, "em janeiro de 1968, a depositar Cr\$ 2 mil por mês em sua caderneta" e que "em janeiro de 1978, isto é, dez anos depois, tinha na conta Cr\$ 1.305.569,75". Como diz a matéria, "agora, este cidadão vai viver só com os rendimentos de seu saldo (que continuará depositado), recebendo Cr\$ 34 mil por mês". Nada mais mentiroso: em princípio, o quase milhão e meio do tal cidadão só poderia render Cr\$ 34 mil ao mês se as cadernetas pagassem 32% de juros ao ano. E, como se sabe, elas só pagam 6%. Os juros são apenas estes e permitem ganhos reais de Cr\$ 6,5 mil, no caso do fantástico capital acumulado pelo "poupador". O resto do que paga a caderneta é correção monetária que, se for retirada, prejudicará irremediavelmente o principal. Ou seja: reduzirá o valor real do saldo, diminuindo a renda futura do cidadão; retirando a correção, o poupador estaria usufruindo não apenas dos lucros, mas também de parte do seu capital. Além dessa mentira, porém, a matéria comete outras mais graves. O cidadão escolhido, contam, sempre fez depósito de Cr\$ 2 mil. Até mesmo em janeiro de 1968 quando o salário mínimo era de Cr\$ 105,00, quase vinte vezes menor que seu depósito mensal. Porde ser. Para repetir a façanha, hoje, respeitando a mesma proporção entre salário e depósito (desconsiderando os achatamentos salariais do período) qualquer pessoa poderia abrir uma caderneta com depósito inicial de apenas Cr\$ 32 mil. Isso mesmo: trinta e dois mil cruzeiros. Quase a mesma quantia que o tal cidadão teria de renda mensal segundo o "jornal". Ou cinco vezes mais dinheiro do que ele estaria recebendo, de fato, agora.

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluísio Marques, Álvaro Caiias, Antonio Carlos Cavalho, Antonio de Pádua Prado Jr., Antonio Sérgio de Souza, Claudio Câmara, Emílio José, João Batista Meras, Guia, Jorge Baptista, Marcelo Beraba, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres, Tibério Canuto, Fausto Brito (Conselheiro-Previdência), Suplentes: Carlos Tibúrcio, Flávio Andrade, Antonio Espinosa, Eduardo Fernandes, Flaminio Fantini.
DIRETORES: Antonio de Pádua Prado Jr., Flaminio Fantini, Jorge Baptista, Robinson Ayres, Tibério Canuto (Diretor-Presidente).
Secretário de Redação: Carlos Moreira
Produção e Circulação Gráfica: Paulo Roberto M. Borges.
Editor-Geral: Jorge Baptista
EDITORIAIS: Internacionais: Carlos Tibúrcio (editor), Carlos Eduardo Matos e Lúcia Almeida (sub-edições), Aluísio José Marques, Altair Moreira, Cecília Tompsom, Cleide Ono, Eliezer Rizzo de Oliveira, José Veiga, Lina, Maria Cristina Ptau, Marneide Oliveira, Marion Frank, Suzana; Nacionais: Flaminio Fantini (editor), Antonio Espinosa, Carlos Severio, Eduardo Fernandes, Flávia Resende, Geraldo Nascimento, José Luiz, Maria Moraes, Ottoni Fernandes Jr., Paulo Sérgio, Guilherme Aguiar de Meyer, Arnaldo Xavier, Claudio Camargo, Edmur Gomes, Ethel Leon, Fátima Diniz, Flávio Aguiar, Gilberto Morgado, José Arrabal, Maria Rita Kehl, Mateus Sampaio, Nadine Haber, Paulo Nassar, Sérgio Alii, Sérgio Squitieri, João Bosco L. Brandão, Sérgio L. Papi (diagramação), Beto Maringoni, Duto Bicalho, Siam, Martinez, (ilustração), Enri-Enri Brauns F., João Roberto Martins F., Niem Andreas (foto).
Revisão: Alfredo Maria Camilo de Souza, Tomé
Arquivo-Pessoal: Luis Gabriel, J. Moura Marinho, Maria Queiroz, Silvestre Prado, Rubens Adorno.
SUCURSAS:
Brazilia (SCS - Edifício Mariatela, s/1103): Luiz Carlos Marina Jurez; **Rio de Janeiro** (R. Aníbal Faício, 127-Frascas): Sérgio de Souza, Cecy Prestello, Orlando Mendonça (coordenação); Fred Navarro, Paulo Santos, Prestes Scatuti, Alzira Mendes, Eliane Veloso, Hilton Almeida, Marina Lima, Maria Everaldo, Paulo Magalhães, Riva M. Nogueira, (administração); **Belo Horizonte** (R. Bernardo de Guimarães, 1884): Alberto Duarte (chefe da sucursal), Edgar de Mata-Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Lúcio Santos, Máizé Trindade, Mauro Godinho, Paula Régis, Paulo Barcala, Paulo Vilar, Ricardo Rabelo, Sérgio Asaphan, Virginia Pinheiro (redação), Mariza Araújo, (administração); **Curitiba** (R. José José Loureiro, s/1203 - Edifício Meúla): Rinaldo Ateni; **Porto Alegre** (Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20): Ana Barros Pinto, Carlos Avelino, Gerson Schirmer, Letânia Menezes, Sosa (redação), Adão Capa, Claudio Almeida, Flávio Siqueira, João Rodrigues Soares, Luis Alberto Rodrigues, Lucy Ayala, Raul Pont, **Salvador** (Av. 7 de setembro, 202 - s/501): Adelaide Oliveira, João Henrique, Antonio Dias, Emílio José, Dalton Godinho, Oldick Miranda, Lina Maria; **Rio de Janeiro** (R. de Lapa, 200 s/408): Adalberto Novais, Alan Albuquerque, Antonio José Mendes, Bernardo Karan, Carlos Alberto Bahia, Claudio Câmara, Claudio Cardoso, Clotilde Haselmann, Fernanda Coelho, Jamir de Menezes, José Ricardo Gonçalves, Luis Merelles, Ligia Bahia, Luis Antonio de Aguiar, Luiz Arnaldo Dias Campos, Marcelo Beraba, Marcos Arão Reis, Margarida Aultra, Maria Helena Malta, Olga de Assis, Olga D'Arc Câmara, Orlando Guilhon Braga, Regina Malta, Regina Ricardo Lessa, Sérgio Sbragia, Sueli Caidas.
ESCRITÓRIOS: **Araçájo** (SE): David Dantes, **Campanha** (SP): Fátima Barbosa, Rinaldo Barros, **Pernambuco** (SC): Fernando Vidal, João Sampaio, José Adelfino, **Pernambuco** (CE): Fausto Aguiar (coordenação), Genivaldo de Paula, Rogério Araújo (redação), Daniel Santos, José Saravia Jr., Vinício de Araújo (administração e distribuição), **São Paulo** (PB): Aurélio Aquino, Geraldo de Araújo, Manoel Campos, **Natal** (RN): Cicero Correia, Francisco de Assis, **ADMINISTRAÇÃO** (São Paulo): Anilton Pinheiro, Aparcida Barbosa de Silva, Edvard Luiz Silva, Elvira Oliveira, João Carlos Leme, Jesus Vereia, Nilo Sérgio Diniz, Samira Zaidan, Hélio Gomes. Assessoria Jurídica: Luiz Eduardo Greenhalgh, Luiz Alberto Marcondes Piccini (São Paulo); Arnaldo Afonso Barbosa (Belo Horizonte); Adelfino Oliveira (Salvador). Diretor-Responsável: Robinson Ayres. **EM TEMPO** é uma publicação da Editora Aparte S/A - Rua Bernardo de Guimarães, 1884 - Lourdes (Belo Horizonte). Redação: Rua Mateus Grou, 57 - Pinheiros (São Paulo) - CEP: 05415 - Telefones: 280-4759 e 853-6680. Composto e impresso nas oficinas da PAT-Publicações e Assistência Técnica Ltda. Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 412 - Pinheiros (SP) - Telefones: 368-9112. Os artigos assinados não representam necessariamente a opinião do jornal.

SOFISTICADA PROPOSTA DE GOLPE

No início do ano passado, o banqueiro Jorge Flores enviava ao governo um relatório lançando advertências quanto aos rumos da distensão e propondo um sofisticado esquema de golpe. Na época o episódio não teve maior importância. Mas hoje, suas linhas gerais estão quase que inteiramente confirmadas pelos atos do governo. Exceto a última das suas su-

gestões: suspensão das eleições e Constituinte com Geisel, assuntos que fervilham nos comentários políticos hoje em qualquer roda, proximidade do 15 de outubro, quando o Congresso Nacional deverá optar entre o general Figueiredo e o general Euler Bentes. Estas duas previsões também se confirmarão?

Jorge Oscar de Mello Flores era e ainda é presidente do Conselho de Administração do Banco Lar Brasileiro, controlado pelo Chase Manhattan Bank do grupo Rockefeller, e um dos 20 maiores bancos do Brasil.

Seu documento veio a público em março do ano passado, portanto pouco antes do pacote de abril. A imprensa tratou-o sem maior importância, pois o clima era outro. Pouco antes ocorreria a demissão de Severo Gomes do Ministério da Indústria e Comércio e pipocavam várias declarações de empresários a favor da abertura. E na mesma semana que o documento de Flores foi revelado, acontecia também, ofuscando-o uma significativa declaração do empresário Einar Kok, dirigente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas - ABIMAQ - a favor da redemocratização.

Por outro lado, a Federação Nacional dos Bancos através de seu presidente, veio imediatamente a público desmentir a alegada representatividade do documento entre os banqueiros.

E assim a coisa ficou como um episódio menor dentro da conjuntura, como mais uma proposta de "democracia forte" dentre várias que

vez por outra são sugeridas por empresários, militares ou estudiosos.

No entanto, visto desde hoje, o documento pode ter uma destacada importância. Se Flores era um simples presidente do conselho administrativo do Banco Lar Brasileiro, por outro lado sua presença junto ao atual chefe da Casa Civil da Presidência da República, general Golbery, vinha desde os tempos da conspiração para o golpe de 1964, através do IPES - um dos famosos institutos de estudos criados e financiados por empresários, mas que na prática se dedicavam à conspiração política e armamento de grupo de direita e de forma alguma a estudos.

Por outro lado, trechos do referido documento, bem como o sujeito na primeira pessoa do plural, sugerem que Flores e alguns outros - seu grupo, por suposto - já vinham há muito cogitando deste hábito de enviar relatórios à Presidência da República, fazendo advertências e propondo soluções. Além disto, pouco depois do documento vir a público, o governo baixa o pacote de abril, que como pode ser observado, está sugerido no texto.

Mas passados vários meses, hoje,

quando as reformas políticas do regime estão para serem apreciadas e votadas no Congresso - e aqui novamente o documento sugeriu muitos de seus ingredientes - e além disto o processo político coloca o regime autoritário numa clara crise, as sinistras profecias de Flores ganham um realismo inacreditável.

Pois agora quando se especula sobre as possíveis saídas a serem tentadas pelo regime, e dentre elas se anuncia a hipótese da suspensão das eleições e da transformação do Congresso numa Constituinte com Geisel, aí então é que se torna impossível fugir à conclusão de que o grupo de Flores decididamente faz parte, em alguma medida, daquilo que os analistas políticos têm chamado de "esquema do Planalto".

Assim, estamos diante de uma peça que usa cristalinamente toda a franqueza que tais documentos permitem transmutando-se ora em cinismo, ora em arrogância ou ora numa lógica astuta de deduções realistas. Mas sempre pano de fundo elitista e falsamente prepotente acuado, na contra-revolução permanente. Representa pois a consciência de classe burguesa absolutamente hegemônica desde inícios do ano passado. Muito mais do que as surpreendentes declarações democráticas dos empresários de então poderiam nos parecer.

No entanto, se esta consciência de classe, com suas propostas, permanece e seguirá hegemônica no bloco dominante, é algo ainda por se ver. E mais que isto, ainda que seja esta a vontade do grupo do Planalto e de suas bases de sustentação, a viabilidade da proposta de sobrepor ao vasto movimento oposicionista atual é toda uma outra questão, cujos desdobramentos são extremamente incertos. Coisa que aliás, o próprio Flores antevê, mas somente pelo prisma do jogo de elites que lhe é familiar, ao temer as reações que poderiam advir de setores das Forças Armadas diante da negativa do governo em aceitar os resultados das eleições de 1978.

Dai que ele proponha o adiamento das "intoleráveis" eleições que agora estão chegando. Mas no seu cálculo político não entram alguns fatores novos. Se não era de se esperar de um burguês do tipo, maiores considerações sobre o avanço dos setores populares e mais combativos dentro da oposição, no entanto, deveria fazer parte de seu cálculo, aí ele falhou, a divisão nas FFAA mesmo antes das eleições, o que hoje se manifesta, entre outros fenômenos, por meio da candidatura Euler. O que é óbvio, só vem complicar ainda mais o desfecho golpista de sua proposta.



Acompanhe as propostas do banqueiro Jorge Flores e a transformação em medidas práticas, como o Pacote de Abril, Projeto de Reformas, etc.

"CONSIDERAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS DAS ELEIÇÕES DE 1976 E A FUTURA ATITUDE POLÍTICA A TOMAR"

1) RESULTADOS DAS ELEIÇÕES ATÉ 1976:

1.1.) Eleições de 1972.

1.1.1.) Nas eleições de 1972, o partido da oposição ainda estava incipiente, a inflação, embora estacionária, apresentava indícios de declínio, o modelo brasileiro de desenvolvimento era em geral admirado, as exportações cresciam em percentagens apreciáveis, as reservas externas do país se acumulavam, a situação mundial favorecia esse estado de coisas e o resultado das urnas apresentou vitória esmagadora da Arena.

1.2.) Eleições de 1974.

1.2.1.) Já nas eleições de 1974, a crise internacional estava em plena evolução, refletindo-se no recrudescimento de nosso processo inflacionário, na contenção de nossas exportações, no déficit de nosso balanço de pagamentos e consequente redução das reservas externas, bem como até nas dúvidas quanto à legitimidade e eficiência do modelo brasileiro. Outros fatores ainda se somaram aos mencionados, dando o resultado de que tanto se vangloriou o MDB e que, de certa forma, foi surpresa para o Governo, a Arena e os partidários da Revolução.

1.2.2.) Nessa ocasião, formulamos um plano de trabalho, cujo capítulo 3 analisava os "Fatores contribuindo para a vantagem exagerada obtida pela oposição nas eleições", e que não pudemos concluir por não havermos conseguido todos os dados que pleiteáramos para um exame mais pormenorizado do assunto.

1.3.) Eleições de 1976.

1.3.1.) Posteriormente, fizemos uma apreciação não somente sobre as perspectivas das futuras eleições de 1976 e 1978, mas também acerca dos seus reflexos sobre a conclusão das obras dos governos revolucionários, chegando à conclusão de que não se poderiam realizar as de 1978 e de que, quanto às outras, dever-se-ia fazer:

"O máximo esforço para um resultado favorável das eleições municipais de 1976, visando à consequência uma esmagadora maioria de vitórias em municípios e, no âmbito geral dos votos do país, uma razoável maioria governamental, bem como, se possível, o aumento dos municípios com vitória da Arena".

1.3.2.) Isso era indispensável para o apoio a um esquema de postergação das eleições de 1978 e, realmente, sucedeu nas partes essenciais, mas não na última, que, aliás, não era imprescindível e praticamente impossível de ocorrer, dada a excepcional situação da Arena no anterior confronto municipal.

(...)

3) PREVISÕES PARA AS ELEIÇÕES DE 1978

(...)

32) Apreciação global das perspectivas eleitorais para 1978.

321) Em síntese pode-se dizer que:

1) Os resultados favoráveis da Arena nas eleições de 1972, não são transplantáveis às eleições de 1978, pelo crescimento do MDB em

relação àquela época e pela completa mudança da conjuntura.

2) A vantagem obtida pelo MDB nas eleições majoritárias de 1974 foi devida a múltiplos fatores, cujo efeito nocivo à Arena terá, para alguns deles, melhorado em 1978, para outros piorado e, ainda, para terceiros, produzindo uma influência equivalente, dando, em conjunto, uma limitada melhoria para o partido governamental, que, entretanto, não será, em absoluto, de molde a fazer pender em seu favor a votação em pleitos majoritários.

3) A vitória alcançada pela Arena nas eleições municipais de 1976, além de ser menos significativa, se considerarmos as unidades em que não houve candidatos do MDB, bem como o total de votos em branco ou anulados, estes, em geral, traduzindo protestos, não pode, de maneira alguma, ser transplantada para o campo estadual ou o federal, principalmente em se tratando de pleitos majoritários, como os de Governador e Senador, respectivamente, que continuam, em sua maioria, com perspectivas propícias ao MDB.

3.2.2.) Por conseguinte, toda a análise feita no que precede, reforçada pelos anexos e resumida no item anterior, leva à conclusão de que as eleições de 1978, se se realizarem, serão desfavoráveis ao Governo, que passará a entregar a oposição: a direção dos grandes Estados, os de maior participação na vida econômica e política do país; o Senado Federal, que virá a ter maioria do MDB, podendo vetar as nomeações governamentais a ele sujeitas e passando a transformar em órgão de agitação o que sempre deu equilíbrio ao Congresso; e talvez a Câmara dos Deputados, que, mais provavelmente, terá uma repartição de forças quase igualada, suscetível de dar maioria ocasionais a qualquer dos lados.

3.3.) Consequências dos resultados das eleições de 1978.

3.3.1.) Ocorrendo o que se prevê no item 3.3.2., o substituto do atual Presidente da República teria uma administração difícil, toda cheia de resistências e impasses, modificando ou retardando planos bem como forçando a contemporizações ou acomodações; seus resultados, muito possivelmente pouco eficientes, contribuiriam para desprestigiar a imagem dos governos Revolucionários.

3.3.2.) A partir daí que em eleição direta ou indireta, o novo Presidente da República seria da oposição e estaria encerrado o ciclo revolucionário, antes de atingir suas metas, o que influiria prejudicialmente sobre o posterior julgamento histórico, empanando um feito memorável, que era talhado a constituir o marco da redenção do Brasil.

3.3.3.) Entretanto, o raciocínio que estamos tendo agora, se não for conosco partilhado oportunamente, de forma a permitir uma solução harmoniosa certamente o será "post-facto", o que acreditamos, motivará um ato de força do Poder Revolucionário, de modo a evitar o que, talvez mais que um fim melancólico, seria uma época de agitações, do tipo da ocorrida na vizinha nação Argentina, e que entre nós, poderia desencadear os focos latentes da rede do comunismo internacional.

3.3.4.) Esse quadro, já de si bastante sombrio, seria capaz de se agravar, na hipótese em que, ao resolverem as forças armadas impedir o en-

cerramento do processo revolucionário, encontrassem algumas de suas partes, apoiadas na suposta maioria da opinião pública, traduzida principalmente pela imprensa, resolvesse garantir o resultado das urnas; se tal acontecesse, poderia até haver uma luta armada, criando uma situação instável, ideal para a ascensão das minorias radicais da subversão esquerdista.

3.3.5.) Essas consequências alternativas, todas extremamente prejudiciais ao país, é que desejamos evitar, com atitudes realistas, conducentes a medidas preventivas.

4) PROVIDÊNCIAS ACAUTELADORAS A ADOTAR

4.1.) Ensejo da vitória da ARENA em 1976.

4.1.1.) A vitória em questão oportunidade a que se venha a tomar medidas protelatórias relativamente às eleições de 1978, sem que o Governo possa ser acimado de ter, direta ou indiretamente, provocado esse fato, com receio de uma derrota nas urnas, porquanto, não somente a grande maioria do povo não faz análise detida como a aqui apresentada, mas também os líderes do MDB que eventualmente a façam têm a credibilidade eivada de suspeição.

4.1.2.) E essa vantagem ainda pode ser ampliada de várias maneiras, capazes de tornar o Governo revolucionário mais à vontade ainda para desencadear a providência, tão sutilmente quanto possível:

1) A continuação e o aprimoramento da divulgação objetiva dos resultados alcançados pela Revolução nos campos financeiros, econômico e social, assim como em sua projeção internacional.

2) A correção de certas falhas, estruturais e funcionais, ainda existentes na máquina administrativa governamental.

4.2.) Esquema postergador das eleições de 1978.

Consta com pormenores do Anexo II e pode assim ser resumido:

1) grupo de trabalho composto por juristas consagrados, agindo em estreito contato com o Conselho de Segurança Nacional e assessorado por economistas, técnicos de administração e outros especialistas, elaboraria um novo texto constitucional, objetivando:

1) acabar com os atos Institucionais, incorporados, porém, à Carta Magna, os instrumentos para a defesa das instituições; estabelecer uma democracia forte, consentânea com a realidade mundial hodierna, aproveitar o período de mais de um de cênio de aplicação da antea Constituição, para identificar as disposições que precisam ser mudadas, modificar objetivamente o sistema político de constituição dos partidos e evolução do processo eleitoral.

2) Esse projeto de Constituição seria enviado ao Congresso Nacional, que ficaria transformado em Assembleia Constituinte, e, para trabalhar tranquilamente na elaboração do texto final, usaria seu poder constituinte para expedir um "ato preparatório", que estabeleceria várias medidas conducentes ao objetivo visando, incluindo entre elas o adiamento das eleições de 1978, com a consequente prorrogação dos mandatos legislativos, que seria bem recebido por grande parte da oposição.

4.2.2.) Em estudo posterior, detalharemos esta parte, tendo como algumas das idéias a desenvolver as seguintes:

1) A criação constitucional de um Conselho de Estado, que seria um Poder Moderador e cuja composição estaria prevista de forma a, indiretamente, representar um remanescente do Poder Revolucionário, inclusive tendo como membros natos os ex-Presidentes da República, com exceção dos cassados, hoje em dia apenas um; ele teria um número mínimo de membros e, enquanto os ex-Presidentes não fossem suficientes para completá-lo, haveria designações, cujo processamento seria regulado de maneira a assegurar a manutenção do comando atual.

2) Estabelecimento, na Constituição, de princípios sueltos orientando a organização dos partidos políticos de forma mais exigente que a ora em vigência, com base nos quais seria feita uma completa revisão dos textos legais e regulamentares regendo a estruturação e o funcionamento respectivos; com isso, seriam dissolvidos os partidos atuais e outros se criariam em seu lugar, mudando o "status quo" reinante, que tende a pender, cada vez mais a favor da oposição.

3) Fixação, em definitivo, na Carta Magna, da eleição para Governador sob forma indireta, que não caberia exclusivamente à Assembleia Estadual, mas sim a um Colégio Eleitoral, constituído pelos membros daquela e por representantes de áreas eleitorais (que poderiam ser os próprios distritos eleitorais), em igual número por área, de modo a dar uma composição menos influenciável pelos votos urbanos.

4) Adoção constitucional do regime de voto distrital para eleição dos deputados estaduais e federais, que seria progressivamente atingido, através de um sistema misto de votos distritais e gerais, os últimos dos quais seriam reduzidos gradativamente, até desaparecer; a eleição dos representantes dos distritos eleitorais, que completam o Colégio Eleitoral para votação de Governador, far-se-ia, desde o início, mediante voto distrital.

5) Inovação constitucional do regime de voto circunscricional, para eleição dos senadores, também alcançado após uma fase mista, em que uma vaga de senador seria preenchida por votos gerais e as outras por votos de circunscrições, compostas estas de vários distritos eleitorais.

6) Manutenção, na Carta Magna, do sistema de voto direto para a eleição dos Prefeitos e Vereadores.

4.2.3.) Aí estão apenas algumas idéias, que, naturalmente, se poderiam ser desdobradas e completadas, se obtivessem uma aceitação, em princípio, por parte da cúpula governamental.

4.24) Deve ficar claro, contudo, que, para se fazer uma reforma do tipo da sugerida, a última oportunidade que se apresenta é agora, enquanto o Governo ainda possui maioria no Congresso Federal, vale dizer, enquanto não se fazem novas eleições para a renovação de dois terços do Senado e a totalidade da Câmara".

Um Conselho Constituinte está contido nas reformas do regime, embora com composição ligeiramente diferente mas atendendo ao mesmo espírito.

De fato a nova lei partidária do projeto de reformas é bem mais rígida que a atual, embora a resultem num pluralismo.

As eleições indiretas para governadores foram estabelecidas pelo pacote de abril.

A Arena pôs em tramitação no Congresso um projeto de instituição de voto distrital, no que parece ainda sem uma firme definição de governo sobre o assunto.

A hipótese do golpe: Constituinte com Geisel.

Os senadores bônitos por enquanto 1/3 de senador foram criados pelo pacote de abril.

Enquanto o senador Portela se entregava a conversas com vários "elitos" do país, Geisel e seus assessores estabeleceram em junho.

O espírito central das atuais reformas é civilizar o regime autoritário disfarçando-o dos atos de exceção nas já famosas "salvaguardas".

Usina de Tubarão

Novo escândalo ou a lógica da dependência?

Carlos Silveira

Um dos maiores projetos econômicos em andamento - a Usina de Tubarão - está hoje sendo questionado.

Os custos da usina estão orçados em 2,7 bilhões de dólares (cerca de 50 bilhões de cruzeiros)! Empresários e técnicos (até ligados ao governo), com razões as mais diversas, questionam a validade do projeto.

A Siderbrás, criada para defender a siderurgia nacional, já cedeu o controle de Tubarão a grupos externos.

Um novo escândalo à vista?

Ou simplesmente a nova lógica da acumulação capitalista?

Este artigo revela dados pouco conhecidos

do grande público e tenta situá-los na estrutura econômica brasileira pós-64.

Assinatura do acordo entre a Siderbrás, uma espécie de Petrobrás do aço, e as empresas estrangeiras Kawasaki Steel, japonesa, e Finsider, italiana, que define a participação de cada um dos três "sócios" na compra de equipamentos para a futura Usina Siderúrgica de Tubarão, no Espírito Santo, tem despertado fortes críticas por parte de setores em geral afinados com a política governamental.

Mesmo as condições em que o empréstimo externo de U\$ 700 milhões foi conseguido de um consórcio de bancos japoneses não escapou impune, e uma onda desmoralizante de versões sobre qual seria a verdadeira taxa de juros a ser paga, desgastou a imagem vitoriosa que o governo pretendia criar. Porque tantas críticas e qual seu verdadeiro alcance?

Vejam, brevemente, alguns dados sobre o projeto:

• O investimento global, orçado neste ano de 1977 é em torno de U\$ 2,7 bilhões, ou seja, cerca de cinco vezes a previsão de 1972 quando o projeto foi inicialmente concebido;

• O financiamento de U\$ 700 milhões tem prazo de 12 a 14 anos para ser pago, com um período de carência de seis anos para o primeiro pagamento;

• A taxa de juros a ser cobrada pelo empréstimo será de 1,25 a 1,37% acima da taxa normal interbancária de Londres (LIBOR) a título de risco ("spread"), mais uma parcela a ser paga adiantadamente no montante de 1,5%, ou seja, U/10,5 milhões, a título de comissão, mas cujo título é controverso: as fontes se contradizem entre "flat fee", "commitment fee" e "management fee" numa seqüência de declarações e desmentidos que lembra o velho samba do crioulo;

• O capital nominal da empresa é dividido entre os três sócios de maneira à Siderbrás ficar com 51% das ações, mas não ter poder de comando sobre as decisões mais importantes da empresa, pois nestas a divisão daquelas ações entre ordinárias, preferenciais de tipo A e tipo B alteram as proporções de tal modo que as coisas ficam 50% para a Siderbrás e 50% para os "sócios" estrangeiros. O truque está no fato de que as preferências tipo A, todas sob controle da Siderbrás, não votam em decisões sobre, por exemplo, a compra de matéria-prima - carvão e minério de ferro -, sobre planos de expansão e sobre pedidos de financiamento;

• Também no tocante à diretoria, o mesmo artil: são cinco diretores, três dos quais nomeados pela Siderbrás, inclusive o presidente, contudo parte das decisões, justamente as mais importantes, só podem ser tomadas se pelo menos quatro diretores a aprovarem, com a presença dos cinco. Pode-se vetar qualquer decisão com uma simples ausência;

• O fornecimento dos bens de capital está a cargo dos três sócios em proporções iguais, um terço para cada um. Isto equivale a dizer que dois terços dos equipamentos serão comprados externamente. Ainda, há um acréscimo de 5% no preço dos equipamentos estrangeiros a pretexto de "comissão" ou sabe-se lá que nome se inventou;

• O projeto será incluído no Belfex - um programa de incentivo a exportações -, o que quer dizer, isenção do exame de similaridade, isenção de imposto de importação, IPI, ICM e outros impostos e subsídios vários, como por exemplo, crédito fiscal.

Participação Nacional

O projeto vem sofrendo críticas em virtude da pequena participação da

indústria nacional de bens de capital, por parte principalmente da ABDIB, e SIMESP, órgãos empresariais que representam aquela indústria, técnicos governamentais de tendência "nacionalista" como Marcos Vianna, presidente do BNDE. Também tem sido criticada a qualidade do projeto e sua má localização, advindas de gente como Delfim Neto, (o primeiro interessado provavelmente em despregar Severo Gomes, o então Ministro da Indústria e Comércio), e gente ligada à Usiminas e políticos mineiros.

Não são estas que nos inspiram a examinar o projeto, todavia. Resta saber o porque de um projeto com tantos pontos falhos apesar do longo amadurecimento (de seis anos praticamente), o porque do sigilo, das indecisões governamentais que ora afirmam ser o projeto definitivo, ora dizem estar renegociando a participação da indústria brasileira no fornecimento dos equipamentos da usina, e, principalmente o porque do tipo de vínculos externos estabelecidos, onde empréstimo externo,

importação de bens de capital e exportações se mesclam condicionalmente num só projeto.

Na realidade, o Projeto de Tubarão revela de modo excepcionalmente claro o sistema de comprometimentos externos que, numa só palavra, o "modelo brasileiro" foi gestando, vínculos cujas determinações mais gerais vinham, entretanto, se estruturando já antes de 1964.

Não se trata aqui de opor o "externo" ao "interno", na tradição das análises predominantes na década de 50 e mesmo de 60 e que até hoje permeiam boa parte das análises sobre a realidade brasileira, em que o primeiro seria "fracionário" e o segundo "progressista". É preciso, isto sim, revelar como o sistema econômico brasileiro - que na fase de expansão industrial conhecida como de "substituição de importações" foi contra o ordenamento internacional promovido e controlado a partir dos centros internacionais de decisão - ajustou-se às suas novas necessi-

dades (que, por sinal, sofreram uma inflexão, em parte influenciados por aquele processo ocorrido em vários países) e hoje, atende como espaço sócio-econômico aquele ordenamento; em outras palavras, ajusta-se aos novos quadros da divisão internacional do trabalho desenhado pela expansão do capitalismo internacional. Estes novos quadros reservam a países industrializados da periferia a "ESPECIALIZAÇÃO" na produção de certos bens, mas não de outros, de maneira, que a sua estrutura industrial fique incompleta, por assim dizer. A dependência se renova em um outro patamar, agora de tecnologia e bens de capital que são reservados ao centro, enquanto a periferia se limita à produção de bens de consumo, alguns intermediários e poucos bens de capital.

A outra face da dependência externa se manifesta no fato de que boa parte do capital industrial brasileiro é estrangeiro. Isto significa que parte do excedente gerado precisa adquirir a

forma de dinheiro apropriável por aqueles que detêm tal capital, isto é, os lucros apropriados internamente necessitam ser convertidos (em parte) na forma de meios de pagamentos internacionais. A exigência de fluidez internacional se torna cada vez mais importante, à medida que as grandes empresas capitalistas internacionalizam seu capital produtivo, ademais dos mercados. Paralelamente, essa exigência de maior fluidez leva a que o capital financeiro se "descole" do capital produtivo, dando maior flexibilidade ao sistema como um todo. Daí, ter o capital estrangeiro, não só no Brasil, como na América Latina, assumido mais ou menos de dez anos para cá, (as datas pouco significam nestes processos) a forma de empréstimos e financiamentos e não de investimentos diretos, prioritariamente.

Tubarão e o endividamento externo

De que maneira o Projeto Tubarão se vincula a este processo? Em primei-

ro lugar, o Projeto Tubarão foi pensado como um projeto de exportação, enquanto que o Brasil é um importador líquido de aços planos, e se manteve como tal, mesmo depois do mercado mundial de produtos siderúrgicos revelar-se saturado. Localizou-se no Espírito Santo, o que facilita a exportação, mas encarece o transporte para os centros consumidores internos. E, teve que aceitar no acordo com os "sócios" estrangeiros a possibilidade de reduzir quotas de exportação a que estes se obrigam no contrato. Lição a extrair-se: é preciso exportar a qualquer preço.

Em segundo lugar, os "sócios" estrangeiros só entram no acordo se a eles couber a parte de leão do fornecimento dos bens de capital da usina. Acrescente-se que eles cobram uma "comissão" de 5% por essa compra, e assim 66% do equipamento serão comprados com um sobre-preço naquela proporção em relação aos outros 33% comprados internamente. Lição: atrofie-se o setor produtor de bens de capital interno e vincule-se toda expansão interna ao setor externo.

Em terceiro lugar, só assim se consegue capital estrangeiro, que prefere entrar como empréstimo e não como investimento direto, capital essencial para elevar a capacidade de pagamento externa. Lição: o capital internacional vincula o seu aproveitamento à capacidade que seu retorno ampliado se dê de forma "fluida", isto é, sob a forma de meios de pagamentos internacionais, garantida pelas exportações.

Assim, o que aparece como a crescente necessidade de exportar e de trazer capital estrangeiro, e ao mesmo tempo, a necessidade de vincular a periferia industrializada do mundo capitalista de forma dependente e de gerar, junto com os lucros, a forma de transformação desses lucros em dinheiro internacional, em "equivalente geral" em todo o circuito do capital internacional, movimentos que, entretanto, não são independentes, sendo ao contrário bastante interligados, como o caso de Tubarão sugere.

O "resultado" do processo - que só pode ser visto como as consequências de sua reiteração e das contradições que gera, ou seja, como o movimento dinâmico da sociedade - leva ao crescente comprometimento dos recursos produtivos do país à criação de formas de pagamento internacionais. Empréstimo no exterior para o pagamento de importações e pagamento da dívida externa e vincula-se porções cada vez mais significativas dos recursos do país para o mesmo fim, e, como resultado, necessita-se de exportar-se e emprestar-se mais, numa bola de neve crescente.

Não se prevêem catástrofes, mas apenas se apontam, ao final, alguns exemplos, que as "soluções" encontradas dentro do atual sistema apontam: no setor primário, reduz-se a plantação de feijão e amplia-se a produção de soja, o primeiro produto de consumo da classe trabalhadora, e segundo produto de exportação; no chamado Departamento III, onde se produz bens de consumo capitalista, amplia-se a exportação do setor automobilístico, por exemplo, e para isso se concedem enormes incentivos; já foi dito com respeito a Tubarão para onde aponta a produção de alguns bens intermediários de produção; e, por fim, "doa-se" porções do território nacional às Volksweiges, Janis, etc., sob o disfarce de incentivos fiscais, como pagamento daquelas vinculações. Resta aos trabalhadores não somente gerar o excedente, mas também em forma "apropriável" externamente.

Adivinhe quem veio votar? O GAC e o MAC.

O Terror atacou outra vez em Belo Horizonte. Os alvos dessa vez foram os estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais e o jornal De Fato.

Por volta das 14 h, do dia 1º, assim que os fiscais das chapas que concorriam às eleições para Diretório Central dos Estudantes da UFMG depositaram as urnas recolhidas em outras escolas, na sala do Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina, ouviu-se o barulho da explosão. Eles mal tiveram tempo de correr e apagar o fogo, que já se alastrava pelas outras urnas, colocadas em cima de uma mesa. Dentro de uma delas, a da Faculdade de Odontologia, havia sido colocada uma bomba, destruindo cerca de 20 votos.

A gente acredita que foi algum agente do GAC ou MAC, infiltrado naquela faculdade, que colocou o explosivo na urna, dentro de uma espécie de envelope", explica um dos membros do DCE, Alberto Magno, o "Gigante". Segundo ele, a conclusão a que chegaram, para o fato da bomba ter demorado a explodir, é a possibilidade de ter sido feita com algum tipo de material que vai correndo o invólucro aos poucos, e ao terminar, entrando em contato com o oxigênio, explode.

"O que até certo ponto para nós foi uma sorte, continua o universitário. Nós recolhemos as urnas do turno da manhã ao meio dia, e estivemos circulando em elas até as 14 h. Estavam colocadas em cima do tanque de gasolina do carro em que estávamos, eu e mais cinco pessoas. Com os vidros fechados por causa da chuva, se a bomba tivesse explodido ali, as consequências poderiam ser bem graves".

Mas a participação dos terroristas nas eleições do DCE não terminou aí. Quase que simultaneamente, outra bomba explodiu no Instituto de Ciências Exatas, dentro da urna das escolas de Química e Física, na sala em que se realizavam as eleições. Ela foi totalmente destruída, e todos os votos queimados. Nem por isso os agentes do terror atingiram seus objetivos, pois conseguiu-se retardar a votação, uma vez que ali a urna havia sido aberta pouco antes do atentado.

Para Jesus Santiago, presidente do DCE, essas bombas tinham um objetivo bem definido: "Eles tinham o claro significado de tentar impedir uma conquista dos estudantes, ou seja, a realização das eleições diretas para o Diretório Central, e

que vêm sendo feitas aqui desde 1976. Se antes a repressão se utilizava dos canais internos da própria Universidade, agora nem isso ela está conseguindo fazer. Hoje eles apelam para organismos paramilitares, para métodos espírios, uma vez que não conseguem mais se colocar numa postura de fazer valer o Decreto 228, feito para impedir que os estudantes elejam seus representantes.

No final as eleições apresentaram a Centelha como nova diretoria do DCE/UFMG. Em dois dias, 30 de agosto e 1º de setembro, um total de 10.653 estudantes compareceram às urnas para votar. Concorrerem quatro chapas. A tendência Liberdade, na direção do DCE há dois anos, obteve 2.511 votos, ficando em segundo lugar. A Centelha, vitoriosa, obteve 5.486 votos, mais de 50% do total.

De Fato

Menos de 24 horas após os atentados às urnas do DCE, na madrugada do sábado (dia 2), a sede do Jornal De Fato foi invadida e saqueada. O telefone foi roubado, juntamente com uma caderneta de endereços. Ali, o objetivo, dos terroristas ficou muito claro: incendiar a redação do jornal. Ao lado da bomba, que não chegou a explodir, havia sido colocado um recipiente de plástico com álcool.

Segundo nota distribuída pelos membros do DE FATO "esta invasão veio confirmar as ameaças telefônicas feitas ao jornal, a partir do nº 24, no qual foi publicado um documento denunciando nominalmente alguns dos torturadores mineiros". Um dia após a invasão da Sucursal do Jornal EM TEMPO em Belo Horizonte, o diretor responsável pela publicação já havia inclusive recebido telefonemas anônimos ameaçando e advertido de que eles seriam "os próximos".

Solidários, os vizinhos ao perceberem pela manhã, que o jornal havia sido invadido, eles mesmo tomaram a iniciativa de chamar a imprensa, e tentar entrar em contato com o pessoal do De Fato.

Ao que tudo indica esses serão mais dois casos a tramitar indefinidamente nas delegacias de Belo Horizonte. A atuação dos órgãos de repressão até agora não tem passado do comparecimento de policiais aos locais, muitas vezes sem terem sido inclusive convocados pelas vítimas, ou se restringem às perícias, ou pretextos para vis-



Nas eleições para o DCE-federal em Belo Horizonte, o terror de extrema-direita deixou duas bombas nas urnas, que por muito pouco não atingiram os estudantes. Também no jornal DE FATO, houve um atentado semelhante, mas falhou.

O objetivo era incendiar a sede da publicação, que denunciou recentemente nomes de torturadores mineiros. Enquanto isso, as autoridades nada apuraram sobre os dois atentados à sucursal do EM TEMPO.



Ato público insiste na CPI contra terror

Sem aparato policial, num ambiente que não era tenso, mas onde todas as fisionomias se mantiveram o tempo todo sérias, conscientes do compromisso que ali estava sendo reafirmado, 400 pessoas compareceram ao Ato Público patrocinado pela ABI, Sindicato dos Jornalistas e sucursal do EM TEMPO, no Rio, no último dia 4. Representando a ABI, o historiador e jornalista Hélio Silva disse na abertura da cerimônia que "se em outros tempos o silêncio nos era imposto, hoje ele nada mais representa além da omissão". "A liberdade de expressão é mais que um direito, é um dever de cujo exercício não podemos fugir face aos atentados sofridos pelo EM TEMPO."

O chefe da sucursal do EM TEMPO, no Rio, Claudio Câmara, também fez uso da palavra: "E quando os movimentos populares começam a dar seus primeiros passos unitários que recrudescem os ataques dos grupos clandestinos de direita. Não nos intimidamos, mas queremos o fim da impunidade."

Representando o Comitê Permanente da Liberdade de Expressão, Tânia Pacheco se referiu ao homem da rua, anônimo e sem cara, que resiste e continua a dizer "não": "É ele quem nos dá condições objetivas para estar aqui, nesta tomada de posição contra o medo, contra o terrorismo e pela instalação da CPI que, afinal, apure as responsabilidades até hoje ignoradas."

Os oradores, pelas entidades presentes, se sucederam em ordem, sempre manifestando a necessidade de uma mobilização constante contra a repressão que tem em vista intimidar

e impedir a todo custo a conquista das liberdades democráticas. "Diante da repressão articulada, disse Eni Moreira, do Comitê Brasileiro pela Anistia, nossa resposta necessária é a união de todos os que lutam pelos legítimos anseios de liberdades de expressão e manifestação e pela livre organização político-partidária." Eni lembrou os atentados de tempos passados, referindo-se aos inquéritos formais e processos arquivados, concluindo que: "A denúncia fundamental é de que esse regime está sendo dirigido por um governo minoritário, contra a continuidade do qual se volta a maioria esmagadora da Nação, sem ilusões de que serão os donos do poder que investigarão seus próprios atos ilegais de arbítrio e de violência indiscriminada".

No encerramento do Ato Público, o abaixo assinado ganhou mais 17 adesões, de entidades e jornais independentes, que vieram se juntar às outras 44 que, em São Paulo, já haviam apresentado sua solidariedade ao jornal e exigido a instalação da CPI. Foram elas, além das promotoras do Ato, os sindicatos de Rodoviários e Metalúrgicos, o grupo Renovação da OAB/seccional do Rio de Janeiro, a Federação de Teatro Independente, o Comitê da Imprensa Independente, o Comitê pela Liberdade de Expressão e o Comitê Brasileiro pela Anistia, os jornais MOVIMENTO REPORTER e VERSUS, os DCEs da Pontifícia Universidade Católica, da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade Federal Fluminense (Niterói), CA da Faculdade de Comunicação e DA de Química, da UFRJ.

(Sucursal do Rio)

POR QUE A GREVE NÃO VINGOU?

Em São Paulo, o movimento de paralisação deflagrado por uma assembléia de três mil bancários, por aumento salarial, não chegou a contagiar toda a categoria e terminou no segundo dia, diante de drásticas ameaças punitivas do ministro Arnaldo Prieto, do Trabalho. Grande parte da Oposição Sindical acredita que o desencadeamento da greve foi precipitado. A imaturidade e inexperiência dos bancários constituídos na sua maior parte de jovens e com pouco tempo de banco, gerou um anseio incontido pela paralisação, inflamado por um imediatismo que supunha a adesão da categoria, dada a palavra de ordem. "Não havia nenhuma direção em que a categoria acreditasse", analisa um membro da Oposição.

O teste da greve pelo qual passaram os bancários paulistas, nesta última semana, só veio comprovar a posição privilegiada que ocupam as instituições financeiras dentro da economia nacional. Depois de vários meses, em que o governo aparentemente já vinha se acostumando a movimentos desta natureza, uma categoria de assalariados é surpreendida com tratamento diverso quando tenta se utilizar das paralisações como instrumento de reivindicação salarial.

O governo foi obrigado pelos trabalhadores a conviver com as greves que se iniciaram no ABC paulista. Mas neste caso, não há dúvidas que as pressões dos banqueiros forçaram uma reação em sentido diferente. O desenvolvimento da economia brasileira beneficia em muito os bancos, que notoriamente detêm grande influência nas esferas de decisão oficial. A criação do novo dispositivo anti-greve, o recente decreto-lei 1632, incluindo o setor bancário na área de segurança nacional, já demonstra essa disposição.

A repentina mudança de atitude do ministro Arnaldo Prieto, do Trabalho, também revela o nível das pressões. Segundo ele, no primeiro dia, o movimento dos bancários não justificava a adoção de medidas legais, pois era "inexpressivo". Entretanto, no segundo dia, Prieto emitiu um drástico despacho, pedindo a punição dos grevistas.

O que foi a greve

Segundo o controle realizado pelo Comando Geral da Greve, na sexta-feira, dia 1º, das 1.500 agências

bancárias existentes na capital, 68 tiveram suas atividades paralisadas total ou parcialmente. Incluindo-se a utilização da operação-tartaruga, calcula-se que entre 7.000 e 10.000 bancários aderiram ao movimento.

A paralisação mais significativa ocorreu na agência central do Banco do Brasil, onde foi geral, fazendo com que o Banco só abrisse as portas por volta do meio-dia.

Para grande parte dos bancários, as pressões imediatas a que foram submetidos foi a causa maior do movimento não ter se expandido. Ameaças de enquadramento na Lei de Segurança Nacional e de prisão ou circulares com sutis ameaças foram métodos largamente utilizados para amedrontar a categoria. Além disso, policiais do DEOPS mantiveram intensa vigilância nos bancos e no Sindicato. Inclusive internamente, como no setor noturno de compensação do Banco do Brasil, considerado essencial, onde elementos estranhos permaneceram durante todo o expediente.

Mesmo assim, algumas agências pequenas e setores de grandes agências conseguiram obter total paralisação no primeiro dia de greve.

Estas pressões fizeram com que, em assembléia no sábado, dia 2, cerca de 1.200 bancários mudassem a tática grevista, decidindo faltar nos bancos a partir da segunda-feira, indo ao Sindicato. Em consequência disto, as pressões também mudaram, acentuando-se. Meios de comunicação, como o rádio e a TV, onde é proibido falar-se em greve, foram intensamente utilizados no fim-de-semana prevenindo possi-

veis adesões ao movimento. No dia seguinte, os jornais estampavam grandes manchetes onde o governo pedia a punição dos grevistas e informavam que seria preso quem se dirigisse ao Sindicato. Diante dessa campanha, agonizava a greve bancária, no seu segundo dia.

Houve demissões em massa, como no Banco Mercantil onde todo o setor de Microfilmagem foi dispensado e na agência São Miguel do Bradesco, 30 funcionários. Apesar do Sindicato ter suspenso os trabalhos de homologação a fim de não efetivar as possíveis demissões, elas ultrapassaram número de 100. Advertências e suspensões também ocorreram. Foram ainda presos seis bancários que distribuíam boletins e registrada uma queixa de espancamento de um funcionário do Bradesco, no interior da agência na Cidade de Deus.

Já no segundo dia, a diretoria e a Comissão Salarial do Sindicato dos Bancários suspendia a greve, solicitando a categoria o retorno ao trabalho.

As causas do final prematuro

A proteção dada ao patrão banqueiro e a falta de uma organização mais coordenada da categoria são os fatores mais apontados como causas do final prematuro da greve.

"A categoria é dispersa, porque se encontra espalhada nas diversas agências. A sua organização tem que se dar no Sindicato", diz um membro da oposição. Quanto a isto a culpa é atribuída a Diretoria, visto esta sempre ter estado distante das

reivindicações de seus representantes e impedir o trabalho da oposição. A luta pela formação de comissão por bancos, levada pela oposição sempre foi difícil, na medida em que a Diretoria se nega a imprimir boletins, dificulta a realização de reuniões abertas, e vive num processo de delação dos elementos mais combativos.

Os entraves colocados a ampla mobilização da categoria levou "a falta de direção, que foi imatura, não se dispondo a preparar a greve.

Não havia nenhuma direção em que a categoria acreditasse. A greve foi mais significativa no Banco do Brasil, porque o banco que tem uma comissão mais bemorganizada e há mais tempo", lembra o elemento da oposição.

A própria imaturidade e inexperiência dos bancários, constituídos na sua maior parte de jovens e com pouco tempo de Banco, devido a grande rotatividade existente no setor, gerou um anseio incontido pela greve, inflamado por um imediatismo que supunha a adesão da categoria, dada a palavra de ordem.

Grande parte da oposição acredita que o desencadeamento da greve foi precipitado e que houve uma radicalização em cima dos 65% exigidos, sendo causa disso a intransigência dos banqueiros não cedendo em nada de seus fabulosos lucros.

O advogado do Sindicato, Pedro Dada, tem uma opinião semelhante a da oposição. "A greve deveria ter sido mais coordenada antes de ser deflagrada. Desde que o foi, o dever da Diretoria e do advogado é defendê-la. O que prejudicou foi a



ameaça de repressão, a divisão da Diretoria e a falta de liderança".

Sindicato fechado

"Chega de palhaçada. Agora quem manda aqui sou eu". Com estas palavras, o diretor tesoureiro, Pedro Alexandre Caldas, fechou a sede do Sindicato na segunda-feira, à noite.

A diretoria, que demonstrava estar apoiando a greve, toma novamente atitudes policiaes, impedindo os associados de utilizarem a entidade e inclusive a entrada de jornalistas. Outro diretor, Diamantino França, ameaçando o presidente, Francisco Teixeira, de rompimento "caso ele abrisse o Sindicato", declarava à imprensa que "não houve greve de bancários".

Segundo Pedro Dada, a intervenção do órgão já está fora de cogitação, desde que o acordo com os banqueiros foi firmado. Entretanto, um membro da oposição diz que "parece que o Teixeira foi demitido de seu cargo, e quem está mandando agora é o Caldas". No entanto, acredita que, caso seja certo isto, "foi muito mais devido a sua inabilidade e desmoralização do que pelo apoio que deu à greve".

O saldo do movimento

A oposição está agora empenhada em fazer um balanço de toda a campanha salarial e, através de uma reflexão extrair os pontos positivos do movimento.

"A experiência foi importante para a categoria, na medida que ela

pode saber o significado do local em que trabalha, o que é seu patrão ou seu Sindicato. O pessoal que participa hoje ativamente é quatro vezes mais que o que participava antes desta Campanha Salarial. Grande parte da categoria viveu a greve, sentindo a repressão dentro dos Bancos, questionando se estava preparada ou não para concretizá-la. Foi a primeira greve que checou a estrutura sindical, porque foi tirada a partir de comissões por Banco, reunidas no Sindicato, transformando-o".

Admite a Oposição Sindical que, historicamente, este movimento vai ser importante, "apesar de ter custado muito". As demissões atingiram as comissões e as novas lideranças que começaram a surgir antes da greve, mas em termos do seu programa para as próximas eleições, a campanha salarial fez com que houvesse um avanço. "O direito de greve, a transformação do Sindicato, a liberdade de organização, hoje são bandeiras que chegaram à categoria".

E esperado que a repressão tente agora cortar mais cabeças da Oposição e, sendo assim, o importante é continuar com as comissões que já existem. Além disso, está sendo criada a Comissão Permanente de Defesa do Trabalhador Bancário, cuja primeira tarefa é a luta pela readmissão dos elementos demitidos durante a campanha.

(Terezinha Vicente Ferreira)



ECOLOGIA

Estão botando fogo no Brasil

Essa aí foi a frase ecológica da semana, pronunciada por Paulo Nogueira Neto, titular da Secretaria Especial de Meio Ambiente, do governo federal, ao definir o quadro de destruição do verde, que as queimadas marcam anualmente no país. A devastação do meio ambiente é o tema da obra "Ecologia e Sociedade", uma coletânea de 12 artigos, coordenada por Carlos Eduardo Lins da Silva. Aqui, uma resenha do livro e o debate do assunto.

tão, o conflito com a natureza vai ser muito maior" (p. 75). Desta maneira, apesar dos autores de **Ecologia e Sociedade** recusarem-se, corretamente, a dar prioridade à preservação da natureza sobre os interesses dos homens, colocações como estas acima terminam por deixar a questão muito ambígua.

Em primeiro lugar, a própria expressão "produção excedente", por si mesma, não define nada. Pois o problema do capitalismo não é a criação de um "excedente" e sim o modo em que é criado e repartido. Além disso, mesmo que toda a produção mundial de alimentos fosse equitativamente distribuída não seria suficiente para cobrir as necessidades vitais dos habitantes deste planeta (em termos de rações suficientes de proteínas, vitaminas etc). Logo, o "excedente", em abstrato, ainda não existe.

Sem se dizer que em uma sociedade em que necessário é somente o que "dá aos homens produtivos condições de continuarem produzindo" (tal como define o autor no trecho já citado), os velhos e as crianças deveriam morrer de fome... Aliás, sem querer forçar muito a mão, o problema da escassez alimentar era resolvido, em muitas tribos indígenas, pelas práticas da infanticídio e do abandono dos velhos.

O domínio da natureza é indispensável

É preciso, pois, recolocar a questão do excedente: ao formulá-la em termos de "necessário" e "sobra" o artigo deixa de lado o fato de que a "sobra" de hoje depende da capacidade de uma determinada sociedade em alimentar mais indivíduos. Porque a capacidade de reprodução de qualquer sociedade (que deve prover as necessidades vitais dos trabalhadores em atividade; da futura geração de trabalhadores e dos já aposentados) está intimamente relacionada com a capacidade de aumentar sua produção.

É verdade que produzimos coisas inúteis; que repartimos o produzido de forma desigual. É evidente que os produtores diretos são explorados e

uma minoria desfruta os frutos do trabalho das grandes maiorias. Produzir de maneira nova, sob a gestão dos trabalhadores e segundo as necessidades sociais é, portanto, uma necessidade para a maior parte da humanidade.

Mas a miséria que tem acompanhado a história humana não é só consequência da existência da propriedade privada e da divisão dos homens em classes. Ela também reflete o fato de que a História (com h grande) começará quando o homem dominar a natureza e passar do reino da necessidade para o da liberdade.

Só o pequeno é belo?

Estamos, portanto, de acordo com os autores de **Ecologia e Sociedade** quando afirmam que "o que se pretende não é um sistema que se acomode às pressões ecológicas, mas uma revolução econômica, social, cultural, que vá abolir a sede insaciável pelo lucro e a exploração do homem pelo homem, e, consequentemente, instaurar uma nova relação entre homens, a coletividade e a natureza" (p.299).

As divergências se manifestam quanto ao tipo de sociedade apreçada em alguns artigos do livro: "A sociedade ideal do futuro deverá ser algo como um sistema anarquista, descentralizado e desburocratizado, sem características padronizadas, e que estimule a diversidade cultural e social dos diversos grupos e diferentes respostas ao ambiente natural" (p.234). Enfim, a proposta ressalta que "Precisamos insistir nas virtudes do pequenismo" (p.238).

A defesa do "pequeno" (diversas comunidades pequenas, auto-suficientes, equilibradas, circundadas por verduras e plantas", p.238) e do agrário ("a vida humana pode prosseguir sem a indústria, mas não sem a agricultura", p.239) não deixa de ser tentadora. Afinal, descontentes com nossas atuais condições de vida, não deixamos de ser sensíveis ao apelo do bucólico, do verde, da paz e da tranquilidade. Enfim, de todas estas impressões gostosas que

nos fazem reviver o mito do paraíso perdido.

A palavra é esta mesma: mito. Porque o elogio romântico do particularismo (cada indivíduo vivendo em sua pequena comunidade, tal qual ilha tranquila) lembra as teorias do "bom selvagem" ou das maravilhas do comunismo primitivo. Só que esquece o fato de que as conquistas realizadas pela humanidade (no campo das diversas ciências) resultam da cooperação em larga escala entre os indivíduos. E é uma forma de "particularismo" (a propriedade privada) que a plena realização da cooperação sob a gestão social.

Aqueles que quebravam as máquinas para tentar se livrar da disciplina brutal do capital, nos primórdios do desenvolvimento da grande indústria, estavam se opondo a uma opressão real mas com uma perspectiva equivocada. Pois não tratava de quebrar as máquinas e voltar a produzir artesanalmente e sim de colocar as máquinas aos serviços do bem estar social. Hoje a luta não é por atomizar a humanidade em milhares de pequenas comunidades que revivem o mito da "boa vida" no interior, onde todos se conhecem, conversam na rua. Só que, contrapartida controlam a vida alheia, vivem impregnados pelo provincianismo e pelo moralismo pequeno-burguês.

Abaixo as cercas e arames farpados. Que nosso planeta, não conheça mais fronteiras, que as idéias progressistas se expandam, que os produtores controlem e planejem a produção que a humanidade se aproprie de tudo que houver de mais avançado e melhor dentro de tudo aquilo que mulheres e homens já criaram. Amigos ecologistas, o grande também é belo.

(Maria Moraes)

(1) o artigo, equivocadamente, declara que a divisão social do trabalho surge "praticamente com o capitalismo", esquecendo que a cooperação supõe a divisão do trabalho. Ademais desde os primórdios a humanidade vive sob esta divisão que, de início, é sexual referida a atividades como caça, pesca, coleta cuidado das crianças pequenas, etc.

O progresso é a realização de utopias", já dizia Oscar Wilde. E é nesta perspectiva que os autores de **Ecologia e Sociedade** (Edições Loyola, 1978), série de 12 artigos coordenados por Carlos Eduardo Lins da Silva, definem-se como utópicos, defendendo "uma revolução pacífica com o objetivo de assegurar à espécie humana o direito de sobreviver com dignidade neste planeta" (p. 296).

Ecologia e Sociedade, como frisam os autores, "é o resultado de quatro anos de experiência e discussões que contaram com a colaboração de dezenas de companheiros, ou seja, é portadora das "idéias construídas por todos os que pertencem ou pertencem ao Centro de Estudos Ecológicos de Santos.

E, também, ur. livro rico em questionamentos e propostas. De fato, o tema central, **homem versus natureza**, foi tratado de forma pluridisciplinar, com a discussão sobre as bases físicas do problema ambiental sendo complementada pelo histórico da ação humana sobre a natureza; as consequências da poluição e, finalmente, por propostas de solução. Neste sentido, o livro contém um projeto global de transformação da relação dos homens entre si e com a natureza.

Excedente é igual a supérfluo?

Uma proposta tão ampla não poderia, é claro, deixar de apresentar alguns problemas e insuficiências, ao lado de seus inúmeros méritos. Acreditando que a crítica fraternal contribui mais para o debate do que o simples elogio, passemos a ela.

"O homem evolui deprimendo" à medida em que vai aperfeiçoando seu potencial tecnológico cada vez mais transforma o meio natural (p. 53). Ora, a interferência do homem contemporâneo, que manipula a energia atômica, enquanto seus antepassados do neolítico usavam apenas algumas armas e utensílios rudimentares, está em questão justamente pela amplitude e profundidade que já atingiu.

Para analisar o problema do combate **homem versus natureza**, Marco Antônio Campanella em um dos artigos do livro (As causas da crise ambiental, p. 67) discute "os diferentes modos pelos quais o homem se relacionou com a natureza". Assim, o articulista afirma que os homens primitivos "formavam uma comunidade cooperativa onde não havia propriedade privada dos meios de produção e, nem mesmo, a divisão social do trabalho (1). Ademais, "a utilização de suas fer-

ramentas para extrair da natureza o necessário para sua sobrevivência, não gerava excedente". E este conceito é definido pelo articulista como "tudo aquilo que não era pelo homem consumido e, portanto, não lhe era vital". (p. 69)

Continuando sua explicação sobre modos de produção e uma determinada maneira de se relacionar com a natureza, o artigo descreve o feudalismo como sistema que "também gerava, através de suas relações de produção, algo excedente, ou seja, algo que era produzido desnecessariamente pelos camponeses, mas que ia para o poder dos senhores feudais" (p. 72, grifo meu). Aqui, o excedente termina por ser definido como algo supérfluo, de que o produtor direto poderia prescindir. E esta compreensão do "excedente" é importante pois dela o autor reterá conclusões que nos parecem discutíveis.

Com efeito, o problema para nosso articulista, reside no fato de que "a produção dos homens, em todos os estágios de seu desenvolvimento cria um conflito com a natureza (...) Se a produção é dirigida por alguns que têm o interesse de produzir não só o necessário para dar aos homens produtivos condições para continuar produzindo, mas também uma produção excedente en-

UMA QUESTÃO

Quatro histórias de trabalho, posse de terra e violência no campo brasileiro.

MARANHÃO

Panacardario no mato

O senador arenista José Sarney, relator do projeto governamental de reformas políticas que tramita no Congresso Nacional, não é de brincadeira. Pelo menos quando se trata de defender a Fazenda Maguari, no Maranhão, que ele usurpou de lavradores que começaram a cultivá-la em 1953. Ele é acusado de ser o responsável pelas atrocidades que os lavradores sofreram depois de derrubar a cerca da propriedade, envolvidos sem saber nas desavenças políticas entre o senador e o então governador do estado, Nunes Freire.

Lavradores do Município de Santa Luzia, no Maranhão, que reivindicam legalmente a posse de suas terras desde 1966, foram presos e torturados por terem derrubado a cerca da Fazenda Maguari. As terras da fazenda, "propriedade" do senador arenista José Sarney, que cercou toda a área do Povoado Senador, na verdade foram usurpadas dos lavradores, que começaram a cultivá-las em 1953, quando ali chegaram procedentes do Ceará, tornando produtivas terras até então consideradas como devolutas.

Por ordem de Sarney eles tiveram unhas e cabelos arrancados, foram submetidos a choques elétricos e espancamento com corrimão de

fuzil, suas casas foram arrancadas a trator e incendiadas, mulheres e crianças sofreram sevícias, suas filhas foram ameaçadas de estupro e muitos dos presos estão desaparecidos. Isto aconteceu entre os dias 23 e 25 de setembro de 1975, quando os lavradores foram iniciados em vários inquéritos, inicialmente pela Lei de Segurança Nacional e posteriormente transferidos para a Justiça comum. O Governo do Estado, que através de um preposto do governador Nunes Freire, iniciou as estruturas de Sarney, durante os processos, pediu intervenção pela intervenção para apurar torturas. Mas a Polícia Federal concluiu que, apesar do primeiro inquérito ter sido feito na base da violência, suas conclusões são válidas.

mas que, ao fim de 75, início de 76, os agricultores estão praticamente sem apoio. Três povoados interiores — São Raimundo, Centro Amâncio e São Onofre — não resistem às pressões e violências, abandonam suas terras e retornam suas buscas de terras livres ou reformam no Ceará. Nos outros povoados, seus povoados sendo incluídos progressivamente na cerca da fazenda, de modo ilegal. Esta resistência se tornou incoerente demais para Sarney, que tenta um acordo com os agricultores, o qual jamais foi cumprido.

Aumenta a repressão

Em 75, para "propriedade" do Sr. Salomão passa para as mãos do Senador

Sarney, que coloca o Sr. Expedito Leite como gerente na "Fazenda Maguari". Aumenta a repressão através de penas pesadíssimas, mesmo venenos são vítimas de perseguições, emboscadas e ameaças, especialmente concentradas na figura de Vicente Hermínio, um agricultor que resistiu, mesmo venenos seus povoados sendo incluídos progressivamente na cerca da fazenda, de modo ilegal. Esta resistência se tornou incoerente demais para Sarney, que tenta um acordo com os agricultores, o qual jamais foi cumprido.

Em junho do ano passado as coisas começam a esquentar, com a interferência do governo do Estado, através do advogado Raimundo Bastos. Em agosto o governador do Estado do Maranhão, Nunes Freire, denuncia a irregularidade das terras da Fazenda Maguari na Comissão Parlamentar de Inquérito, em Brasília, que investiga o problema fundiário. O senador Sarney responde, denunciando Nunes Freire como um latifundiário que invadiu as terras dos índios.

"Nesta corrida à violência, os pequenos dos posseiros acusados de serem sujar as mãos. A tática normal é levantar os pequenos contra outros pequenos. Foi o caso da Fazenda Maguari, onde os lavradores foram reivindicando legalmente seus direitos desde 1969. O líder da área, aliado por um assessor do atual Governador, junto a outros lavradores arrancaram a cerca da fazenda que definitivamente apareceu como uma grilagem. O resultado foi a expulsão e o espancamento de 20 lavradores, soltos só após terem denunciado que agiram com a cobertura do Estado. Quem é perseguido e espancado regularmente assim, quem não sabe o que fazer, não brigam entre si deixando os pequenos em paz?" (Comissão Pastoral da Terra do Maranhão).

Os conflitos de terra são a mais pura expressão desse fato. Se, dentro da Fazenda, herdado na sucessão presidencial, tem se preocupado bastante em destacar o incentivo à produção de bens de primeira necessidade como os outros chefes de seu governo. Ocupam também suas preocupações a fixação do homem no campo e até um projeto de reforma agrária para o Nordeste.

Cabe entretanto pensar se o General, com todas as suas intenções, pode efetivamente promover atração na estrutura agrária brasileira, de modo a reverter isso em proveito das imensas camadas oprimidas da população rural. Os fatos narrados pelos posseiros e pequenos agricultores do Maranhão não podem ser simplesmente entendidos como um exótico exemplo da violência dos conflitos de terras no Brasil. A generalização desses conflitos e a permanente convivência dos aparatos estatais, desde os municípios oficiais, passando pela justiça, indo até a mais grosseira repressão policial, bem demonstram que há algo mais neste conflito do que a simples ganância de um ou outro grileiro, ou mesmo de um Senador.

Reforma agrária

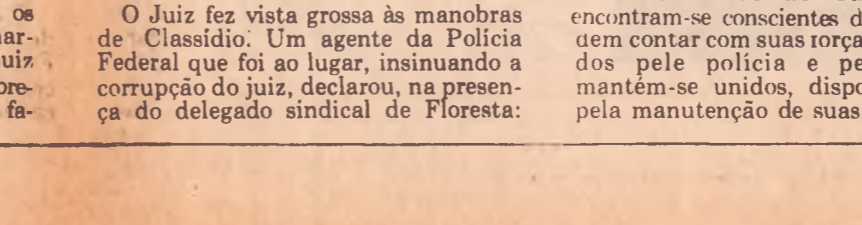
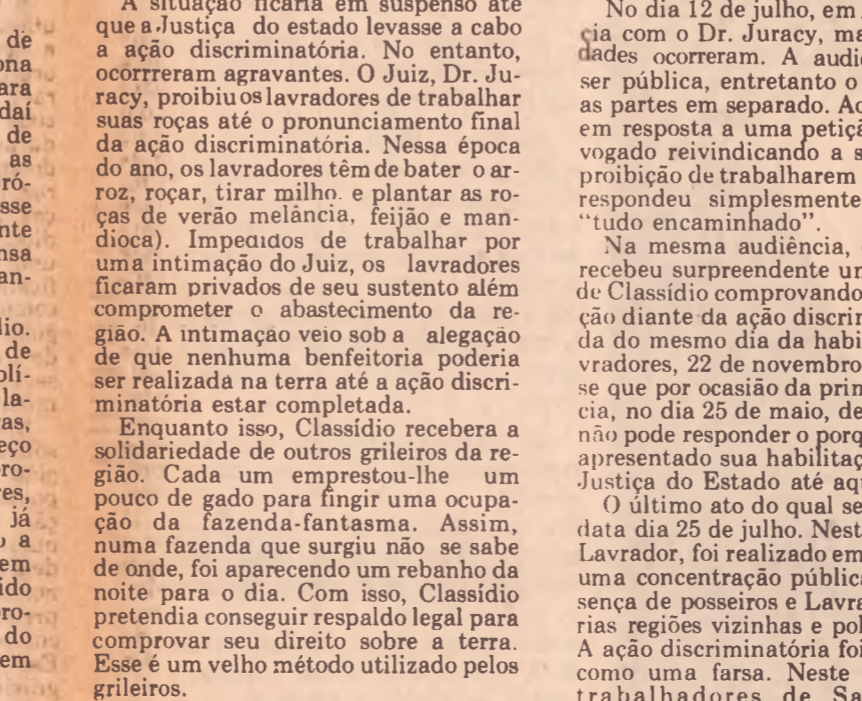
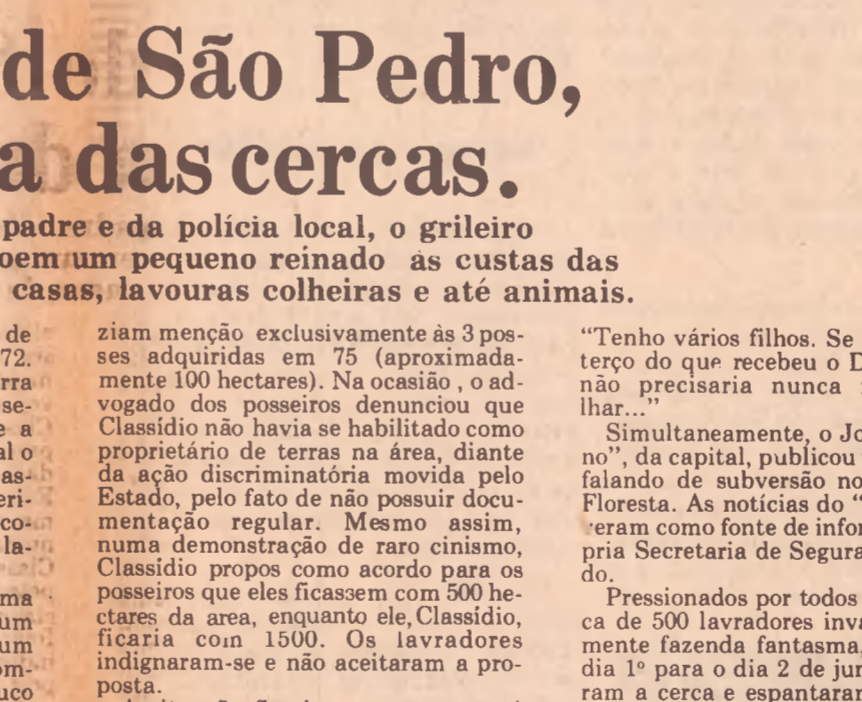
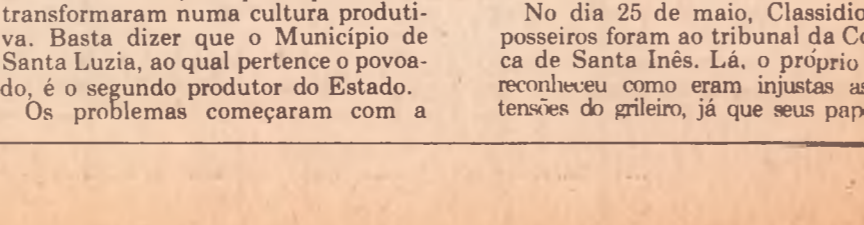
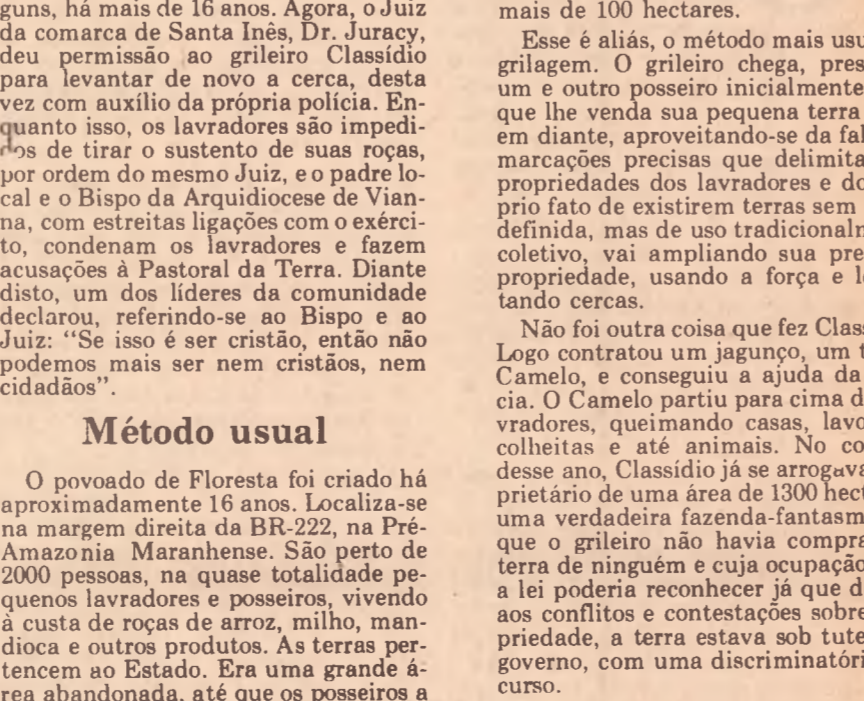
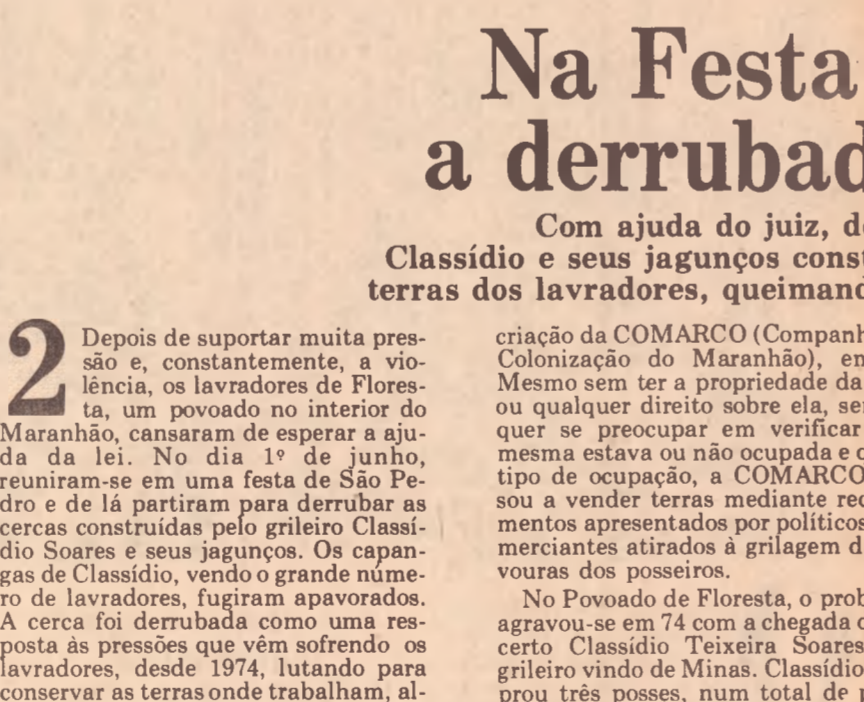
Um projeto de reforma agrária, ou seja, a simples desapropriação dos latifúndios, não pode ser suficiente para resolver conseqüentemente os problemas dos trabalhadores rurais uma vez que seu trabalho, e de modo geral, é diretamente voltado contra o próprio avanço do capitalismo no campo e não mais apenas, contra as chamadas estruturas arcaicas. O dito processo de "modernização" é o principal fator gerador da necessidade de expulsar os pequenos das suas terras e levar à falência os pequenos proprietários.

Coloca-se, portanto, o problema dentro de uma ótica mais globalizante. Obviamente, os atuais problemas do homem do campo estão totalmente vinculados a uma transformação social. Ou seja, a garantia de posse da terra para pequenos proprietários e posseiros e a superação da exploração do operário rural só se daria dentro de um programa amplo de desenvolvimento econômico e social. Finalmente, as cinco horas dos dias 25, os lavradores são liberados, depois de assinarem um termo de responsabilidade comprometendo-se a entregar Vicente Hermínio.

No mesmo dia, em São Luiz, o "Estado do Maranhão" jorna de Sarney publica na primeira página a denúncia feita pelo Senador em Brasília sobre a derrubada da cerca, preocupando-se com a reação dos agricultores, foram conduzidos de fora e que as terras de Sarney são de propriedade legal, sem existência de posseiros. De Sarney, um dos líderes da comunidade declarou, referindo-se ao Bispão e ao Juiz: "Se isso é ser cristão, então não podemos mais ser nem cristãos, nem cidadãos".

Método usual

O povoado de Floresta foi criado há aproximadamente 16 anos. Localiza-se na margem direita da BR-222, na Primavera, Maranhão. São perto de 2000 pessoas, na quase totalidade pequenos lavradores e posseiros, vivendo à custa de roças de arroz, milho, mandioca e outros produtos. As terras pertencem ao Estado. Era uma grande área abandonada, até que os posseiros a transformaram numa cultura produtiva. Basta dizer que o Município de Santa Luzia, ao qual pertence o povoado, é o segundo produtor do Estado. Os problemas começaram com a



BAHIA

Mais vale mentira de fazendeiro do que cem verdades de posseiros

O lavrador Bernardino já bateu na porta de seis presidentes da república, de Juscelino a Geisel, tentando reaver suas terras perdidas para grileiros na Bahia. Até hoje, nada. Mas ele não desiste.

A perseguição

Bernardino tem muitas histórias e sofrimento para contar. Não foi somente as suas terras que foram tomadas pelos grileiros Rosalvo Spínola e pelo juiz Anísio Borges, mas as de 40 posseiros, todos vivendo e trabalhando naquelas terras há mais de 40 anos. "Sou grileiro, e por isto luto até hoje. Somente eu recorri na Justiça contra a expulsão, todos os outros saíram com medo". Cícero Spínola, filho de Rosalvo foi nas terras de Bernardino com 30 jagunços e destruiu tudo, botando fogo inclusive nas plantações e obrigando que sua mulher, grávida, tivesse que dormir em baixo de umas árvores na proximidade. Bernardino estava fora, perdendo garantias na Justiça. A violência não foi somente nas suas posses, porque o lavrador Jaime de Souza, depois de ver suas terras destruídas ficou louco.

Mesmo expulso de suas terras, Bernardino não pode ficar sequer na região, porque o juiz mandou que ele se retirasse da fazenda Capão de Areia onde estava trabalhando com o sogro até a solução do processo. O dono da fazenda, Sr. Paulo, então resolveu se ele não soubesse, seu sogro não mais poderia ficar ali. Diane disto, só restou a Bernardino mandar a família de 12 filhos para São Paulo, onde está hoje, no local chamado Vila Sonia.

Bernardino Francisco, analfabeto, vem desde 1965 usando o método de escrever cartas para ver se alguma autoridade faz com que a lei seja cumprida e a decisão do Tribunal obedecida. Assim, numa carta sem data, ele escreveu para Humberto Castelo Branco, primeiro general na presidência após o golpe de 1964, pedindo-lhe providên-

cias. Em 11 de janeiro de 1971, mandou outra carta para a Presidência da República. Em 26 de julho de 1974, fez uma espécie de carta aberta intitulada "Queixa aos Poderes Públicos". Em 5 de fevereiro de 1975, outra, já para Ernesto Geisel, em 3 de março de 1975, ao Ministro da Justiça, pedindo punição sobre a conduta jurisdicional na comarca de Bom Jesus da Lapa. Em 21 de maio de 1975, para o DNCR e outra para o Ministro da Justiça. Em 1º de junho do mesmo ano, ao Ministro do Exército, pedindo garantias de vida contra Rosalvo e seu filho, Cícero Spínola, que publicamente estavam prometendo matá-lo (esta carta ficou sem resposta) e finalmente, em 22 de julho de 1975, outra carta para Geisel. Estas cartas foram respondidas como todas mandando que ele procurasse a Justiça.

Recorrendo à Justiça

Desde que se viu expulso de suas terras, Bernardino recorreu à Justiça, mas diante do comprometimento dos juizes de Bom Jesus da Lapa, resolveu procurar instâncias superiores. Em 1969 foi ao Rio de Janeiro falar com Juscelino. Não conseguiu, mas falou com seu secretário particular, que o encaminhou ao então governador da Bahia, Juracy Magalhães. Este, depois de recebê-lo, mandou que o chefe da delegacia de terras na região medisse suas terras. O delegado de terras orientou o diretor de agricultura da Secretaria para que as terras fossem medidas e entregue ao seu legítimo dono, Bernardino. Como o delegado de terras ficava em Xique Xique, muito distante, as terras não foram medidas.

Neste ponto Bernardino já tinha perdido suas cem cabeças de gado, planta-

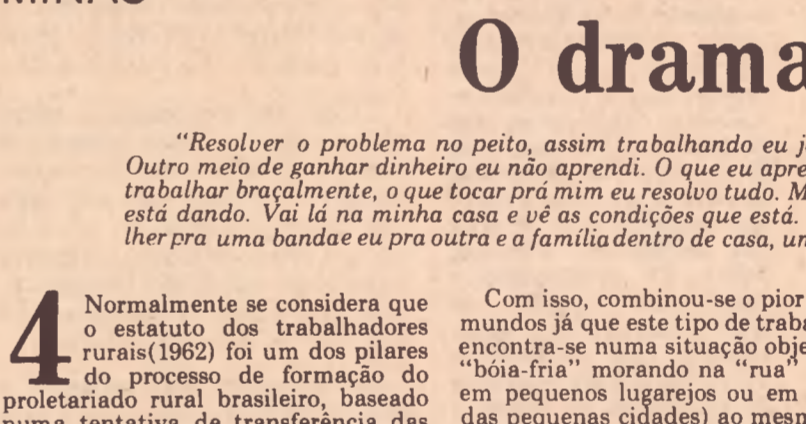
ções de milho, feijão e mandioca, porcos e outras criações. Já em 1962 foi a Brasília falar com Jango, principalmente para reclamar do fogo que botaram em suas plantações. Chegou a ir ao Palácio, e ali autorizou de novo que suas terras fossem medidas "e que a polícia garantisse a mim e a minha família". Contudo, o então Secretário da Justiça, Leonardo, não mediu as terras alegando que o problema estava sendo decidido na Justiça.

Mais quatro vezes Bernardino voltou à Brasília. Com Castelo Branco, mandaram-no para o governador Lomanto Junior. Tentou falar com Geisel, mas não conseguiu ser recebido nem por um secretário e por isto encaminhou o ofício a Contag "com meu atendimento de conduta, pedindo para que a Confederação exigisse do Presidente da República justiça para a Lapa e toda a Bahia, porque aqui não existe justiça, relatando inclusive que o advogado Eugênio Lyra, homem honesto, que dava assistência em Bom Jesus da Lapa, os fazendeiros de Santa Maria da Vitória mandaram matar no dia 22 de setembro do ano passado".

A Contag enviou então um ofício para o sindicato, pedindo-lhe providências. Só que o ofício enviado para Confederação, foi por sugestão do sindicato. Assim, Bernardino completou o círculo e como auxiliar de pedreiro continuava na luta, esperando que algum dia seja feita justiça que ele possa voltar ao que por direito e decisão do Tribunal de Justiça é seu, suas terras, hoje, campo de gado do grileiro e protegido dos deuses, Rosalvo Spínola.

(Daltton Godinho)

MINAS



"Resolver o problema no peito, assim trabalhando eu já faço. Outro meio de ganhar dinheiro eu não aprendi. O que eu aprendi foi trabalhar braçalmente, o que tocar pra mim eu resolvo tudo. Mas não está dando. Vai lá na minha casa e vê as condições que está. A mulher pra uma bandeira eu pra outra e a família dentro de casa, uma me-

Normalmente se considera que o estatuto dos trabalhadores rurais(1962) foi um dos pilares do processo de formação do proletariado rural brasileiro, baseado numa tentativa de transferência das regras trabalhistas vigentes nos meios urbanos (CLT) para o campo. Em sua fase de aplicação inicial (1966-70), o "estatuto" deu origem a uma lista infindável de demandas trabalhistas experimentando um homemamente levava a melhor pois baseado na CLT (que prescreve férias, salário mínimo e 13º salário) geralmente em quebra de safra e as oscilações de preços dos produtos agrícolas.

Este sistema, desenvolvido em extensas áreas de Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Bahia e outros estados (basicamente empregado nas lavouras de arroz, algodão, milho e feijão) levou a uma situação aguda de exploração, como revela a entrevista realizada por EM TEMPO com um parceiro numa localidade do município de Caratinga, interior de Minas Gerais. Vamos lá!

EM TEMPO: Como você chegou a atual condição de Parceiro, já foi por exemplo proprietário de terra ou tinha compra terra?

Parceiro: Nunca tentei e nem pensei porque nas minhas condições não dá pra comprar nem um litro (hectare) de terra. Porque proposta de fiado aqui e não tem, de maneira que sobre este negócio do compra, o que eu comprei foi aquele tipo de cereais pro meu comércio. Eu com eu esta luta, planto aqui, planto ali, a gente arma um rancho, mas não dá pra comprar terra, mas com a família pra não ficar todo dia na estrada igual cigano.

Você é parceiro, não tem um local de trabalho fixo nesta ou naquela fazenda? Você mora no campo, já foi por exemplo proprietário de terra ou tinha compra terra?

Parceiro: Não sou empregado de ninguém que eu moro em casa. Eu não consegui um patrão que faça aquilo que mereço dentro do serviço. Ele me põem pra trabalhar e me larga à míngua. Como que eu vou tocar o serviço? Eu vou pra rua que lá eu vou pra onde eu quero trabalhar, ouço o sujeito me paga feijão, arroz, mandioca, milho, feijão, tudo que eu estou trabalhando. Porque como é que eu vou entrar na fazenda de fazenda, caracterizando uma situação bastante peculiar: por um lado, expropriou-se o trabalhador, retirando-lhe os meios de subsistência dentro da fazenda, tais como a criação de aves e suínos e o cultivo de frutas e hortaliças. Do outro, preservou-se a relação de trabalho precaríssima (parceria) onde a remuneração do trabalhador provém da quarta parte da produção e não do pagamento de salários.

drama do parceiro

"Resolver o problema no peito, assim trabalhando eu já faço. Outro meio de ganhar dinheiro eu não aprendi. O que eu aprendi foi trabalhar braçalmente, o que tocar pra mim eu resolvo tudo. Mas não está dando. Vai lá na minha casa e vê as condições que está. A mulher pra uma bandeira eu pra outra e a família dentro de casa, uma me-

Quando ele adoeceu, não aguentou mais trabalhar, o que ele fizeram? Puseram as cuzinhas dele dentro do carro debaixo e alugaram uma casinha aqui na rua e despejaram ele aqui. Despejou e nunca mais voltou na porta da casa para saber se era vivo ou falecido. Eu não sei em que ano que aconteceu. E o que aconteceu. E o que sou filho dele, vi as condições que aconteceram e ele e encontrei logo na "rua". Aníes experimentando um homemamente levava a melhor pois baseado na CLT (que prescreve férias, salário mínimo e 13º salário) geralmente em quebra de safra e as oscilações de preços dos produtos agrícolas.

Este sistema, desenvolvido em extensas áreas de Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Bahia e outros estados (basicamente empregado nas lavouras de arroz, algodão, milho e feijão) levou a uma situação aguda de exploração, como revela a entrevista realizada por EM TEMPO com um parceiro numa localidade do município de Caratinga, interior de Minas Gerais. Vamos lá!

EM TEMPO: Como você chegou a atual condição de Parceiro, já foi por exemplo proprietário de terra ou tinha compra terra?

Parceiro: Nunca tentei e nem pensei porque nas minhas condições não dá pra comprar nem um litro (hectare) de terra. Porque proposta de fiado aqui e não tem, de maneira que sobre este negócio do compra, o que eu comprei foi aquele tipo de cereais pro meu comércio. Eu com eu esta luta, planto aqui, planto ali, a gente arma um rancho, mas não dá pra comprar terra, mas com a família pra não ficar todo dia na estrada igual cigano.

Você é parceiro, não tem um local de trabalho fixo nesta ou naquela fazenda? Você mora no campo, já foi por exemplo proprietário de terra ou tinha compra terra?

Parceiro: Não sou empregado de ninguém que eu moro em casa. Eu não consegui um patrão que faça aquilo que mereço dentro do serviço. Ele me põem pra trabalhar e me larga à míngua. Como que eu vou tocar o serviço? Eu vou pra rua que lá eu vou pra onde eu quero trabalhar, ouço o sujeito me paga feijão, arroz, mandioca, milho, feijão, tudo que eu estou trabalhando. Porque como é que eu vou entrar na fazenda de fazenda, caracterizando uma situação bastante peculiar: por um lado, expropriou-se o trabalhador, retirando-lhe os meios de subsistência dentro da fazenda, tais como a criação de aves e suínos e o cultivo de frutas e hortaliças. Do outro, preservou-se a relação de trabalho precaríssima (parceria) onde a remuneração do trabalhador provém da quarta parte da produção e não do pagamento de salários.

Quando ele adoeceu, não aguentou mais trabalhar, o que eles fizeram? Puseram as cuzinhas dele dentro do carro debaixo e alugaram uma casinha aqui na rua e despejaram ele aqui. Despejou e nunca mais voltou na porta da casa para saber se era vivo ou falecido. Eu não sei em que ano que aconteceu. E o que aconteceu. E o que sou filho dele, vi as condições que aconteceram e ele e encontrei logo na "rua". Aníes experimentando um homemamente levava a melhor pois baseado na CLT (que prescreve férias, salário mínimo e 13º salário) geralmente em quebra de safra e as oscilações de preços dos produtos agrícolas.

Este sistema, desenvolvido em extensas áreas de Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Bahia e outros estados (basicamente empregado nas lavouras de arroz, algodão, milho e feijão) levou a uma situação aguda de exploração, como revela a entrevista realizada por EM TEMPO com um parceiro numa localidade do município de Caratinga, interior de Minas Gerais. Vamos lá!

NEGROS

“É, pois é... mas é o que era de se esperar”

— Pois é, tem ficado claro que desde a sua chegada ao Brasil o negro só teve motivos para lutar e lamentar. Qual foi a recompensa pelo trabalho gratuito do sistema escravagista, senão a marginalização desde os primórdios da migração branca? Segundo Abdias Nascimento, “antes da abolição as prisões do Brasil estavam repletas de africanos livres”. Esta aí, não é por acaso nem a despeito da história que a luta do povo negro inclui hoje em seu âmago a perseguição policial que, somada às dificuldades de arrumar emprego, sem se falar de sua posição em relação ao sistema educacional, e a todos os benefícios de uma sociedade que a rejeita, a gente afro-brasileira foi “condenada para sempre a existir num mundo que não o reconhecia como ser humano, como

igual” (conforme Florestan Fernandes).

A forma de racismo que o movimento negro considera atualmente institucionalizada tem também seus precedentes no passado, quando o decreto lei de 1890 autoriza “entrada livre a pessoas saudáveis e capazes de trabalhar, com exceção de nativos da Ásia e África, que só podem ser admitidos com autorização do Congresso Nacional”. O que hoje se alinha à política de incentivo à migração de brancos racistas das colônias africanas.

Mas, apesar das chuvas de porradas, os negros nunca furtaram de se organizar no Brasil, e chegaram a ter partido político próprio, como foi o caso da Frente Negra Brasileira - FNB - fun-

dada em 1931, fechada por Getúlio Vargas em 1937, quando do “Estado Novo”, e que pouco consta nas reminiscências de nossa sociedade.

Apesar de todas as discrepâncias internas, ideológicas, regionais e econômicas a FNB se coloca entre as conquistas centrais obtidas pela negrada da terra do samba e do rei Pelé.

Depois disso, ao movimento negro, foi árduo recuperar forças para se reerguer, a ponto de terem os negros sido um dos poucos setores da sociedade brasileira a não perder voz nos anos 60, mesmo quando a questão racial fazia apitar panela de pressão na terra do Tio Sam.

E agora, nos anos 70, o que tivemos de mais significativo foi mesmo o Movimento Negro Unificado Contra a

Discriminação Racial, como um novo discurso e uma nova abordagem da problemática racial no Brasil. Até mesmo com novas formas de luta como no ato público do último dia 7 de julho, em São Paulo, impulsionado principalmente pela morte de Robison Silveira. Robison, negro, foi morto sob bárbara tortura na delegacia de Guaiunazes e outro motivo daquele ato público foi a denúncia de que quatro garotos foram impedidos de treinar no Clube de Regatas Tietê, por serem negros, acusação que as autoridades policiais reputam “sem procedência”. É, pois é... mas é o que era de se esperar! Procuramos passar a seguir opiniões ligadas à comunidade negra e aos problemas que ela enfrenta. (Wilson Prudente).

preto no branco

Testemunhos de Abdias Nascimento, Neusa Maria Ferreira, Celso Prudente e Luiz Silva.

Vontade da maioria? Ora! A maioria no Brasil, o que é?

Abdias Nascimento, ex-exilado, fundador do teatro experimental do negro (Brasil), professor de cultura africana no Novo Mundo na Universidade de Nova York:

— Como você se sente de volta ao Brasil?

— Eu me mantive sempre bem informado do processo cultural e histórico do meu país. Estava no exílio físico, mas vivendo uma atmosfera de amor de Brasil. Assim é que, acompanhando o desenrolar político de meu país, eu via falar muito em redemocratização e notava a ausência de vozes saídas do meio negro. Então, eu notava outra vez que se montava uma farsa de democracia no Brasil, porque, democracia só pode ser fundada sobre a vontade da maioria. Ora, a maioria no Brasil é negra. Então eu constatarei que era um jogo artificial dentro desse extrato minoritário que nos governa a 500 anos. No Rio de Janeiro, quando cheguei, soube da realização do ato público em São Paulo e decidi que eu estaria presente a este passo importante dado pelo negro na luta pela sua libertação.

Existe um espaço vazio, que precisa ser preenchido.

Celso Prudente do “Jornal da Capoeira”, do “Versus” e do “Repórter”:

— Como você vê hoje o movimento negro?

— Como a reanimação de um povo duplamente explorado e oprimido, relegado a cidadã de segunda classe, nesta sociedade, e lançado a toda sorte das condições sub-humanas que os outros povos rejeitam, mas que os negros foram forçados a aceitar. Somente as vastas massas negras, em movimento constante, sem aceitar paternalismo, mas sem no futuro rejeitar adesão de setores também explorados, é que encontrará uma resposta pra elas mesmas. Percebo que está havendo uma revisão nas formas de lutas assumidas pelo movimento negro de nossos dias e isto será muito bom se for conseguido acrescentar algo ao passado, sem que seja esquecida a sua consciência.

— Existe hoje uma cultura negra?

— Bem, eu acredito que hoje existe

Hoje, os negros têm que sair das assembleias fechadas, dos grupinhos.

Neusa Maria Ferreira, fundadora do grupo “Afro-Latino-Americano, uma das precursoras da luta da mulher negra nos anos 70:

— Como você vê o movimento negro hoje?

— Alguns setores mais significativos da sociedade, como é o caso dos trabalhadores, através de reivindicações mínimas, como aumento salarial, custo de vida, questionam o sistema, e muitos outros segmentos da sociedade também se levantam reclamando uma divisão de renda mais justa, mais trabalho, mais escolas, casas e hospitais. Nesse contexto social, uma fase que até se poderia chamar de transição, os negros que são mais da metade da população deste país, e são os mais prejudicados. Pelo simples fato de terem a pele preta, não poderiam permanecer calados.

— O que você acha das formas de luta assumidas pelo movimento nesta fase?

— Nós vivemos numa sociedade de pseudo-integração, as autoridades

E fato importante foi verificar o grande número de organizações e pessoas trabalhando seriamente no sentido de transformar as terríveis condições de vida em que vive o povo negro no Brasil.

— Como você analisa aquele ato público?

— O ato público mostra o despertar do negro no sentido de reatar as velhas lutas que vem mantendo contra a humilhação e pelo resgate de sua dignidade racial. Ato público consensuado, na fundação do movimento unificado contra a discriminação racial.

— Que perspectivas você atribui ao movimento unificado?

— Para mim, ele tem que se desenvolver num movimento a favor, não permanecer contra. Assim ele deverá se tornar um instrumento político por intermédio do qual o negro brasileiro poderá forjar um futuro de melhor qualidade. Eu vou criar um centro de luta do movimento, no âmbito do centro de estudos porto-riquenho na Universidade do estado de Nova York, em Buffalo.

um espaço cultural a ser preenchido no que poderíamos chamar de presença negra na cultura brasileira, é preciso ver se este espaço não está sendo ocupado por um subsídio alienante e que produz uma dependência cultural. Vejo hoje a necessidade de os negros definirem na cultura brasileira um pensamento nacional-racial, que seria a essência ideológica de qualquer posição política que os negros venham assumir.

— O que você chama de pensamento “nacional-racial”?

— Antes de qualquer coisa, é preciso entender que a situação do negro no Brasil, é diferente do que é na África do Sul, nos Estados Unidos ou mesmo no Peru. Esta diferença é quem atribui aos negros de cada país a especificidade de seus problemas e de suas lutas em relação aos de outros, e com base nela que os negros devem definir um pensamento e uma forma de reivindicação condizente com a realidade brasileira.

vivem falando que existe uma democracia racial, então eu acho que é hora da gente realmente começar a pressionar pra ver se essa democracia realmente existe, e pra que isso possa ser feito, hoje em dia, os negros têm que sair das assembleias fechadas, dos grupinhos e dos grupos que ficam elaborando teses a respeito do negro e de uma nova sociedade, quando isso está bem longe da maioria dos negros. Eu penso que hoje uma das formas da gente mostrar pra sociedade como um todo, que a gente não mais acredita nesse engodo, é indo pra ruas, e denunciando publicamente as péssimas condições de vida em que vivemos neste país.

— Neusa, como está se dando a participação da mulher negra, hoje no movimento?

— Como em todo movimento de emancipação do negro, dentro da história brasileira, a mulher sempre teve uma participação efetiva ao lado do homem negro. A luta dele é a nossa.

“A gente não pode ficar nos resultados da imprensa branca”

Luiz Silva do “Torneiro” (jornal de comunidade):

— Como você vê o saldo da manifestação negra em São Paulo?

— Eu acho que a gente não pode ficar nos resultados da imprensa branca. A gente tem que se preocupar muito mais com a repercussão no nosso meio negro. Acredito que as condições tenham sido uma impaciência geral dos negros brasileiros, justo, aliás, na medida em que a opressão é demais. Convém colocar que, se a manifestação fosse proporcional à opressão, teríamos feito na história não um ou dois atos públicos, mas duas vezes mil ou mais. Isso

já é um bom sinal, mas eu acho que o ato não foi a única manifestação de revolta ou resistência, que os negros vem fazendo no Brasil.

— Que perspectiva você atribui ao Movimento Unificado?

— A perspectiva que a gente deve ter deste Movimento, é a de que ele leve o debate da questão racial para a maioria dos negros. Penso isso porque a maioria da população vive à mercê de uma ideologia racista. Que de certa maneira atua como uma boa ferramenta de dominação do povo como um todo, é bom assinalar, boa para quem domina.

Os artistas e técnicos em espetáculos de diversões pedem a palavra:

“Não queremos ser tratados como marionetes”

Esta Carta Aberta ao Povo Brasileiro foi aprovada no I Encontro Nacional de Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões, realizado recentemente no Rio de Janeiro, no Circo Garcia. O documento já obteve adesão das seguintes entidades: Sindicatos dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Rio e de São Paulo; Associação dos Atores em Dublagem, Cinema, Rádio, TV, Propaganda e Imprensa - ASA do Rio; Associações Profissionais dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões de Minas e do Paraná; Associação dos Trabalhadores de Teatro e Dança da Bahia.

“A sociedade brasileira está submetida, cada vez mais, a regras antidemocráticas impostas principalmente aos trabalhadores - força viva e produtiva da Nação - por meio de atos de força e violência, aplicados por uma minoria improdutiva da comunidade, cujo único objetivo é a propriedade de um poder despótico.

São muitos os casos de sofrimento. Parcela de um corpo de cerca de 100 milhões de trabalhadores, a classe artística deste País quer declarar ao seu povo que não suporta mais as pressões sobre a sua consciência, o laço sobre a sua boca, as amarras sobre a sua criação e os castigos por ousar o direito à liberdade.

O exercício da criação germina a cultura, uma das ligações mais genuínas entre os homens, os povos e as nações. O cerceamento desse exercício anula a identidade dos homens, apaga a cultura dos povos, ameaça a paz entre as nações. E os cerceadores da liberdade raramente vivem para pagar pelas consequências de seus atos, legando às gerações futuras a árdua tarefa de vencer o obscurismo e a dominação.

Ordem da força

A atividade criativa em nosso País, além de sofrer a invasão de nosso mercado de trabalho e dos nossos espaços culturais pela produção estrangeira, sofre o estrangulamento das poucas possibilidades de produção que nos sobram pela ação retrógrada e repressora de uma Censura cuja finalidade,

reflexão mais profunda, uma organização mais coesa e uma prática mais contundente começam a ser desatreladas pelas mãos daqueles que são os legítimos donos da defesa dos seus próprios direitos.

Elo canalizador

do pelas bases trabalhadoras, que protestam, há 14 anos, contra a supressão do seu mais legítimo direito, consagrando universalmente: o direito de greve.

Assim como todos os trabalhadores, os artistas e técnicos vêm lutando há muitos anos pelos direitos que lhes têm sido negados e, até mesmo subtraídos.

Na luta pela regulamentação de nossa profissão, enfrentamos muitos engodos dos poderes públicos, com fins eleitoreiros. Permitimos a manipulação de nossos interesses, sem soluções para as nossas necessidades. Precisamos, no entanto, ter clareza de que não devemos aguardar o paternalismo de um poder que nos oprime e persegue.

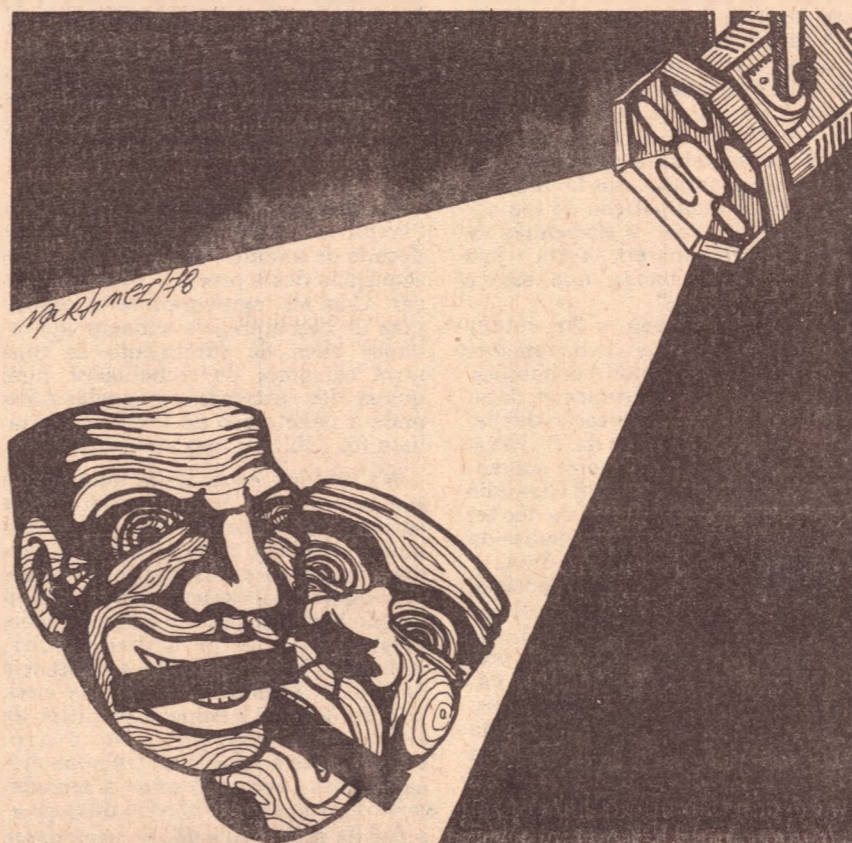
Neste momento, em que se vislumbra a possibilidade de alcançarmos uma conquista com o sancionamento da Lei 6533, que profissionaliza a nossa atividade, está sendo concedido aos empresários que sempre nos humilharam e exploraram, o poder de omitir e confundir as regras indispensáveis à garantia da aplicação dos princípios da Lei que refletem nossas reivindicações.

Não é justo que o poder econômico, detentor dos meios de produção e controlador da distribuição da oportunidade de trabalho, discipline as nossas profissões.

Na aceitação de uma regulamentação profissional de trabalhadores feita pelos patrões.

A classe artística brasileira, surrada pelos açoitados de imposições de pensamento e de comportamento, quer declarar ao povo deste País que não se conforma e não aceita ser condenada a um exercício de vida onde lhe são negados os princípios mais elementares assegurados ao homem nas sociedades livres.

Os artistas e técnicos, que proporcionam a diversão e o entretenimento ao seu povo, não querem ser encarados como marionetes sob o tendão do poder, mas como trabalhadores integrantes do corpo desse povo, cuja aspiração maior é o rompimento desses tendões, para que a criação, o pensamento, a sua manifestação e a participação dos trabalhadores no destino da Nação sejam livres.



CHILE

Cinco anos depois dos 1.010 dias de Allende

A palavra de Allende

5 de novembro de 1970
 "Contem ao mundo que aqui começa um novo capítulo da história: o povo subiu ao poder para caminhar democraticamente para o socialismo".

"O Chile inicia a sua marcha para o socialismo sem ter passado pela trágica experiência de uma guerra fratricida.

Meu governo assume o poder com o objetivo de orientar o país para uma nova sociedade, mais humana, em que as metas principais são a nacionalização das atividades econômicas, a progressiva socialização dos meios de produção e a superação da divisão de classes.

Liquidaremos os monopólios que dão a algumas famílias o controle da nossa economia. Dividiremos os latifúndios que condenaram milhões de camponeses à submissão e à miséria. Nacionalizaremos nossas indústrias e os centros de trabalho explorados por capitais estrangeiros. Recuperaremos para o Chile suas riquezas fundamentais as grandes jazidas de cobre, ferro e nitrato. Aqueles que ganham a vida com o seu trabalho estarão no centro do poder.

Nosso caminho para o desenvolvimento será o caminho dos socialismo na pluralidade democrática, em liberdade. O Chile reúne as condições necessárias para construir uma nova sociedade, baseada em nova economia. A Unidade Popular constitui um expoente dessa realidade. Que ninguém se engane: os teóricos do marxismo jamais pretenderam, nem a história o demonstra, que um partido único seja uma necessidade no processo de transição para o socialismo.

Recusamos as lutas fratricidas, sem jamais renunciar às reivindicações do povo, tal como o afirma o lema de nosso escudo nacional - **Pela Razão ou Pela Força, mas Sempre Primeiro pela Razão.**

A política econômica chilena será ditada, doravante, pelos próprios trabalhadores. Somos uma sociedade composta unicamente de exploradores e explorados. Há uma classe privilegiada, insensível à dor alheia e que é contra as grandes massas de necessitados. Acabamos de iniciar a caminhada que nos levará ao socialismo, sem necessidade de lutas. (...)

Acabaremos com os monopólios internacionais e com os banqueiros exploradores; aceleraremos a reforma agrária e devolveremos ao nosso povo as riquezas naturais que lhe pertencem. Mas os nossos compromissos in-

ternacionais serão respeitados, como também o direito dos povos à autodeterminação e o sagrado direito de não-intervenção. Cada povo tem o direito de se desenvolver livremente. Poderão meter os pés no Chile, mas as mãos nunca.

No Chile, cumpre-se, finalmente, a previsão de Engels: a evolução pacífica da velha sociedade para a nova pode ser concebida nos países onde a representação popular concentra em si o poder. As massas, na sua luta para superar o sistema capitalista que as explora, chegam à Presidência da República integradas, fundidas na Unidade Popular e no que constitui a manifestação mais relevante de nossa história: a vigência e o respeito aos valores democráticos, o reconhecimento da vontade majoritária.

Ninguém precisa temer a palavra Estado, porque no centro do Estado, sob um governo popular, estará o povo.

No dia 4 de dezembro de 1971, Allende disse:

"Que o saibam todos, que o ouçam, que se lhes grave profundamente: somente privando-me de balas poderão impedir a minha vontade, que é a de fazer cumprir o programa do povo".

No dia 11 de setembro de 1973, Salvador Allende seria assassinado dentro do Palácio La Moneda, de onde se recusara a sair. Os objetivos a que se ativera e muitas das ilusões que manifestara no seu primeiro discurso após a posse, custaram-lhe a vida. Mais uma vez a burguesia optara pela violência nua e crua.



Lionel de Almeida, Altair Moreira, Susana Rios, Cleide Ono e Carlos Tibúrcio



Quem era quem na Unidade Popular



A Unidade Popular, durante o governo de Salvador Allende, era composta pelos seguintes partidos: **O Partido Comunista**, com mais de 40 mil militantes (o terceiro partido comunista pró-soviético do mundo capitalista), contrário - na época - à linha cubana (recusou-se a participar do Congresso da OLAS - Organização Latino-Americana de Solidariedade -, em 1967), muito organizado e bem estruturado, que apoiou a invasão da Tchecoslováquia; **O Partido Socialista**, partido de tendência centrista de massas, pró-cubano, que em 1967 proclamou-se (um tanto platonicamente) a favor da luta armada, dotado de um setor da juventude e de uma ala esquerda próxima do Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), bem como de correntes trotskistas, sendo pouco rígido e liberal em sua organização partidária; **O MAPU** (Movimento de Ação Popular Unificada), ala esquerda que rompeu com a Democracia Cristã, tornando-se anticapitalista logo após aproximar-se do PC e adotar posições mais à esquerda (terminou dividindo-se em duas frações, uma próxima do PC e outra influenciada pelo MIR, a do MAPU Obrero Campesino); **O Partido Radical**, irmão chileno do seu homônimo francês, que se dividiu em duas frações de direita que entraram na frente burguesa contra o governo de Allende, um velho partido pequeno-burguês que chegou muitas vezes ao poder, entrando depois em franca decadência; dois grupos eleitorais insignificantes: a **Ação Popular Independente** e o **Partido Social Democrata**; e a **Esquerda Cristã**, que aderiu à UP nos anos de 71 e 72, uma das últimas cisões da DC, que se radicalizou chegando a ficar à esquerda da frente em franca colaboração com o MIR.

A hegemonia da Unidade Popular esteve com os partidos operários reformistas, principalmente com o PC, que era o que possuía um projeto político mais consolidado e uma estrutura organizatória capaz de implementá-lo.

O programa da Unidade Popular, como bem o definiu o próprio título, não se propunha à construção de uma "democracia avançada", mas sim "ao início da construção do socialismo".

Erros e ilusões do "governo socialista"

A tarefa mais importante encaminhada pela Unidade Popular no início do governo foi a redistribuição das rendas por dois mecanismos complementares: aumento de salários superiores ao custo de vida e o congelamento de preços. Como isto levou a um maior consumo, logo que se esgotou a capacidade ociosa da produção, agravaram-se os problemas de abastecimento e inflação. Somava-se a isto a sabotagem dos capitalistas, a acumulação de estoques (a burguesia recusava-se a vender) e o contrabando. Definia-se o quadro de caos econômico que tanto foi usado pela imprensa burguesa.

É preciso considerar que estas medidas adotadas pela UP, sem novos investimentos e sem melhoramentos do nível tecnológico, agem negativamente sobre a produtividade do trabalho. Para resolver este problema o governo recorreu então à "batalha pela produção", baseada fundamentalmente no trabalho voluntário: Os trabalhadores, contudo, não estavam dispostos a aumentar a produção em benefício dos patrões. De fato esta proposta conduzia a desmobilizar politicamente os trabalhadores e desviá-los de sua batalha real: a batalha pelo poder. Nesse caso, a solução proposta pela UP era bastante "esquerdista" para irritar a burguesia, ao mesmo tempo em que era suficientemente reformista para deixar em suas mãos o poder real.

A crítica do MIR

A proposta do MIR, na época, era: "se os patrões negam-se a produzir, a transportar, a distribuir e a comercializar, os trabalhadores podem e devem tomar nas suas mãos estas atividades.

A classe operária não necessita dos capitalistas para essas tarefas.

A tarefa fundamental dos trabalhadores, para resolver as crises e eliminar as causas que as originam é a expropriação dos grandes capitais da indústria e do comércio, dos transportes, da agricultura e das minas, assim como também dos meios de comunicação de massas que lhe servem. Essa tarefa deve ser completada pelo controle operário das atividades que ficariam no setor privado. Isto só se conseguirá desenvolvendo um poder alternativo ao poder patronal e burguês. Esse poder só poderá surgir da luta e da mobilização do povo, da sua unificação por baixo e da sua organização comunal, criando os conselhos de trabalhadores". (Declaração do MIR de 19/10/72).

Mas tem ainda um outro fator importante: reativar a economia, sem se preocupar ao mesmo tempo em mudar suas estruturas, equivale a estimular a reprodução dela exatamente nos termos em que ela funciona. A economia chilena (aliás, a economia dos países

dependentes) tem uma indústria de bens de consumo de primeira necessidade (alimentação, calçado, etc.) pouco dinâmica, enquanto a indústria de bens duráveis, é dinâmica. Portanto a política econômica devia apontar para a destruição dessa estrutura, provocando uma ampla expansão das indústrias de caráter popular e uma crise no mercado de bens de luxo, aproveitando que nesse setor se concentra a burguesia mais forte, juntamente com o proletariado mais avançado e organizado. Tratava-se, então, de tomar nas suas mãos esse setor e pôr ele ao serviço das grandes massas, produzindo por exemplo, ônibus, tratores, etc., ao invés de carros de passeio. Isso não foi feito e o processo desencadeou um maior surto inflacionário e restrições ao consumo, fato que propiciou um bom campo para a agitação reacionária. Outro problema a ser considerado é o da acumulação de capital. O governo não tocou nos lucros dos capitalistas e continuou facilitando créditos e capital que a burguesia não investiu, mas aproveitou para retirar do país e aumentar o seu consumo de luxo.

O poder

Para conduzir a transição ao socialismo tem que se ter presente sempre que a questão central é a do poder político, ou seja, a condução política do processo, que determina o ritmo da transformação econômica e que, ao mesmo tempo, se serve dela para atingir o objetivo fundamental da conquista do poder. Como se sabe, na transição de uma sociedade para outra, quando ambas se baseiam na propriedade privada - como é o caso da transformação do feudalismo para o capitalismo - o surgimento das novas relações de produção ocorre ainda sob o poder político das antigas classes dominantes.

No caso do socialismo, a situação é bem diversa. As novas relações só podem surgir com a condição de que o poder político esteja nas mãos dos trabalhadores. E mais: a própria máquina do Estado burguês tem que ser quebrada e substituída por outra de novo tipo. Até hoje, historicamente tem se mostrado inviáveis todas as tentativas de chegar ao socialismo ocupando, por exemplo, o Estado burguês "por dentro".

No caso da Unidade Popular, que parece ter esquecido que o Estado é a organização da violência sistemática e legalizada de uma classe sobre outra", o que de especificidade ao processo foi a aceitação da luta pelo poder sem tentar romper com os limites do Estado burguês, atuando dentro de sua superestrutura jurídico-política.

O golpe

A violência da reação manifestou-se claramente uma semana antes da posse de Allende: o grupo de ultra direita **Patria y Libertad** assassinou o comandante do Exército, general René Schaneider, considerado um militar progressista.

No dia 20 de julho de 1970, o governo da Unidade Popular sofreria uma significativa derrota: o deputado Fernando Sanhueza foi eleito presidente da Câmara dos Deputados, voltando-se as duas casas do Congresso contra o poder Executivo. A partir do ano 1972, a pequena burguesia, foi sendo cada vez mais ganha pela direita, radicalizando-se e provocando greves.

Em agosto, os comerciantes lograram um look-out, que se desdobrou em manifestações de ruas. O governo declarou estado de emergência em 24 das 25 Províncias chilenas, após choques violentos, desencadeados pela greve dos transportes rodoviários e comerciantes. Nesse mesmo ano, os militares entram no governo.

No dia 28 de junho de 1973, o Palácio de La Moneda foi atacado por um regimento de blindados. Após dominar a rebelião, Allende pediu plenos poderes ao Parlamento que lhes foram recusados. O mês de julho foi decisivo: começou o look-out generalizado dos pro-

prietários de caminhões. O assessor de Mar e Guerra de Allende, capitão Arturo Marin, foi assassinado. Enquanto a extrema direita realizava uma série de atentados, o governo decretava a requisição dos caminhões e a Unidade Popular era considerada ilegal pela Câmara dos Deputados, que, assim, pressionava os militares a decidirem de uma vez entre o "Poder Legislativo e o Governo de Allende". A essa altura, os subordinados do general Carlos Prats que defendera Allende na primeira tentativa de golpe, apresentaram suas demissões.

A Democracia Cristã exige a renúncia de Allende. A greve dos Transportes continuava e os comerciantes mantinham seus estabelecimentos fechados. Santiago é, praticamente, saqueada. Na manhã de 11 de setembro, o sol brilhava e o céu estava azul, enquanto a América Latina, passiva, assistia a um dos golpes mais cruéis de sua história. O levante começou em Valparaíso.

O presidente, até o último momento, falou a nação, confiando que as Forças Armadas ("fies à legalidade constitucional") sufocariam a rebelião.

A legalidade agora era Pinochet, Leigh, Merino, Mendoza e outros. E o rio Mapocho começou a receber cadáveres...

A saída elitista e a via popular

A contagem regressiva para a queda do governo de Pinochet tem se acelerado nos últimos meses. Apesar das severas proibições aos partidos políticos, e pelo simples fato de a dinâmica social não depender da vontade dos ditadores, as oposições têm criado sempre meios de continuar lutando e já começam a surgir opções de mudanças: umas visualizadas pelas classes dominantes, outras apresentadas por organizações populares, já bastante caledas pelas difíceis experiências vividas.

As preferências do imperialismo e da burguesia chilena privilegiam a formação de um regime participação militar que mantenha uma face civil e democrática em lugar do regime personalista e doentio de Pinochet (ele não vacila em afirmar: "Eu sou o caos"). As propostas mais elitistas falam de uma aliança entre setores "não fascistas" do Exército, mas decididamente favoráveis ao capitalismo e anticomunistas, como uma coalizão de forças políticas lideradas pela Democracia Cristã. Um documento recente da DC chilena aponta a necessidade de uma "etapa de transição" e a formação de uma Frente onde participariam o Partido Radical, setores de direita do Partido Socialista e também os chamados "meios responsáveis das Forças Armadas". Esta frente, segundo os democratas cristãos, deveria chegar a um "consenso mínimo" que tornasse possível o afastamento de Pinochet e levasse ao estabelecimento de uma "democracia real".

A condição necessária para essa alternativa é a existência de um movimento popular debilitado e sem alternativas próprias, que se prontificasse a assumir um "compromisso histórico", aceitando um pacto social em função da sobrevivência do sistema capitalista, em troca de uma possibilidade de legalidade na "nova ordem".

O Partido Radical, eventual parceiro da DC nesta Frente fala em "Frente Ampla Antifascista" com a participação de todos os setores "que se opõem ao fascismo no Chile". Acrescenta que hoje a tarefa não é "construir o socialismo", mas sim "reconstruir a democracia". Esta posição é compartilhada pelo Partido Comunista e alguns partidos menores que integram a Unidade Popular.

que mais claramente sustentou posições críticas durante o governo de Salvador Allende, visando uma maior organização popular e a definição do processo no sentido socialista.

No "Manifesto de Resistência Popular aos trabalhadores e ao povo do Chile" o MIR expõe sua plataforma de luta (ver box).

No Chile, mais acirradamente que em outros países da América Latina, está clara a crise do capitalismo dependente e isto põe dúvidas sobre a viabilidade de conjuntura de um projeto reformista de caráter social-democrata. O que, uma vez mais, pode abrir espaço para que os populares dêem a última palavra.



Pinochet está chegando ao fim



O General Augusto Pinochet vive hoje o seu fim. O caso Letelier, por pressões dos Estados Unidos, leva para a cadeia um dos seus principais colaboradores, o general Manuel Contreras Sepulveda, ex-chefe da famigerada DINA. A junta divide-se com a demissão do general Gustavo Leigh, ex-comandante da Força Aérea, que estava pregando a "institucionalização do regime", depois de ter sido o autor intelectual do bombardeio contra a La Moneda, em 1973. Os mineiros começam a se mobilizar e, consegua, mesmo sob estado de sítio na região de Loa - onde fica a mina de Chuquibambuta, a maior exploração a céu aberto de cobre do mundo -, a readmissão de seis companheiros demitidos arbitrariamente. Esta semana, os estudantes da Faculdade de Direito da Universidade do Chile realizaram um protesto pacífico, depois que o diretor da escola proibiu a realização de uma assembléia para discutir "os problemas estudantis da Universidade e as grandes questões nacionais". E a retomada das lutas do movimento estudantil, ainda no seu início.

Ao aguçamento das contradições dentro do Chile, soma-se a articulação dos setores de esquerda - dentro e fora do país - que se expressa nas propostas alternativas do MIR, do PS e dos setores elitistas liderados pela DC.

MIR As propostas do MIR

Manifesto da Resistência Popular aos Trabalhadores e ao Povo do Chile

Os trabalhadores e o povo do Chile já lutam há 5 anos contra a ditadura militar. "Nesse período, aprendemos e tomamos consciência de como alguns setores das grandes patrões, hoje marginalizados na repartição do bolo, levantam-se como supostos defensores dos direitos humanos e das liberdades pisoteadas, com o único interesse de utilizar os trabalhadores como massa de pressão para obter uma melhor divisão dos lucros no processo de institucionalização do regime."

"Os Fies e os Zaldívar, melindas de cabeça num briga entre ladrões, com os setores patronais mais beneficiados, tentam utilizar as maiorias exploradas para ficar com a melhor parte do fruto do suor do povo."

"A classe operária e o povo impulsionam a utilização de todas as formas possíveis de luta legal, dão um jelo de ampliar o espaço semi-legal da luta e os seus setores mais conscientes fortalecem a resistência clandestina."

"Todos os trabalhadores e o povo do Chile lutam para acumular forças em torno do classe operária para derrubar a ditadura e instaurar um Estado democrático, popular e revolucionário, apoiado na força e na organização dos trabalhadores e do povo."

Plataforma dos trabalhadores e do povo do Chile

— Recuperar e ampliar as liberdades democráticas e defender o nível de vida das grandes maiorias nacionais contra a repressão e o fardo.

— Impor o direito dos trabalhadores e do povo de informar-se, a girar, associar-se e organizar-se em sindicatos, grêmios e partidos políticos. Fazer avançar a reorganização legal ou clandestina de todos os organismos dos trabalhadores e do povo, ilegalizados pela ditadura.

— Estimular unitariamente a recomposição e a organização sindical e gremial e as lutas do povo contra a ditadura.

— Formar mais e mais comitês de base antiditatoriais, unitários e combativos, com todos os que querem lutar contra a ditadura, em todos os fábricas, minas, escritórios, escolas, bairros periféricos, igrejas e quartéis do país.

— Pelo direito das camponeses à terra.

— Construir e fortalecer a ditadura. Impulsionar nestas forças a construção do Frente Político de Resistência.

— Lutar para fortalecer a unidade das revolucionárias.

PS As propostas do PS

"A importância crucial do que temos denominado **Proposta para Chile** está no fato de darmos respostas - nem sempre definitiva - às questões que estão no centro dos debates políticos contemporâneos: as relações entre democracia e socialismo. Entre pensamentos cristão e pensamento marxista; entre transformação social, hegemonia política e caráter do Estado, para mencionar apenas as mais importantes. Para nós está mais do que claro esta proposta, embora defendida pelo nosso partido, não deve limitar-se a ser uma alternativa de socialismo para socialistas".

Por isso, nossa proposta pressupõe um processo de criação coletiva, de todas as forças sociais, políticas, intelectuais e morais que, mesmo não possuindo idéias socialistas, sintam a necessidade de libertar o homem e a mulher da exploração e da... enação e encontrem compromissadas com o destino do Chile do seu povo.

A existência de um Partido Socialista, revitalizando orgânica e conceitualmente, transformado em força condutora das classes trabalhadoras; a constituição de uma coalizão popular ampla, representativa e unitária, com crescente presença hegemônica, uma classe operária com capacidade de classe dirigente - eis aqui os fatores decisivos do êxito no combate antiditatorial e na determinação do rumo posterior à queda do fascismo.

Nós não colaboraremos para estabelecer e legitimar um regime autoritário, com aparência de "democracia social", sob a proteção do militarismo reacionário e do imperialismo".

Faz tempo que estamos insistindo na necessidade de reformular concepção da Unidade Popular, não para simplesmente trocá-la de nome, mas para adequá-la ao objetivo prioritário da hora presente, isto é, o de estimular a convergência e a unidade de todos, as forças democráticas e verdadeiramente antiditatoriais, para gerar um vasto bloco de forças políticas que acumulem forças para a perspectiva socialista".

SAHARA O deserto em armas

Esta entrevista foi realizada em Maputo, Moçambique, por iniciativa do Coletivo de Apoio à Imprensa Independente no Brasil. Nela, Bachir Bazaine, representante no país da FRENTE POLISÁRIO, fala do nível atingido pela luta de libertação do povo Saharaui frente à ocupação de sua pátria pelos exércitos da Mauritânia e do Marrocos, generosamente equipados pela França. Dias após a realização dessa entrevista, a 10 de julho, o governo da Mauritânia — que compactuou com a virtual ocupação do país pelo Marrocos, em nome da "luta comum contra os Saharaus" — era derrubado por um golpe militar.

CAII - Vê-se que a França está se envolvendo cada vez mais na agressão a seu país. Como caracteriza o papel da diplomacia francesa e qual é a extensão deste envolvimento?

FRENTE POLISÁRIO - A participação ativa das forças francesas em operações de guerra contra o nosso povo deve-se à incapacidade já demonstrada pelas forças marroquinas e mauritanas de sustentar por si mesmas a atual situação. Deve-se chamar a atenção para o fato de que, desta vez, foi o regime de Rabat que solicitou a inter-

venção francesa, coisa que anteriormente era feita pelo regime mauritano, hoje visivelmente enfraquecido. Hoje, o exército mauritano praticamente não existe.

Não podemos, por outro lado, desligar esta atuação francesa da campanha desenvolvida pelo imperialismo no continente. Vemos, por exemplo, que o envio de forças militares francesas para o Chade coincide com a agressão levada a cabo pelo governo sul-africano contra a República Popular de Angola e com a agressão perpetrada contra o Sahara Ocidental. Com todas estas

ações, parece que se quer fazer entender aos países africanos que eles são incapazes de solucionar os seus próprios problemas.

O papel da França hoje na África é muito claro. A França não interveio unicamente no Sahara, está presente em muitos outros lugares. No Chade e no Zaire, para só ficar nestes dois exemplos, veio em socorro de regimes abertamente anti-populares. No primeiro caso, com o objetivo de esmagar a FROLINAT, e no segundo, juntamente com as forças marroquinas, para socorrer o desacreditado regime de Mobutu Sese Seko. Se queremos ver o problema em seu verdadeiro quadro, temos de um lado as forças imperialistas, que lutam por interesses evidentemente contrários aos interesses do povo, e do outro lado estão os povos que lutam por suas legítimas aspirações, por sua terra, quer dizer, por sua liberdade, pela paz mundial. Entre estes se encontra o povo saharauí, dirigido pela sua vanguarda, a Frente POLISÁRIO.

CAII - Um fato que chama a atenção é a capacidade militar de resposta que a Frente POLISÁRIO tem demonstrado diante de um inimigo equipado com tão moderno e sofisticado armamento.

FP: Bem, devemos observar que por muito sofisticado que seja um determinado armamento, a sua eficácia ou ineficácia irá depender fundamentalmente de quem o maneja. O armamento em si não tem eficácia. Vou ver se me explico: toda guerra depende do protagonista desta guerra, quer dizer, o homem.

CAII: Depende de quem faz e por que faz.

FP: Exatamente. Em nosso caso, as tropas invasoras de um lado e os nossos combatentes do outro não têm a mesma motivação. Nem sequer podemos dizer que os invasores têm mesmo coragem. A maior parte do armamento que utilizamos é recuperado do inimigo. Os nossos principais fornecedores são as forças armadas marroquinas e mauritanas. E por que isto é possível? Porque, para estes soldados, esta guerra não tem uma finalidade. Muitos deles são obrigados a participar, daí que fogem e chegam mesmo a preferir cair prisioneiros que continuar nas forças invasoras. O caso inverso se verifica com os nossos combatentes. Eles têm uma clara consciência da sua situação e tudo o que desejam é a liberdade para o povo. Este comportamento é a chave das vitórias que estamos obtendo, da determinação do nosso povo e do respaldo que a Frente POLISÁRIO vem obtendo junto aos povos da Mauritânia e do Marrocos, apesar das perseguições movidas pelos governos destes países. Neles, as prisões estão cheias tanto de civis como de militares, com mortes diárias e fome, o que traduz uma situação interna bastante difícil. Todas estas coisas irão evidentemente influir na guerra. O fator subjetivo é um dado importante.

CAII: Como podemos avaliar a situação da Mauritânia em todo este conflito armado contra o povo saharauí?

FP: A cegueira da Mauritânia nos causa pena. Muita pena. O regime mauritano se meteu em um jogo um tanto difícil. O reconhecimento da Mauritânia pelo Marrocos, como país, demorou dez anos. E é claro que os seus interesses não estão garantidos pelo regime de Hassan II. Por várias vezes explicamos isto aos mauritanos. No decorrer desta guerra, ficou evidente que o regime mauritano está perdido. Dele ele nunca sairá ileso (1).

Se sempre tivemos contato com o povo mauritano. No decurso de nossa história, lutamos e nos apoiamos mutuamente. Nunca deixaram de existir laços entre nós e o povo mauritano. Estes laços se tornaram significativos especialmente com relação às forças progressistas deste país, não obstante as dificuldades que elas suportam.

No tocante ao Marrocos forças oportunistas. Um exemplo disso é o antigo Partido Comunista, que vendeu tudo, até os seus antigos militantes que se encontram nas prisões de Hassan II. Ele agora tem cadeiras no Parlamento e pastas nos ministérios, tendo se esquecido de toda a sua militância e do seu fervor revolucionário de antes de ir para o governo. Ele constituiu uma força oportunista que apoia teses partidistas do palácio de Hassan II. Colabora estreitamente com o regime, inclusive com a repressão ao próprio povo marroquino. Com este tipo de força, está claro, não podemos ter nenhum tipo de relação.

"Diariamente recuperamos armamentos"

No tocante aos contingentes franceses que atuam em apoio à Mauritânia, eles são consequência de tratados firmados entre Paris e Nouakchott. A Mauritânia nunca conseguiu sair da influência francesa. Mais precisamente, todos estes "Técnicos", de que agora se fala, e que foram recuperados pelas nossas, são elementos destacados pelo regime de Giscard D'Estaing para apoiar o regime mauritano, montando material bélico nos trens que devem transportar armamento entre Zouerate e Nouadhibou. Este transporte, vale chamar a atenção para este fato, normalmente deveria levar minério de ferro. Hoje isto não é feito, o que se faz é transportar armamento em toda a região. Não obstante a atitude destes franceses que, como já foi demonstrado, de nenhuma maneira podem ser considerados apenas técnicos - deixamos claro a nossa vontade colaborar com o povo francês. Esta boa-vontade foi demonstrada através do comunicado fizemos ver que não estamos lutando contra o povo francês, mas lutamos isto sim pela nossa própria razão de ser, pela nossa própria existência. Para os imperialistas, no entanto, tudo isto é como escrever sobre papel molhado. Subestimam as nossas forças, subestimam a vontade do povo. (1)

A primeira penetração das forças francesas foi através da criação de escolas para a preparação de oficiais mauritanos. Segundo declarações dos próprios meios franceses, os instrutores não passam de doze. Bem, temos fortes motivos para afirmar que o número real em muito ultrapassa a cifra indicada. Encontra-se muitos outros militares a serviço de Paris nesta região, especialmente nos corpos de espionagem espalhados em diferentes lugares. Também em sua antiga base, situada no Senegal, que ultimamente foi reforçada por aviões e armamento bastante sofisticado.

CAII - Há um comando unificado para coordenar a atuação das forças invasoras?

FP - Oficialmente trata-se de um acordo tripartite. Na realidade, porém, ele é apenas franco-marroquino. E isto porque a Mauritânia, como já disse, está completamente dominada pelos marroquinos e pelos "conselheiros" franceses, que podem ser encontrados em todas as partes. No setor dos transportes, por exemplo, que compreende aviões, carros de combate, blindados etc. Também no setor logístico. As últimas batalhas travadas demonstraram que o exército mauritano está reduzido a pequenas unidades sob comando marroquino e francês.

"O regime mauritano está perdido"

CAII: Como podemos avaliar a situação da Mauritânia em todo este conflito armado contra o povo saharauí?

FP: A cegueira da Mauritânia nos causa pena. Muita pena. O regime mauritano se meteu em um jogo um tanto difícil. O reconhecimento da Mauritânia pelo Marrocos, como país, demorou dez anos. E é claro que os seus interesses não estão garantidos pelo regime de Hassan II. Por várias vezes explicamos isto aos mauritanos. No decorrer desta guerra, ficou evidente que o regime mauritano está perdido. Dele ele nunca sairá ileso (1).

No tocante ao Marrocos forças oportunistas. Um exemplo disso é o antigo Partido Comunista, que vendeu tudo, até os seus antigos militantes que se encontram nas prisões de Hassan II. Ele agora tem cadeiras no Parlamento e pastas nos ministérios, tendo se esquecido de toda a sua militância e do seu fervor revolucionário de antes de ir para o governo. Ele constituiu uma força oportunista que apoia teses partidistas do palácio de Hassan II. Colabora estreitamente com o regime, inclusive com a repressão ao próprio povo marroquino. Com este tipo de força, está claro, não podemos ter nenhum tipo de relação.

(1) Os "técnicos" franceses a que faz aqui referência o representante da Frente POLISÁRIO já foram postos em liberdade. O governo francês, como se recorda, tentou organizar uma grande provocação, a nível internacional, acusando a POLISÁRIO de sequestro de "inocentes". A provocação foi arquivada, como sempre, pelas grandes agências internacionais de notícias, mas não deu resultados. A detenção dos "técnicos" franceses foi um momento importante da luta do povo saharauí, porque chamou atenção de todo o mundo para esta luta.

VIRAMUNDO

ARGENTINA

A um passo da guerra

A Argentina está em pé de guerra. Um regime militar, caracterizado por ser um dos mais repressores do Continente, procura canalizar sua sobrevivência para uma saída bélica com outro país, no caso o Chile, governado pelo general Pinochet. A razão apresentada é a da soberania e integridade nacionais, ou seja, a disputa da região de Beagle, no Sul do Continente, com o Chile.

O maior patrocinador da saída belicista na junta militar argentina é o almirante Emilio Massera, comandante da Marinha, que está prestes a pendurar a chuteira e ir para a reserva no dia 15. Está fazendo tudo para criar um fato consumado e garantir, assim, sua continuidade no poder, talvez com uma alternativa para o general Jorge Rafael Videla (muito moderado para o gosto da ultra-ultra-direita). A jogada de Massera passa também pela tentativa de acordo com a direita e o populismo peronista. Fala-se até que ele encontrou Mario Firmenich, quando viajou recentemente pela Europa. Firmenich é considerado o principal dirigente dos Montoneros.

Pinochet, que está mais prá lá do que prá cá, deve estar até satisfeito com essa perspectiva de guerra, pois pode encontrar nela uma saída para sua crise interna e para as pressões internacionais.

O chauvinismo dos ditadores quer fazer das massas dos seus países carne de canhão. Não custa tentar. O resultado pode ser bem diverso do que eles esperam.

O maior patrocinador da saída belicista na junta militar argentina é o almirante Emilio Massera, comandante da Marinha, que está prestes a pendurar a chuteira e ir para a reserva no dia 15. Está fazendo tudo para criar um fato consumado e garantir, assim, sua continuidade no poder, talvez com uma alternativa para o general Jorge Rafael Videla (muito moderado para o gosto da ultra-ultra-direita). A jogada de Massera passa também pela tentativa de acordo com a direita e o populismo peronista. Fala-se até que ele encontrou Mario Firmenich, quando viajou recentemente pela Europa. Firmenich é considerado o principal dirigente dos Montoneros.



Os três membros da Junta no meio, Massera.

NICARÁGUA

Repressão não domina a crise



A greve geral paralisa a Nicarágua por quase meio mês. A violência do regime ditatorial de Anastácio Somoza conseguiu se impor na cidade rebelde de Matagalpa. A paz, contudo, é impossível. Os próprios assessores do ditador reconhecem que, a qualquer momento, "duas ou três cidades serão tomadas pela Frente Sandinista de Libertação Nacional, para proclamar um governo rebelde e alternativo ao de Somoza, buscando, assim, obter o reconhecimento internacional".

O ditador já não tem mais adjetivos raiosos para lançar contra as oposições de dentro e de fora de Nicarágua, que se manifestam contra o seu regime corrupto. A Venezuela já pediu a intervenção da OEA e da ONU, procurando, por um lado,

apressar a queda de Somoza, mas, por outro, impedir que o poder venha a ser controlado pelos sandinistas. Em último caso, portanto, que fique Somoza, a partir de algumas concessões. Posição semelhante vem sendo defendida pelos Estados Unidos e pelos vizinhos mais próximos da Nicarágua, na América Central. É o caso da Costa Rica, que enviou, na última quinta-feira, o seu chanceler para fazer visitas, num só dia, a três países: Honduras, El Salvador e Guatemala, propondo a realização de uma reunião de chefes de Estado para as próximas semanas.

Enquanto isso, as bombas não param de explodir em Manágua e a Guarda Nacional prossegue executando o seu "banho de sangue". Até quando?

IRÃ

Oposição enfrenta o xá

Ataques armados a quartéis, passeatas, repressão generalizada, enfrentamentos entre agentes das forças de segurança e manifestantes, greves - tudo isso tem caracterizado, nos últimos tempos, a tensa situação no Irã. Mais de 30 pessoas morreram em choques com soldados na última semana.

O xá está tentando reformar a fachada do regime para tentar suavizar os atritos com os muçulmanos. Já está formada uma Frente Nacional que prega liberdades democráticas, anistia geral, fim do aparelho repressivo (a famigerada polícia política Savak). A hierarquia chiita (a confissão majoritária no país), de tradição contestatária e progressista, está temerosa de que a

radicalização do movimento oposicionista fuja do seu controle. As posições moderadas, contudo, não estão sensibilizando as massas iranianas, cada vez mais desiludidas com qualquer possibilidade de meras mudanças de fachada no regime ditatorial do xá.

As possibilidades dos confrontos reduzem em benefícios imediatos para os que advogam saídas populares não é grande. Não só a Savak concentra ainda um grande controle da situação de segurança no país, como o Exército iraniano é um dos mais bem equipados e treinados da Ásia. Afinal, a posição geográfica estratégica do Irã mantém os Estados Unidos sempre alerta.

PERU

Mineiros em greve há mais de um mês

Na madrugada, eles chegaram à praça. Portavam faixas e protestavam. Eram 6 mil mineiros e seus familiares, gritando contra as medidas adotadas pelo governo militar peruano, voltadas para a repressão da greve nos centros de mineração do país. 50 mil mineiros parados.

Quase ao mesmo tempo, destacamentos policiais desceram pelas ruas, apoiados por carros blindados. Dispararam à queima-roupa. Lançaram bombas de gás. Os mineiros resistiram. Jogaram pedras, partiram pro corpo a corpo. E receberam apoio dos estudantes. Juntos — operários e estudantes — deixaram a praça para ocupar a facultade de medicina, no centro de Lima.

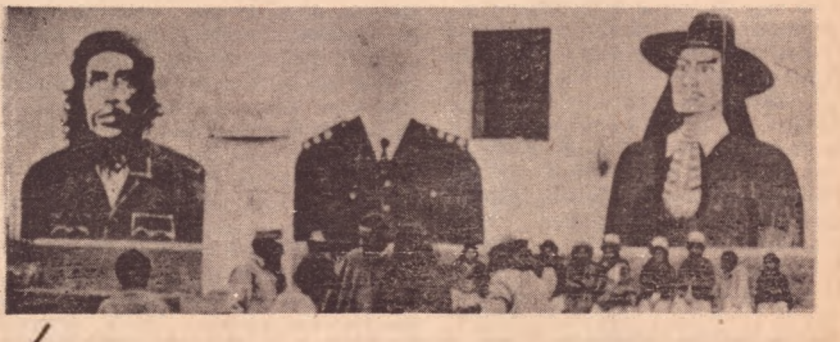
Na última quinta-feira, os mineiros foram desalojados com os estudantes da facultade. A polícia invadiu a Universidade expulsando os mineiros. A resistência foi

realizada com bombas caseiras. Acabaram, porém, dominados e jogados num trem, que seguiu para a Zona Central Andina, de onde alguns haviam partido para realizar a marcha forçada.

A Federação dos Trabalhadores e Mineiros anunciou que durante o combate "morreram vários mineiros, crianças, e há muitos feridos". Mas a greve continua, enquanto não forem readmitidos 320 líderes demitidos na greve geral do ano passado.

As movimentações de massa, sempre contando com o apoio dos setores de esquerda da Assembléia Constituinte peruana, estão sustentando a luta contra o regime militar. A cada dia torna-se mais anacrônica a convivência do governo do general Morales Bermudez com a liberdade de iniciativa dos trabalhadores peruanos.

(A.M.)



Porque lutam os saharauís

Para as populações do Sahara, o alcançe da luta que travam contra os exércitos da Mauritânia e do Marrocos é muito maior do que foi, por exemplo, a guerra do Vietnam. Os guerrilheiros vietnamitas tinham, pelo menos, direito a uma pátria, a uma nacionalidade, a uma identidade cultural específica, aos saharauís, até mesmo isso lhes é roubado, juntamente com as enormes reservas de fosfato que atraíram para o deserto os olhares de cobiça das grandes potências. A luta das tribos saharauís não visa apenas modificar a ordem social ou fazer frente à agressão externa, militar e econômica; lutam também pelo direito de serem saharauís, em vez de mauritanos ou marroquinos. Sob a liderança da Frente Polisário está nascendo, no Sahara ocidental, uma nacionalidade.

Em outro nível - e como sucedeu em toda a África - o conflito viu-se agravado pela secular dominação imperialista, que dividiu a região nas áreas de influência espanhola e francesa, subtraindo-a à soberania puramente formal dos sultões marroquinos (são estes, inclusive, os "títulos de legitimidade" do regime de Hassan II para defender a criação de um "Grande Marrocos", que englobaria o território sahariano e a Mauritânia, indo até o Senegal).

Em 1975, quando a Espanha em crise abandonou os remanescentes de seu império colonial, as populações do Sahara tiveram que fazer frente, de um lado, à existência de dois Estados nacionais na região, o Marrocos e a Mauritânia, de outro, a recente "descoberta" das riquezas do deserto pelo grande capital. Só na região de Bu Craa são extraídos diariamente 25 mil toneladas de fosfato, com 80% de pureza. Tudo isto levou ao acordo tripartite de novembro de 1975, que dividiu o Sahara entre a Mauritânia (que ficou com a província do Rio de Oro) e o Marrocos, detentor da província de Saquia el Hamra. Ressal-

vadas, e claro, os direitos do capital espanhol associado aos grandes monopólios na exploração das minas. Nem uma palavra quanto aos direitos dos saharauís a suas próprias riquezas. Aliás, não existiriam saharauís, e sim um bando de tribos nômades, súditos semi-selvagens do reino do Marrocos e da República da Mauritânia.

Só restava às populações do Sahara prosseguir com a luta armada, que haviam iniciado contra os espanhóis desde 20 de maio de 1973. Sob a liderança da Frente Popular de Libertação de Saquia el Hamra e Rio de Oro (POLISÁRIO), os homens do deserto infligiram derrotas sucessivas aos exércitos da Mauritânia e do Marrocos. Os guerrilheiros paralizaram a exploração do fosfato e levaram a guerra ao coração econômico da Mauritânia, sabotando as minas de ferro de Zouerate. A Mauritânia viu-se tão enfraquecida, que aceitou a presença de tropas marroquinas no país. Tropas, que, para a população local, são vistas como um inimigo tradicional, e bem mais ameaçador que os saharauís. Afinal, o Marrocos só reconheceu a independência mauritana em 1969, nove anos após a sua proclamação!

Tudo isto veio favorecer a crise do regime mauritano, (prevista pelo porta-voz da Frente POLISÁRIO nessa entrevista). O novo regime tem que fazer frente a uma guerra impopular, que absorve mais de 60% do orçamento nacional, e não pode, sequer, aceitar a trégu unilateralmente proposta pela Frente POLISÁRIO: segundo o novo presidente, o tenente-coronel Salek, "não haverá diálogo com os guerrilheiros" enquanto não nos tivermos posto de acordo com os nossos amigos e aliados marroquinos". Que, além de "amigos e aliados", são bem armados e ocupam todas as cidades e pontos estratégicos da Mauritânia, estando perigosamente próximo de realizar seu sonho de "Grande Marrocos". (C.E.)

CAMP DAVID Novo capítulo de uma velha farsa

Toda vez que se pretende discutir os problemas do Oriente Médio, a visão predominante é a de que os grupos religiosos estão sendo levados a luta a partir de suas crenças: os "cristãos" libaneses colocam crucifixos e imagens da Virgem em seus tanques; os "ortodoxos" do judaísmo estabelecem colônias confessionais em Golan; e assim por diante. Na verdade, isto não passa de um enfeite ideológico, de máscaras que os interesses internacionais e as elites locais encontraram para encobrir o caráter básico do conflito. Os velhos estandartes religiosos servem apenas para afastar os trabalhadores palestinos dos trabalhadores israelenses. Ou para permitir que Carter, Begin e Sadat - os parceiros da farsa diplomática de Camp David - deem testemunhos públicos de "seu amor pela paz", orando em mesquitas, sinagogas ou templos protestantes. E sempre, é claro, diante das câmaras de TV.

Como os anteriores, este novo capítulo da tediosa novela de negociações de "alto nível" para fazer frente à "crise do Oriente Médio" deixa de lado aqueles que teria todos os direitos de qual-quer acordo: o povo palestino. Muitos esquecem, convenientemente, que o Estado de Israel, criado pela ONU em

1948, não nasceu num deserto, como repete, mas em terras onde moravam milhões de palestinos. Essa gente foi expulsa pela força das armas; suas casas foram destruídas pelas bombas do terrorismo sionista - muitas delas colocadas pela organização de extrema-direita a que pertencia o senhor Begin, que nunca teve nada a ver com o socialismo dos primeiros líderes de Israel. A grande maioria dos palestinos se dispersou pelos países árabes vizinhos - o descobriu o sentido social de sua luta quando se viram reprimidos por seus "irmãos muçulmanos" na Jordânia de Hussein, no Egito de Sadat ou pelas tropas sírias que se envolveram no conflito libanês. O direito de 3 milhões de palestinos a uma pátria independente tornava-se, cada vez mais nitidamente, inseparável do nível da luta de classes no Oriente Médio, que aproximava por exemplo, libaneses pobres e palestinos contra a oligarquia maronita no Líbano, e palestinos e judeus de origem oriental, em Israel.

Foi o caráter social da "crise do Oriente Médio", cada vez mais declarado, que levou o Egito de Sadat a buscar uma aproximação com Israel - e, agora, a esta conferência de Camp David. O raciocínio do líder egípcio deve ter sido basicamente o seguinte:

tornamo-nos países (capitalistas) maduros, alheios às soluções emocionais de uma "reconquista dos territórios ocupados", ou de uma "defesa incondicional do território de Israel". As guerras custam caro, agravam problemas sociais e alimentam a insatisfação popular, tanto no Egito quanto em Israel. Nós (as elites desses dois países) podemos muito bem chegar a um acordo, se tivermos um mínimo de flexibilidade. Claro que alguém terá que pagar esse acordo. Pois bem como de hábito, o preço pode ser pago pelos palestinos.

Esse tipo de raciocínio tem recebido uma acolhida relativamente favorável a parte dos setores mais lúcidos" da vida política israelense. Estes setores, em geral ligados ao Partido Trabalhista, hoje na oposição, não subestimam a importância de uma eventual aliança entre os palestinos e os trabalhadores mais humildes das fábricas israelenses, que há muito se desiludiram com os discursos "anticapitalistas" de uma economia sem moeda, baseada no trabalho de todos nos kibbutzim". Hoje, muitos kibbutzim empregam mão-de-obra assalariada - palestinos, em sua grande maioria.

Em vários outros setores da sociedade israelense, o nível da luta de classes vem crescendo com rapidez. No dia 7

de setembro começou uma greve geral de professores, e a inflação atingiu este ano mais de 30%. Para a burguesia israelense, a integração ao mercado mundial torna-se um problema tão prioritário quanto o das "fronteiras seguras". Claro que haveria uma outra resposta para a crise, baseada na unidade das massas palestinas e judias, que tornasse possível a utilização em comum da riqueza do Oriente Médio, mas esta é outra história.

Para Carter, o auto-nomeado embaixador da paz, a Conferência de Camp David é uma oportunidade de conseguir apoio em seu próprio país, fazendo esquecer os erros de uma administração que se revela cada vez mais improvisada. Em outro nível, seu confronto é com a União Soviética, que pode marcar pontos junto às burguesias árabes se o velho terrorista Begin persistir em sua recusa senil em devolver pelo menos parte dos territórios ocupados à Síria e à Jordânia. Mas, sobretudo, trata-se de impedir que se coloque a necessidade de uma nação palestina, cuja criação tornaria cada vez mais evidente, a todos os povos do Oriente Médio, que o sionismo é apenas uma das formas que a dominação de classe assume na região. (Aluizio Monteiro Jr. e Carlos Eduardo)

MOVIMENTO ESTUDANTIL

A democracia começa na sala de aula

Uma crítica à Comissão Nacional Pró-UNE, pela entrevista da última edição: "A generalidade das respostas dadas pelas diretorias de entidades presentes e a total falta de propostas de como prosseguir no processo destas de reconstrução da UNE, deixa transparecer por um lado o isolamento destas direções em relação ao conjunto dos estudantes e por outro, a falta de proposta de como sair do impasse em que vive o movimento estudantil".

Aos amigos do EM TEMPO

Antes de tudo gostaríamos de reiterar o nosso apoio ao Jornal, sobretudo quando a linha editorial do mesmo se define de forma mais incisiva sobre as questões colocadas pela conjuntura: Constituinte, articulação partidária e Frente Nacional de Redemocratização. Sem dúvida é o preenchimento de uma lacuna há muito sentida pelos leitores do semanário que se pretende "colado ao tempo presente".

Como estudantes ficamos gratificados com a preocupação do Jornal em acompanhar a nossa rearticulação a nível nacional, no entanto, não podemos nos furtar de tecer alguns comentários sobre a matéria do nº 26: "A UNE SOMOS NÓS".

Nossa crítica vai diretamente à Comissão Nacional PróUNE. A generalidade das respostas dadas pelas diretorias de entidades presentes e a total falta de propostas de como prosseguir no processo de reconstrução da UNE, deixa transparecer por um lado o isolamento destas direções em relação ao conjunto dos estudantes e, por outro, a falta de propostas de como sair do impasse em que vive o movimento estudantil.

Uma comissão saída sob condições tão adversas (III ENE - SP), tinha como tarefa prioritária a procura de sua legitimidade no conjunto do estudantado. A Comissão se faria presente propondo lutas conjuntas, propagando a UNE, forçando as condições necessárias para a reconstrução da UNE.

A estrutura da comissão (composta pelos DCEs) nos parece correta, pois os DCEs são as entidades que aglutinam o maior número de estudantes: porém, entre o modelo de um organismo democrático e seu funcionamento existe um espaço que pode ser ocupado pela burocracia. Para a Comissão ser um organismo democrático, as propostas levadas pelos DCEs deveriam passar por uma ampla discussão no conjunto dos estudantes. Só assim se garante o encaminhamento das lutas e o avanço do movimento. A Comissão não é regida por estes princípios. Tomada de assalto por direções burocráticas, no sentido de se isolarem dos estudantes e tomarem decisões que somente passam por suas cabeças presumidamente iluminadas, tal comissão não consegue ao menos recuperar a memória da UNE, por exemplo, confeccionando um boletim nacional que trouxesse o histórico de nossa entidade. Mesmo quando a dita comissão aprovava alguma coisa, como é o caso do boletim, da luta contra a autarquia, sua direção não colocava as decisões para o restante do movimento, resultando na prática em uma entrave para o seu desenvolvimento.

Considerar que as direções da pró-UNE a burocratizaram por "má vontade" ou por um "refluxo" do movimento é ficar na superfície da análise.

Não podemos dissociar esta prática imobilista de uma concepção política que a oriente. Concepção que vacila antes de encaminhar lutas e propostas no seio do movimento para não correr o risco de perder a pretensa direção do mesmo. Concepção que demonstra absoluta incapacidade de ligar a luta dos estudantes com a luta dos trabalhadores.

É indiscutível que o M.E., assume cada vez mais uma dinâmica nacional. O grande número de encontros por área de ensino e a tirada de comissões executivas desses encontros e a necessidade apontada de vinculá-las organicamente são fatos em alguns estados são significativas demonstrações de que o movimento tem grande grau de generalização. Isto nos remete ao seguinte: Uma contradição entre o M.E., que é nacional, e sua forma de centralização neste nível. A superação desta contradição é promovida por dois pontos fundamentais que se interrelacionam:

A democracia do movimento.
A consequência de um programa que o oriente.

Por democracia do movimento entendemos aglutinação dos estudantes nas suas entidades de base (DAs e CAs), fortalecendo essas entidades para na prática conquistarmos a sua independência com relação ao Estado. Devemos entender a democracia como uma prática diária, com a permanente participação de todos nas decisões, nos encaminhamentos. A entidade deve ter canais de participação para atender à diversidade de interesses dos estudantes. É preciso construirmos a democracia direta, a democracia que se baseie nas salas de aula, que continue nos corredores...

Quando ao programa não vemos contradição entre a participação dos estudantes nas lutas gerais da sociedade e suas contradições e reivindicações específicas. Se entendemos que o eixo tático de intervenção é a luta pela democracia, devemos perfilar a luta dentro da escola segundo esta orientação. A democratização da gestão da Universidade: eleições diretas para todos os cargos executivos com a exigência de orientação programática, o controle do orçamento da Universidade, os critérios de contratação de professores e o estabelecimento de currículos são algumas das questões que encerram um grande potencial mobilizador e politizador. Se entendemos que a Universidade é um instrumento de dominação de classe, devemos pois encaminhar nossas lutas no sentido de alterar essa relação de forças no seu interior, alterando no sentido de transformá-la segundo a perspectiva histórica dos trabalhadores.

Nestes momentos que antecedem a realização do IV ENE é de especial importância a discussão sobre os rumos da M.E. Defendemos que o IV ENE deve ser massivo, no sentido que todos as propostas lá apresentadas passem por uma ampla discussão no conjunto dos estudantes e que a escolha de delegados se dê por proporcionalidade ao número de estudantes por escola (1:500) e que o IV ENE marque o CONGRESSO de reconstrução da UNE para o primeiro semestre de 79 e neste intervalo (IV ENE - Congresso) a Comissão seja incorporada as comissões executivas por áreas.

Mais uma vez nos congratulamos com os amigos por terem aberto as páginas do jornal a essa discussão

Porto Alegre, 2 de setembro de 1978
Diretoria do DIAU-UFRRS
tendência PELEIA

Homossexuais alertam para discriminação que sofrem na imprensa

O jornal Notícias Populares veicula uma imagem preconceituosa do homossexual, associando-o à idéia de criminoso-traficante-corruptor. É o que denuncia Núcleo de Ação Pelo Direito dos Homossexuais, de São Paulo, numa carta que será brevemente remetida a entidade da imprensa. "Nós, que escolhemos uma sexualidade discriminada por certos grupos repressores, como marginalizados e condenados há muito tempo ao silêncio. Por isso constituímos um grupo social facilmente objeto deste tipo de exploração comerciais impunes, como a prática de tal jornal evidencia, dizem.

Durante o mês de julho deste ano - entre o dia 11 e o dia 22, precisamente - o jornal NOTÍCIAS POPULARES desta capital publicou sete manchetes de primeira página relativas a homossexuais envolvidos em truculentos atos criminosos: "Homossexuais sequestram 2 irmãos em SP" (11 de julho). "Homossexual é suspeito de ocultar crime" (13 de julho). "Escapei do inferno dos homossexuais" (18 de julho), etc. Esta "Máfia do sexo, ramificação dos homossexuais" (18 de julho) agria aparentemente sem que a polícia tomasse providências, conforme denuncia o jornal: (os pais dos sequestrados) "insatisfeitos com essas providências (...) continuam as investigações por conta própria" e "acreditam que a localização dos menores pode ser muito difícil se tentada somente pela polícia" (11 de julho). Várias das manchetes não eram sequer relativas a crimes: "Dois casamentos de homossexuais revoltam o povo" (21 de julho); "Mistério: homens que se casaram sumiram"; "Matrimônio" envolve até políticos da cidade" (22 de julho).

Como poderia ser negligenciado, considerando a conduta toda desse jornal: seria mais um caso de sensacionalismo apoiado em um tema que - não por acaso - aumenta sistematicamente as porcentagens de vendas. Os fatos, além de confusamente narrados, são manipulados. Por exemplo, no dia 13 de julho uma janela da primeira página remete à matéria ("p. 16") que simplesmente não existe. É pelo mesmo descompromisso que os acontecimentos são noticiados em meio a uma maré de considerações que identificam o homossexual" e de modo ridículo. O NOTÍCIAS POPULARES parece incumbido de "denunciar" tais ocorrências enquanto o jornal "sério" da mesma empresa, a FOLHA DE SÃO PAULO, não faz menção dos mesmos fatos. Algumas camadas das classes médias poderiam considerar esse jornal como inofensivo, isto é, "ninguém" levaria a sério este estilo jornalístico. Mas nós entendemos que a mentalidade veiculada pelo NOTÍCIAS POPULARES é extremamente perigosa e reveladora da falta de ética profissional de quem escreve e de quem o financia. Com efeito, se muitos setores o desconhecem ou o tomam como literatura de humor, existe uma camada popular de relevância que o lê, o consome e acredita nele. É assim que nessas classes populares desenvolvem-se atitudes e preconceitos contra o conjunto dos

homossexuais. Não dar a devida importância à veiculação incessante dessa ideologia preconceituosa, além de significar um desrespeito à ética profissional, é uma omissão que implica em consentimento.

Nós, que escolhemos uma sexualidade discriminada por certos grupos repressores, somos marginalizados e condenados desde há muito tempo ao silêncio. Por isso constituímos um grupo social facilmente objeto deste tipo de explorações comerciais impunes, como a prática de tal jornal evidencia. Em nossos dias a livre aceitação da própria sexualidade começa a ser encarada como um dos direitos humanos fundamentais. Também sabemos hoje que a homossexualidade não é uma doença a ser curada. A pergunta "Por que se e homossexual" aparece tão irrelevante como a pergunta "Por que se é heterossexual". É num momento assim que o procedimento do NOTÍCIAS POPULARES pode ser compreendido como uma reação de defesa não casual, ainda que talvez não premeditada. Para os interesses de certos grupos é perigoso que camadas até agora reprimidas e/ou marginalizadas - mulheres, negros, homossexuais, índios - tomem consciência dos motivos da sua opressão. Essa espécie de pecado original a que estavam condenadas só foi criada para que "tudo andasse bem na sociedade". É também perigoso que nós, homossexuais, contestemos essa ideologia onde um ser (o macho) domina o outro (a fêmea) com uma finalidade (a reprodução). Nesse sentido, o homossexualismo torna-se duplamente "incômodo": Trata-se, com efeito, de uma sexualidade onde pretendemos que não exista um dominador e um dominado e cuja "finalidade" é estritamente lúdica. Sabemos que não será através de concessões parciais que esta realidade mudará. Ela mudará quando mudar o sistema todo.

Não é causal, portanto, que a ideologia exposta no NOTÍCIAS POPULARES vise manter a imagem do homossexual-criminoso-traficante-corruptor e, como se tudo isso não bastasse, doente, e doente que não quer "sarrar". Tornamos públicos nossos protestos com relação ao referido jornal, para que esse tipo de desrespeito ético não se repita, nele ou em qualquer outro órgão de imprensa.

Nós continuaremos alertas quanto a futuras ocorrências desse teor que, doravante, não deixaremos passar em branco.

Sindicato comunica que venderá "Em Tempo"

Entre outros motivos, "a escolha é pela ampla informação atualizada sobre as várias frentes de lutas da classe trabalhadora no Brasil, dando um quadro geral do avanço de sua consciência, organização e mobilização".

Companheiros,

Visando ampliar e intensificar a veiculação de notícias e análises que interessam principalmente à classe trabalhadora e na impossibilidade de nosso jornal "O Petroquímico" atender satisfatoriamente, com frequência e constância, a essa proposta por sua edição ser bimestral, o Sindiquímica colocará a venda semanalmente (toda segunda-feira) na porta da farmácia e na sede do sindicato, jornais e publicações que não chegam às bancas dos subúrbios e baixada fluminense.

Nesse sentido iniciaremos, vendendo o semanário de circulação nacional chamado "Em Tempo", cujo preço nas bancas é de Cr\$ 10,00, sendo que para nós, trabalhadores, sairá a Cr\$ 5,00.

A escolha recaiu sobre esse jornal semanário por participarem de sua edição trabalhadores (inclusive de nossa categoria), e pela sucinta e completa abordagem que ele faz em linguagem bastante adequada e simples de assuntos tais como política nacional, econômica e social e sua direta relação com a classe trabalhadora, bem como ampla informação atualizada sobre as várias frentes de lutas da classe trabalhadora no Brasil, dando um quadro geral do avanço de sua consciência, organização e mobilização. Para os companheiros que ainda não conhecem o semanário "Em Tempo" encontram-se à disposição

(gratuitamente) vários números anteriores, cedidos como cortesia pela editora do jornal, que poderão ser apanhados na porta da farmácia. Dê o seu apoio a mais essa iniciativa e esforço do sindicato, visando melhorar o nosso nível cultural e de informação.

Gildo Pinheiro da Silva (presidente), João Carlos Araújo Santos (secretário geral) Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Petroquímica de Duque de Caxias, RJ.

Chico Pinto: governo é réu nos atentados

Quem acompanhou de perto como acompanhei, na qualidade de espectador e de parte, tem razões especiais para repudiar os atos de terrorismo acabados pela omissão do governo, como o que atingiu, recentemente, por duas vezes, o jornal "EM TEMPO". Desde o primeiro dia em que a censura e a violência baixaram ostensivamente sobre a imprensa alternativa, estive presente nas oficinas onde se imprimia o Jornal Opinião. Assisti à sua apreensão e a prisão de seu diretor, Fernando Gasparian. Acompanhei-o a Polícia Federal. Protestei contra a violência e reclamei pela sua liberdade junto ao chefe do Departamento de Polícia, e deixei aquela repartição em companhia da vítima do arbitrio. Naquela ocasião, ao lado dos deputados Lisâneas Maciel e Marcos Freire, presenciamos a repetição da violência, desta vez, com maior intolerância dos policiais armados de metralhadoras, sob o comando do próprio Chefe de Polícia. Como um dos fundadores do Jornal Movimento e um articulista, senti a ação nefasta da censura quando, dos cento e trinta e cinco artigos que escrevi, o primeiro ano, somente cinco foram publicados sem cortes. Outros órgãos de imprensa do país puderam de semelhantes violências a exemplo da Tribuna da Imprensa, O São Paulo, O Repórter, Ex, O Pasquim. Essa manifestação de hoje, porém, revela uma posição mais firme da sociedade quando, de público, protesta contra esses atentados e condena a selvageria da qual o governo é co-réu.

Francisco Pinto (ex-deputado federal pelo MDB baiano)

Aparte

Cartas, críticas, sugestões, aprtes, etc, para: rua Mateus Grou, 57 - Pinheiros, São Paulo - CEP: 05415. A redação (por motivo de espaço) se reserva o direito de publicar apenas trechos dos textos recebidos. Mas solicita que os correspondentes façam um esforço para não ultrapassar 50 linhas de texto datilografado, na base de 70 toques por linha. E mais: solicita-se que os correspondentes dêem seus nomes e endereços completos.

A vida produz a morte

Alguns comentários vindos de Paris sobre o euro-comunismo, estalinismo e o socialismo.

"Prezados redatores: Gostaria de fazer alguns comentários sobre a "questão" do euro-comunismo. Não podendo aqui me estender em inúmeros tópicos, tentarei abordar rapidamente três pontos que julgo interessantes:

O stalinismo como um processo inacabado e contraditório; A velha questão da natureza da URSS; Um exemplo recente, a saber, o PC francês e as eleições legislativas.

Meu primeiro interesse diz respeito propriamente ao caráter histórico do euro-comunismo. Ao leitor menos atento, o euro-comunismo pode parecer algo como uma concretização de uma ruptura total com o stalinismo. Se existe realmente um rompimento com a ortodoxia stalinista, este rompimento se dá mais devido a necessidade crescente por parte dos PCs de uma adaptação às contingências político-burguesas existentes nos países capitalistas avançados.

Esta adaptação consiste num processo de social - democratização. Isto não quer dizer que os PCs estão se tornando social-democratas mas sim que, tendo em conta a correlação de forças no interior da luta de classes, a possibilidade existirá. Este processo revela claramente a decomposição dos PCs tanto do lado orgânico quanto a sua fidelidade incondicional ao país do "socialismo avançado": Mas a pergunta resta de pé: Por que tudo isso?

Sobre o estalinismo muito se escreveu e muito será ainda escrito. Repetindo Mandel eu diria que a ditadura stalinista foi A "produzida" pela revolução bolchevique assim como a vida "produz" a morte: como sua própria negação. Passando por cima de todas as considerações históricas que seriam necessárias a serem levados em conta, o abandono do caráter marxista revolucionário por parte dos PCs só poderia levá-los a uma crise. No entanto esta crise não pode ser considerada como uma espécie de peripécia mais ou menos controlada pelos burocratas. Esta crise é ao contrário, uma conclusão das transformações profundas existentes sobretudo nas relações de forças entre as classes sociais numa escala mundial e das contradições resultantes entre as massas e os aparelhos burocráticos.

Poder-se-ia dizer no entanto que os eurocomunistas e os mastodontes do Kremlin servem como suporte a burguesia imperialista? Eu diria que não se esta questão parecer ao leitor como algo no sentido de que o reformismo esteja a serviço da burguesia. Mas sim se levarmos em consideração ao fator de última instância em tanto quanto organização contra-revolucionária.

Meu segundo ponto diz respeito ao conceito de socialismo. Seria o socialismo a construção de uma economia sem propriedade privada dos meios de produção? Evidentemente que não. As conquistas de outubro (produção de mercadorias generalizadas, monopólio estatal do comércio exterior etc) caracterizam apenas um processo de transição. Seria portanto mecanicista dizer que de um lado existem relações de produções de transição ao socialismo e de outro uma super-estrutura política e ideológica? O monopólio de gestão e dos privilégios materiais da burocracia, com os quais eles são combinados, mostram flagrantemente o caráter não socialista da URSS.

Finalmente, meu exemplo, o do PC francês, mostra claramente o caráter contraditório existente entre o reformismo da burocracia stalinista e a ortodoxia. Se por um lado Marchais se apresenta como um dos "três grandes do euro-comunismo" de outro ele é obrigado a se reconduzir ao velho esquema da "dureza proletária". E como isso se dá? Primeiramente pelo fato de que a mutação do PCF não se dá de maneira homogênea, nem ao nível de sua base nem ao nível de sua direção. Uma oposição do aparelho dirigente se forma em torno do diretor do "L'Humanité" Roland Leroy e quando o processo eleitoral francês "demonstra" ao PCF que ele não aumentará sua quota eleitoral esta facção acaba se impondo e obrigando aos "euro-comunistas" saltarem do barco. Não podendo ser majoritário no governo e nem mesmo desfrutar de uma posição de minoria crítica, sentindo enfim que entre o PCF e PS a pequena-burguesia prefere o segundo, os stalinistas clássicos puderam se impor e re-orientar politicamente a burocracia dirigente do PC. E o resto foi o que se viu.

Ingo Barros Paris

Chavões eleitorais não mudam a estrutura econômica

Adalgisa leu e não gostou do ante-projeto da candidatura popular Humberto Rezende, mineiro da Zona da Mata. "Democracia, sociedade justa e igualitária é uma ilusão dentro do Capitalismo", garante ela, numa carta a nós endereçada.

Partindo do pressuposto de que as idéias emergem de fatos e situações concretas, a política e sua forma de ação não garantem com ou sem pressões a existência e desenvolvimento das forças econômicas num dado momento histórico. Democracia, sociedade justa e igualitária é uma ilusão dentro do Capitalismo.

O capitalismo em si implica a concentração de renda, desigualdade social, expropriação do trabalhador de seus meios de produção, extração da mais valia etc... Onde o capital não tem pátria, quando o mais o do Brasil que é associadíssimo e dependente do capital estrangeiro. O casamento do capitalzinho do Brasileiro ao grande capital estrangeiro já é fato consumado. Capital nacional é o butequinho da esquina, e quando este prospera o grande capital o engloba por focitose.

Reforma agrária em dado desenvolvimento das forças produtivas e da dependência econômica é uma proposta muito avaliada dos candidatos. A reforma agrária distribuindo a terra, distribui os meios de produção para o trabalha-

dor. Dessa forma ele não precisa se reproduzir como força de trabalho nas indústrias. Tal proposta não condiz com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Não basta distribuir a terra, teria que haver a distribuição da tecnologia também. Quando é que se distribui tecnologia? Caso não distribuir a tecnologia, será apenas uma disseminação de culturas de subsistência.

O nosso candidato da Zona da Mata foi até muito audacioso. Esperamos com fé de cristão que ainda nos resta que ele e os outros candidatos deixem de propor tanta incoerência a realidade econômica. Mudar tal estrutura econômica não vai ser com chavões eleitorais e sim com mudanças radicais. As grandes transformações só ocorrem quando um modelo econômico já esgotou todas suas possibilidades de êxito. Mudanças superfluas sem alterar realmente a base do poder, liberdade relativa podendo a curto prazo esfriar a panela de pressão.

Adalgisa Arantes Campos (leitora)

Padres mineiros condenam "o terrorismo destruidor"

Dr. Redator, O ódio e a intolerância são cegos e sem inteligência. Incapazes de raciocinar, impotentes em responder pela palavra, sem coragem de se organizar em um veículo de informação, debate e opinião popular, apelam para a agressão covarde, para violência bruta, para o terrorismo destruidor. O medo os torna audazes. A covardia os esconde no anonimato de siglas inconfessadas. A impetria e o desinteresse daqueles que são armados para proteger a vida, a segurança, a liberdade, a expressão pacífica do pensamento, os órgãos de segurança, os responsáveis pelo poder público, os encoraja a prosseguir suas ações. Exigimos inquirição rigorosa, identificação e punição dos criminosos. Se os órgãos públicos, os serviços de segurança do Estado não se empenham em pôr um fim a estes atos de terrorismo, eles serão responsabilizados pela consciência popular. Nós, um grupo de sacerdotes e pastores de Belo Horizonte apresentamos a vocês do jornal EM TEMPO nossa solidariedade, apoio e o nosso repúdio a estes atos terroristas. Esforçamos com vocês que tem a coragem e a inteligência para se organizar, se identificar, tomar posições e expor suas idéias

publicamente. Condenamos a covardia e a violência dos incapazes de debater idéias e criar valores. Se tentam semear o medo. Mas não conseguem. A cada ato desses o povo, em seus grupos organizados, responde com maior união, coragem e luta pelos seus direitos e valores.

- Pe. Henrique de Moura Paris
- Pe. Francisco dos Santos
- Pe. Marcos Antonio Ferreira de Carvalho
- Pe. José Antonio Alvarez Muniz
- Pe. Luiz Alberto Miranda Mendes
- Pe. Antonio Fernandes Scarpa
- Pe. Rogério Inácio de Almeida Cunha
- Pe. Emenesio Angelo Lavarças
- Pe. Roberto Augusto
- Pe. Nataniel de Mourães Campos
- Pe. Carlos Pinto de Oliveira
- Pe. Bernardino Batista dos Santos
- Frei Antonio Vicente de Oliveira Pereira
- Frei Basílio Rezende
- Frei Leonardo Pereira
- Frei Danilo Rodrigues
- Frei Hário Mekes
- Frei Cristiano Pereira
- Frei Antonio de Prado
- Frei Eduardo Metz.

Milhares de operários da siderúrgica Belgo-Mineira, no interior de Minas, decidem em Assembléia convocada pelo sindicato, a paralisação do trabalho como arma para conseguir suas reivindicações: aumento salarial e mudança da escala de revezamento nos turnos, entre outras. A empresa cedeu.

A GREVE QUE PAROU MONLEVADE



A negociação com os patrões, passo a passo.

A Belgo queria testar o fôlego dos trabalhadores. E testou.

Já no dia seguinte, à eclosão da greve, o delegado regional do Trabalho, Onésimo Viana, convoca a Belgo e o Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade para uma reunião, com a presença do procurador regional do trabalho em Minas, Luiz Carlos da Cunha Avelar.

Durante o encontro, o procurador foi claro: a greve termina ou será instaurada o dissídio coletivo e aplicada a lei, pois a greve "é uma convulsão social", disse ele.

De posse desse aliado, a diretoria da Belgo quis demonstrar uma força que não tinha. Proposta da companhia: pagar um aumento de três por cento além do índice do governo e uma antecipação salarial de cinco por cento, a partir de fevereiro. E nada mais. Em relação ao revezamento de turno de trabalho, o diretor industrial da Belgo, Antonio Polansky, disse, frente a frente com João Paulo Pires Vasconcelos, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Monlevade, que a empresa teria que fazer estudos e planos e que o prazo necessário para isto seria 31 de dezembro. Mas o procurador então sugere a empresa o prazo limite de 30 de setembro para que ela apresente uma solução a respeito das escalas de revezamento.

Esticando de propósito

Ainda no sábado, em João Monlevade, o Sindicato marca uma assembleia para as 18h. A empresa pressiona João Paulo: "Você está esticando a greve de propósito". Todo o estado maior da empresa está na cidade. Feita a assembleia, dois mil trabalhadores decidem por unanimidade pela continuação da greve. A proposta da empresa foi considerada "uma piada".

Nessa noite mesmo, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos é chamado pela diretoria da Belgo para uma reu-

nião. A conversa então já é outra. No domingo, quarto dia da greve, a empresa formaliza uma contra proposta que é a seguinte:

- pagamento de 10% de aumento de salário acima do índice do governo, a partir de 1º de setembro de 1978;
- pagamento de duas antecipações salariais, de 5% cada, sendo a primeira paga a partir de 1º de fevereiro de 79 e a segunda a partir de 1º de junho de 79;
- gratificação de retorno de férias correspondente a 190 horas de trabalho, a partir de 1º de janeiro de 79 (atualmente são pagas horas), com os tetos de gratificações vigentes;
- pagamento do valor da média das horas extras trabalhadas em casos de emergência ou em serviços de manutenção, valor que será incorporado ao pagamento do repouso, 13º salário e férias;

regulamentação do piso salarial, cujo valor alcança Cr\$ 2.776,80;

a empresa aceita a formação de uma comissão paritária constituída de seis membros, sendo três indicados pela empresa e três pelo sindicato, e cuja função será elaborar as normas gerais de trabalho, regulamentando a disciplina (e portanto as punições), frequência ao trabalho, readaptação, equiparação salarial e a aplicação das mudanças nas escalas de revezamento. O árbitro dessa comissão, propôs a empresa, será um membro da alta direção da Belgo (os operários queriam um árbitro neutro).

Trabalhador e democracia

No domingo, 8 hs da noite, começa outra assembleia. Pauta: discussão da contra-proposta da Belgo-Mineira. Dentro do cine Monlevade estão pelo menos dois mil operários. Lá fora, no saguão e na praça, outros mil ficam na

escuta sem poder entrar. Estava tudo lotado.

João Paulo Pires abre a assembleia: "é público que a partir de 64, e mesmo a partir de 45, nada se fez pelo trabalhador. Vivemos entre 45 e 64 uma suposta democracia. Mas de fato o trabalhador continuou sendo escravo e esta escravidão se agravou a partir de 64. Desde então perdemos até o direito de lutar por salários".

Ele prossegue: "a partir de 64 uma minoria dominante extinguiu as liberdades, prendeu, oprimiu, de um ano para cá começaram a falar de Estado de Direito. Mas ninguém fala da revogação da CLT, que é pior que o AI-5 para o trabalhador".

"A partir das greves do ABC paulista, continua João Paulo, os trabalhadores, arcando todos os riscos, partiam para a paralisação do trabalho. Eles iam às fábricas, batiam os cartões, iam para os seus lugares de trabalho, mas as máquinas não funcionavam. E assim que estamos fazendo. Decidimos também que se a empresa chama-se alguém para conversar, ninguém iria. Só o sindicato representaria os trabalhadores e todas as decisões seriam tomadas em Assembleia".

E mais: "a empresa utilizou até agora todos os recursos para intimidar. Articulou dentro da empresa os seus prepostos para que eles dissessem a todos, em reuniões, que a empresa iria falar e que todos ficariam sem emprego. O único instrumento de negociação que nós temos é este. Desde o dia 14 de agosto, o sindicato apresentou à empresa um documento contendo as 47 reivindicações feitas pelos trabalhadores. Solicitamos a ela uma resposta até o dia 30 de agosto, e ela se comprometeu a apresentar uma resposta até essa data. Primeiro ela afirmou que não mudaria as escalas de revezamento. Isso foi antes das eleições sindicais ocorridas nos dias 21, 22 e 23 de agosto, com a nossa vitória a empresa então resolveu que atenderia parcialmente a reivindicação sobre a mudança nas escalas de revezamento, mas negou-se a discutir salário. A empresa queria testar a capacidade dos operários pararem. Isso foi no dia 30 de agosto. Ela

quis testar a nossa força, e no dia 31 paramos a usina".

"A Belgo agora apresenta a todos nós uma contraproposta. Cabe a esta assembleia decidir se continuamos a greve ou se aceitamos a proposta da empresa e encerramos a greve", concluiu João Paulo.

A discussão da proposta durou quatro horas. A Belgo se comprometia a atender inteiramente a reivindicação de mudança nas escalas de revezamento, principal causa da greve, e atendia parcialmente a reivindicação de aumento salarial acima do índice do governo. Além disso, nenhum operário seria punido ou despedido por ter participado da greve e todos receberiam os dias em que ficaram parados. Dentro as reivindicações fundamentais apenas duas não foram atendidas, sequer parcialmente: o abono de família de 10% para os casados e o aumento salarial móvel de 10% toda vez que o custo de vida atingir esse mesmo percentual.

Na assembleia, o clima era de vitória. Por fim, ficou decidido por unanimidade que a greve terminaria a zero hora e que dali mesmo se voltaria ao trabalho. Mais: que a ordem de volta ao trabalho só valeria se fosse transmitida pela diretoria do sindicato, que para isso deveria percorrer toda a usina, orientando o retorno ao trabalho.

No interior da usina, ordem de contra-mestre, chefe ou de qualquer que não fosse da direção do sindicato era o mesmo que nada. No setor de acabamento, por exemplo, o chefe falou que o pessoal não ia fazer greve. O setor foi um dos primeiros a parar. Terminada a greve, o chefe deu voz de comando para que todos retornassem ao trabalho. Ninguém se moveu. Foi o sindicato chegar até lá e o trabalho começou.

Durante a greve um operário explicava que "o sistema de administração da Belgo é penoso pro trabalhador, as condições de trabalho não são boas, de modo que quando o operário reclama problema salarial e insalubridade ele recebe ameaça". Organizada a comissão paritária, que vai elaborar as normas gerais de trabalho, "as chefias vão perder o arbítrio que elas tem hoje", disse João Paulo.

Reportagem de João Batista dos Mares Guia

"A greve foi uma vitória. Nós conseguimos solução para o problema das escalas de revezamento de turno de trabalho e aumento de 10% acima do índice do governo. Foi uma luta. Valeu a pena lutar. Há muito tempo que os trabalhadores aqui não conseguem nada. Quem mais apoiou os operários foi o nosso sindicato. Mas o papel principal foi dos trabalhadores que apoiaram em peso a greve. Todo mundo participou da greve. A empresa não teve jeito de fazer muita pressão contra nós. Ficou muito difícil pra ela porque ela não conseguiu dividir os operários. Marchou todo mundo com a greve".

O depoimento é do operário Marcinho, 29 anos, doze deles dedicados à produção de aço na Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, de João Monlevade. Eram 15 h de segunda-feira, dia 4, e Marcinho, de macacão cinza e marmitta na mão, saía do trabalho naquele momento. Era a primeira vez que trabalhava depois da greve, que tinha terminado a zero hora, daquele dia, da qual participara pela primeira vez, junto com 4.200 companheiros.

As conquistas

"Zé Marreta", personagem que representa o operário da Belgo de João Monlevade, deu o seguinte recado para os seus companheiros através do informativo sindical, lançado regularmente pelo sindicato de João Monlevade: "Esse ano, é necessário que negociemos diretamente com a empresa, com vistas à negociação direta o sindicato realizou várias assembleias em julho, quando foram colhidas 47 reivindicações de mudança nas escalas de revezamento de turno de trabalho. Isso é o seguinte: existe uma portaria 117, do governo, que regula o regime de trabalho nas indústrias siderúrgicas, que utilizaram o revezamento de turno. A portaria 117 estabelece que o operário trabalhará no máximo 2.200 horas anuais. Pelo sistema adotado na Belgo Mineira o trabalhador é obrigado a cumprir anualmente uma jornada de 2.504 horas anuais, 304 horas a mais do que determina a portaria 117".

Agora, com a vitória conquistada através da greve os operários da Belgo de Monlevade trabalharão menos horas, terão descansos maiores e receberão o mesmo salário.

Outra questão fechada era o aumento salarial acima do índice oficial. Os operários queriam 20%. A empresa concordou em pagar 10% e duas antecipações de 5% cada. Os operários acharam razoável. Além destas reivindicações, os operários de Monlevade conseguiram a aprovação da Belgo para a formação de uma comissão paritária que formulará as normas gerais de trabalho, gratificação de retorno de férias correspondente a 190 horas, fixação e regulamentação do piso salarial, restaurante e compromisso da empresa para a discussão de reivindicações ligadas a transporte noturno, plano habitacional e um conjunto de reivindicações que poderão ser solucionadas através do estabelecimento das normas de trabalho.

A vitória dos trabalhadores de João Monlevade acontece no momento em que se inicia a campanha salarial dos metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem. A grande preocupação da Belgo, daqui em diante, é evitar que as conquistas dos operários de Monlevade sejam reivindicadas pelos operários da Belgo de Contagem e de Sabará. Os operários da Belgo de Contagem tem salários inferiores aos salários de seus companheiros de Monlevade.

O começo

No dia 31 de agosto, quinta-feira, ainda é cedo, e em Monlevade, quem não está na usina trabalhando, está a caminho do cine Monlevade, onde vai ser realizada a assembleia dos operários da Belgo, convocada pelo sindicato dos metalúrgicos. Às 8 h o cinema já está lotado. São 1.500 pessoas. Dentro da usina, dois mil operários trabalham no turno das 7 às 15 h. Por causa disso o sindicato marcou outra assembleia para as 16 h.

Assim, quem vai à assembleia de manhã é por que vai pegar serviço à tarde, ou quem sabe vai começar a greve à tarde. Quem tá trabalhando de manhã, vem pra assembleia à tarde pra discutir revezamento e salário e, quem sabe, sair daí já em greve.

Dito e feito. Não deu outra coisa. O presidente do Sindicato, João Paulo Pires Vasconcelos explicou para a assembleia que a empresa queria testar o sindicato e os operários. No final os operários diziam: "Tá testado, táamos em greve". Saiu greve por unanimidade. Agora era convencer a turma que estava lá dentro e esperar até a tarde.

"Esse movimento - explicou um operário - é uma luta antiga que a gente vem reivindicando. Porque o governo implantou um sistema de índice salarial anual, e isso todo mundo tá agora conscientizado de que é roubo. Trabalho aqui há 22 anos. Já houve greves aqui e todas com sucesso antes de 64. O homem que entra numa luta dessa é pra decisão final, porque não temos nada mais a esperar".

Às 14 h, João Paulo está na porta da entrada principal da Belgo distribuindo o "Zé Marreta", já dando a notícia da assembleia e da decisão de se fazer greve. A notícia corre dentro da fábrica. Tudo tranquilo. Do lado de lá, no departamento de relações industriais, a diretoria da Belgo está reunida.

Às 14 h45 m, o chefe de relações industriais, Haroldo D'Ávila, chega rápido até onde está João Paulo e lhe entrega um comunicado oficial da Belgo. O comunicado diz que em caso de greve alguns setores não poderão parar intempestivamente. A greve estava marcada para as 15 h da tarde, daí há pouco, quando a turma que foi à assembleia pela manhã entrasse para trabalhar.

Às 14 h 55 m, Antônio Polansky, diretor industrial, irônico, responde ao repórter: "Greve? Que greve? Você está mais bem informado do que nós". Daí há pouco entra na sala o chefe de relações industriais e diz: "A usina parou".

No gargalo da produção

De fato, às 15 h parou tudo, menos o setor de debastamentos de lingotes. A turma queria parar mas o chefe do setor estava em cima, e a produção prosseguia. Ali é o gargalo da produção porque o "setor alimenta toda a laminação", explica o operário. Quinze minutos depois, a greve só não tinha acontecido ali no setor de debastamento. De repente, um lingote incandescente se quebra sobre os cilindros de transporte de lingotes. Para a produção. Começa a greve neste setor. Agora ela é geral.

Lá no cinema, são 16 h, começa a assembleia. Daí há pouco, por unanimidade todos entram no movimento.

José Ribeiro Felon, diretor de organização da Belgo, não acredita "que esse movimento tenha só conotações internas não. Eu acho que é uma cópia do movimento de São Paulo. Até hoje nós não conseguimos analisar bem todo o movimento sindical que ocorreu em São Paulo. É uma movimentação no sentido de formação até de partido político".

Perigo de explosão

Já no segundo dia da greve, sexta-feira, dia 1º de setembro, tudo anda tranquilo na cidade, adesão total da população, prefeito, padre, jovens, famílias dos operários. Polícia não apareceu. Lá dentro da usina, no entanto, a coisa esquentou um pouco no setor de fabricação de oxigênio. As chefias queriam que a turma de operação da fábrica de oxigênio, os operários, executassem o trabalho de resfriamento da fábrica. Ali é perigoso acontecer uma explosão. Sem exagero se acontece "leva Monlevade embora", explica um operário. O chefe do setor havia dito que a fábrica não podia parar sem que fosse feito o resfriamento. Depois, a orientação técnica foi mudada e, então, as chefias quiseram que os operários trabalhassem. Os engenheiros e as chefias já haviam resfriado uma das fábricas (são duas). O sindicato é chamado. Operários e técnicos são consultados e fica constatado que a fábrica poderia permanecer paralisada, sem necessidade de resfriamento. Os operários, então, permanecem em greve. As chefias põem mãos à obra, é dada uma manca-da. Um compressor arria. Os engenheiros e as chefias são forçadas, pelo seu erro, a descarregar todo o oxigênio líquido. Isso passou. Mas o presidente do sindicato teve que realizar uma pequena assembleia dentro da usina, feita com um grupo de operários desconhecidos com a notícia que circulou segundo a qual "lá no oxigênio a coisa tá funcionando". Esclarecido e resolvido.

Ainda na sexta-feira correu a notícia da greve dos bancários. Quem tinha dinheiro em banco, tirou. Pra quê? Pra contribuir com a caixinha, porque se a greve durasse muito todo mundo ia ajudar todo mundo.

Um dia depois, sábado, chega à cidade uma boa notícia: reunidos no Rio de Janeiro, representantes de sindicatos combativos de todo o Brasil aprovaram uma moção de solidariedade aos operários grevistas de João Monlevade.

Belgo-Mineira, um império no Brasil

Já no final da assembleia dos metalúrgicos de João Monlevade, realizada na quinta-feira, dia 31 de agosto, pela manhã, na qual os trabalhadores da Belgo-Mineira decidiram entrar em greve, um operário falava aos companheiros: "Toda vez que vamos reivindicar salário a Belgo diz que não pode ir além do índice do governo, que a companhia está em situação financeira difícil. A Belgo está em crise? - ele pergunta - Não, nós é que estamos arroxados".

De fato. A Belgo não está em crise. Desde que iniciou suas operações no Brasil, a partir de 1934, a Belgo-Mineira tornou-se um gigantesco conglomerado, capitaneado pela Belgo de João Monlevade. Os interesses do grupo Belgo-Mineira estão espalhados por nada mais que 11 empresas de grande porte no país. A siderúrgica Belgo-Mineira de João Monlevade apresentou no ano passado

um lucro operacional líquido de Cr\$ 600 milhões, conforme está registrado na Bolsa de Valores do Rio, em que pese o fato da empresa declarar que o seu lucro em 1977 não ultrapassou os Cr\$ 360 milhões. A Belgo de João Monlevade fatura 26 milhões por dia. Ela produz 3.220 toneladas de aço por dia.

O grupo Belgo-Mineira detém o controle das seguintes empresas: Belgo-Mineira de Sabará (Siderúrgica), Trefilaria de Contagem (fabrica de arames e trefilados), Belgo-Mineira BK, sede em Santa Luzia (produz arame para pneus), Samarco Mineração Samitre Mineração, Cafe, que controla todos os investimentos que a Belgo faz em compra de terra, Florestamento, reflorestamento, produção e comercialização de carvão (a Cafe é a maior proprietária de terras no Estado de Minas Gerais), Basa (agropecuária da Belgo), Samife (sede em São Paulo, produz cabos de aço) e a BMB.



EM TEMPO!